

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**ENTRE UMA LÍNGUA E OUTRA:
DESDOBRAMENTOS DAS DESIGNAÇÕES *LÍNGUA
MATERNA* E *LÍNGUA ESTRANGEIRA* NO DISCURSO
DO SUJEITO PESQUISADOR DA LINGUAGEM**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARLUZA TEREZINHA DA ROSA

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**ENTRE UMA LÍNGUA E OUTRA:
DESDOBRAMENTOS DAS DESIGNAÇÕES *LÍNGUA
MATERNA E LÍNGUA ESTRANGEIRA* NO DISCURSO
DO SUJEITO PESQUISADOR DA LINGUAGEM**

Por

Marluza Terezinha da Rosa

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof.^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2009

© 2009

Todos os direitos autorais reservados a Marluza Terezinha da Rosa. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Laboratório Corpus - Avenida Roraima, nº 1000, Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, 97105-900, Santa Maria/RS.

Fone (0xx) 55 3220 8956; End. Eletr: marluza.rosa@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ENTRE UMA LÍNGUA E OUTRA:
DESDOBRAMENTOS DAS DESIGNAÇÕES *LÍNGUA
MATERNA E LÍNGUA ESTRANGEIRA* NO DISCURSO
DO SUJEITO PESQUISADOR DA LINGUAGEM**

elaborada por
Marluza Terezinha da Rosa

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Beatriz Maria Eckert-Hoff, Dr. (UNITAU/UNIANCHIETA)

Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 09 de fevereiro de 2009.

Dedico este trabalho

A meus pais, Sirley e Francisco, pelo constante incentivo e pela silenciosa compreensão;

A Karol, Yuri e Erick para quem busco dar o melhor exemplo, sempre...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Professora Dr. Amanda Scherer, por ter me guiado nas tortuosidades deste caminho; por potencializar o desconforto e a inquietação constituintes de todo trabalho de pesquisa;

A Professora Dr. Beatriz Eckert-Hoff, pela leitura cuidadosa e pontual, quando da qualificação deste trabalho; pela disponibilidade, generosidade e proximidade com que tem me acompanhado desde então;

As Professoras Drs. Verli Petri, Eliana Sturza e Graziela de Ângelo, por terem proporcionado a mobilização de saberes diversos no curso de suas disciplinas, assim como pelas significativas leituras realizadas em momentos importantes deste estudo;

Aos colegas do Laboratório Corpus e do Grupo de Estudos Michel Pêcheux, pelas discussões e sugestões, mas, sobretudo, pela sólida amizade. Agradeço, em especial, a Caciane Medeiros, pelo humor sempre cativante; a Juciele Dias, pela companhia inseparável desde a graduação; a Maurício Beck, pela problematização e pela crítica apurada; a Rejane Arce, por estar sempre presente.

Agradeço carinhosamente a Tia Lenir e ao Tio Erci, pelos cuidados a mim dispensados, pela acolhida e pela motivação; pelas caronas para casa e pelos convites para almoçar;

A meu namorado, Vandoir Bourscheidt, pelo suporte emocional, por ser meu exemplo de determinação, persistência e sensatez;

A minha família, pela atenção, pela admiração e pelo estímulo incansável, mesmo na ausência.

A meus amigos, com especial reconhecimento a Carla Zanatta, Pablo Berned, Daniela Jornada e Priscila do Prado, pela cumplicidade, pelo apoio e por se configurarem como uma nova família;

Ao programa de Pós-Graduação em Letras, representado eficaz e humanamente nas pessoas de Jandir e Irene, pelo suporte institucional;

A Capes, pelo auxílio financeiro imprescindível nesta trajetória.

Não posso mais escrever de maneira monolíngüe. O que quero dizer é que deporto e desarrumo minha língua [...] através de aberturas lingüísticas que me permitem conceber as relações das línguas entre si em nossos dias, na superfície da terra – relações de dominação, de convivência, de absorção, de opressão, de erosão, de tangência, etc. – como em um imenso *drama*, em uma imensa tragédia de que minha língua não pode ficar isenta e salva. E, por conseguinte, não posso escrever minha língua de maneira monolíngüe; escrevo-a na presença dessa tragédia, na presença desse drama.

(GLISSANT, 2005)

É bem verdade que, nos últimos tempos, tem-se afirmado o respeito à diversidade, mas continuamos a dicotomizar as línguas...

(CORACINI, 2007)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

ENTRE UMA LÍNGUA E OUTRA: DESDOBRAMENTOS DAS DESIGNAÇÕES *LÍNGUA MATERNA* E *LÍNGUA ESTRANGEIRA* NO DISCURSO DO SUJEITO PESQUISADOR DA LINGUAGEM

AUTOR: MARLUZA TEREZINHA DA ROSA
ORIENTADOR: PROF.^a DR. AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, 09 de fevereiro de 2009.

Por meio deste estudo, visamos a refletir sobre a noção de língua, questionando as delimitações que usualmente são estabelecidas entre Língua Materna e Língua Estrangeira, a fim de problematizarmos os efeitos de sentido que são produzidos a partir dessas designações e de suas (re)formulações. Para que possamos ponderar sobre a problemática relacionada às designações pelo viés dos estudos em Análise de Discurso, centramo-nos no dizer do sujeito pesquisador da linguagem que vivencia uma situação entre línguas e culturas. Envolvemo-nos, assim, em uma abordagem do funcionamento discursivo, aliado à produção do conhecimento linguístico, encaminhando-nos ao movimento dos dizeres no âmbito acadêmico-científico. Partimos da conjectura de que os modos de designar a língua, colocados em funcionamento por esse sujeito, seriam decorrentes de sua identificação com as línguas por entre as quais este se desloca. Dessa forma, atentamos para o funcionamento do discurso a partir dessa posição-sujeito, marcada por um lugar movente, que é o do deslocamento entre línguas, com o intuito de observar quais efeitos de sentido são produzidos em um discurso sobre a língua, que se mostra, na língua, pelas formas de designá-la.

Palavras-chave: língua(s); sujeito; designações; efeitos de sentido

ABSTRACT

Master's Dissertation
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

BETWEEN ONE LANGUAGE AND ANOTHER: OVERLAPPING OF *MOTHER TONGUE AND FOREIGN LANGUAGE* DESIGNATIONS IN THE SUBJECT RESEARCHER ON LANGUAGE'S DISCOURSE

AUTHOR: MARLUZA TEREZINHA DA ROSA
ADVISER: PROF. DR. AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, February 09, 2009.

Throughout this study, we aim at pondering over the notion of language, by questioning delimitations usually established between Mother Tongue and Foreign Language in order to investigate meaning effects produced by these designations as well as by their (re)formulations. For be able to reflect upon the problematic related to the designations from the bias of Discourse Analysis, we focus on the discourse produced by the subject researcher on language, who experiences a situation concerning more than two languages and cultures. Thus, we are involved in an approaching of the discursive functioning allied to the production of linguistic knowledge, by dealing with the movement of saying in an academic-scientific ambit. Our hypothesis is that the ways of referring to language put in process by this subject could be a result of its identification with the languages among which it is in motion. In this way, we focus on the functioning of discourse from this subject position, which is marked by the movement among languages, with the purpose of observing which meaning effects are produced in a discourse about the language that signifies by the manners it is designed.

Keywords: language(s); subject; designations; meaning effects

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DAS NOÇÕES MOBILIZADAS NA TRAMA DISCURSIVA	19
1.1 Língua, lugar de equívoco	19
1.2 Do simbólico na constituição da subjetividade.....	26
1.3 A deriva dos sentidos.....	31
2 SOBRE A (I)MOBILIDADE DAS FRONTEIRAS.....	36
2.1 Limites e fronteiras: do território ao lugar.....	36
2.2 Sujeito e língua(s): a constituição de um entre-lugar.....	42
2.3 A posição-sujeito pesquisador da linguagem.....	53
3 NO (DES)TERRITORIALIZAR DOS SENTIDOS	62
3.1 A noção de designação: um olhar discursivo.....	63
3.2 Língua Materna e Língua Estrangeira: olhares que constituem sentidos	68
3.3 Da relação binária e seus efeitos de evidência.....	81
4 O MOVIMENTO DAS DESIGNAÇÕES	89
4.1 A dicotomização (re)significada	91
4.2 A constituição plural de um lugar de dizer singular.....	104
4.3 A tensão entre o mesmo e o diferente	119
(IN)CONCLUSÕES	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Constituição da posição-sujeito pesquisador da linguagem	60
FIGURA 2: Ressoar das designações.....	99
FIGURA 3: (Re)significação da dualidade.....	120
FIGURA 4: Designações concebidas em rede	122

INTRODUÇÃO

Nas grandes expedições não há apenas incerteza do que se vai descobrir, e conquista de algo desconhecido, mas a invenção de uma linha de fuga, e a potência da traição (DELEUZE, 1998).

Assistimos, hoje, em meio aos desejos de uma confluência linguística e cultural, a um movimento de sujeitos entre lugares geográficos e simbólicos. Sabemos que o anseio pelo deslocamento há muito povoa nosso imaginário e consiste em uma marca da cultura ocidental, que, desde as grandes navegações, vem se lançando em busca de outros mundos, de outras terras e de outros povos. Tais deslocamentos redefiniram as concepções de espaço e de tempo: ampliaram-se mapas, (re)desenharam-se territórios, configurou-se um imaginário sobre os outros e sobre o que é ser um outro. Contudo, nunca se procurou tanto romper as fronteiras e ultrapassar os limites, como temos feito agora. Nunca o navegar e o derivar fizeram tanto sentido. Se, antes, os espaços físicos eram expandidos e demarcados, hoje, os espaços ainda se expandem, mas também se diluem, ao mesmo tempo em que se instituem novos lugares (não meramente físicos), novas formas de ver o outro e de se ver como um outro.

Como decorrência dessa dispersão, tanto geográfica como imaginária, a deriva de sentidos também consiste em um fator que caracteriza a constituição desse sujeito *movente* contemporâneo. Dentre as condições de produção dessa mobilidade, pode ser encontrada uma série de fatores não apenas sociais, mas também históricos e políticos, que promovem a diversidade, tanto cultural como linguística, fazendo com que o sujeito não fique imune a essas transformações. Diante da mudança constante instaurada pela circulação de discursos, saberes e sentidos, o saber (sobre) as línguas exerce um papel determinante, uma vez que possibilita a inserção nesse mundo caleidoscópico e múltiplo.

Tocados por tais condições, desenvolvemos este estudo, de modo a refletirmos sobre o papel que a relação entre sujeito e línguas exerce nessa dinâmica. Com esse propósito, voltamo-nos para o funcionamento discursivo no âmbito da produção do conhecimento linguístico, visando a compreender os efeitos da relação com as línguas e do fluxo dos sentidos na constituição do discurso de um

sujeito que se volta para questões da linguagem. Nesse caso, o encontro com/entre línguas se reveste de uma importância ainda maior, já que não problematizamos apenas a constituição de um sujeito falante, mas de um sujeito que, além de falar, produz conhecimento, o que nos encaminha a considerar a travessia por entre línguas como fundamental para a compreensão tanto dos modos de subjetivação¹, quanto do discurso desse sujeito. Seguindo em tal direção, acreditamos que os saberes constituídos a partir da relação com a(s) língua(s) podem produzir efeitos no falar sobre a(s) língua(s), o que torna profícuo o olhar voltado para o discurso acadêmico-científico concernente à (noção de) língua.

Conceber a produção de conhecimento sobre a língua, a partir dos dizeres de um sujeito pesquisador que se desloca entre línguas, torna-se uma tarefa mais significativa, se pensarmos que, mesmo imaginando-se imóvel em uma única língua, tal sujeito já é perpassado por essa dispersão (cf. GLISSANT, 2005). Conseqüentemente, quando exposto às línguas a partir de um movimento físico ou simbólico esse sujeito se torna tanto mais múltiplo, quanto mais heterogêneo, à proporção que as formas de compreender sua constituição tornam-se também mais complexas.

Nessa direção, a questão que nos suscita interesse gira em torno do processo de produção de sentidos em um discurso que se constitui mediado pelas línguas nas quais o sujeito transita. É atentando para esse processo que organizamos o corpus desta pesquisa, composto por textos de pesquisadores da linguagem, cujo deslocamento entre línguas pode ser visto como constitutivo de suas pesquisas e, acreditamos, constitutivo de si mesmos, como sujeitos que se inscrevem² nas línguas e, a partir dessa inscrição, designam-nas.

Os dizeres sobre a língua, formulados por tais sujeitos, foram recortados de artigos acadêmicos, publicados em periódicos concernentes à área dos estudos linguísticos brasileiros, no período que compreende os anos de 2000 a 2003. Essa periodicidade, embora aleatória à primeira vista, remonta a datas significativas para esses estudos no Brasil, uma vez que coincide com os 40 anos de institucionalização da disciplina Linguística, a partir da resolução do Conselho

¹ Trataremos de “modos de subjetivação” e de “constituição da subjetividade” por entendermos o primeiro como processo, enquanto o segundo, como efeito desse processo.

² Coracini, em seus estudos, remonta constantemente à etimologia de *inscrever*, o qual advém do Latim *in-scribēre*, “escrever-se dentro”. É com essa possibilidade de sentido que trabalharemos aqui.

Federal de Educação, em 1962; bem como com os 10 anos de criação da ALAB (Associação de Linguística Aplicada do Brasil), fundada em julho de 1990³.

Dentre os pesquisadores, cujos trabalhos compõem o corpus de nosso estudo, estão sujeitos que, enquanto falantes, movem-se por entre línguas como o francês, o português, o espanhol e o inglês. A esse respeito, cabe ressaltar que cada uma dessas línguas é entendida, de acordo com Payer (1999, p. 118), “como uma dimensão da linguagem na qual operam os valores que uma língua particular adquire a partir da produção e da circulação de uma discursividade nacional sobre a língua a ser falada”. Em outros termos, considerando a heterogeneidade de que cada língua é composta, tomamos a relação entre as mesmas como uma relação entre dimensões da linguagem permeadas por uma discursividade que as coloca como línguas nacionais. Os textos que constituem o corpus de nossa pesquisa foram redigidos em língua portuguesa, a qual não corresponde à língua (dita) materna dos referidos sujeitos.

Enquanto pesquisadores, os sujeitos se inserem em uma perspectiva materialista sobre a língua(gem), ou seja, um viés que compreende o conhecimento a partir do processo de produção, seja dos sentidos, seja da própria linguagem. Isso explica o porquê de nos referirmos a esta posição, designando-a como *pesquisador da linguagem*, e não como linguista, por exemplo. Acreditamos que o pesquisador da linguagem, nessa abordagem, trata a língua menos como um sistema virtual abstrato do que como uma forma material em funcionamento, ou seja, em processo.

Tomamos o dizer do sujeito pesquisador por entendermos que este consiste em um discurso sobre a língua no qual emergem sentidos constitutivos do lugar de onde tal sujeito fala. Em outras palavras, entendemos que a posição-sujeito pesquisador – sobre a qual nos deteremos mais pontualmente na seção 2.3 – consiste em uma posição discursiva que se constitui a partir de uma posição-sujeito falante. Por se constituir a partir dessa posição, o dizer do pesquisador pode trazer em si vestígios do movimento entre línguas, vivenciado por esse sujeito.

Quanto ao percurso de nossa pesquisa, vale lembrar que, em um momento inicial, tínhamos o intuito de observar, em entrevistas realizadas com pesquisadores que vivenciam um encontro com várias línguas, como esses sujeitos, que trabalham com a noção de língua, definem seu objeto e que sentidos constituem a partir das

³ A respeito da institucionalização da Linguística, conferir Castilho (1963). Já sobre a fundação da ALAB, conferir Celani (1992).

designações língua materna e língua estrangeira. Com o desenrolar do estudo e com as leituras teóricas realizadas, deslocamos nosso foco das entrevistas, ou seja, do testemunho oral sobre a relação do sujeito com a(s) língua(s), para textos escritos e publicados por esses sujeitos, ou seja, para o âmbito do discurso acadêmico-científico sobre a língua.

Tal deslocamento implica a consideração de três aspectos principais para a constituição/problematização de nosso corpus de estudo. Primeiramente, auxilia-nos a pensar não somente na concepção de língua desses pesquisadores, mas também na discursivização dessa concepção, bem como na sua inscrição em uma memória de saberes sobre a língua. Em segundo lugar, a mudança de foco, de um falar sobre, para uma escrita sobre a língua, contribui para que possamos nos deter, de modo mais acentuado, na constituição do sujeito, uma vez que não consideramos apenas uma posição-sujeito entre línguas, mas uma posição-sujeito pesquisador, que se constitui também por um pertencimento teórico que legitima e que traça limites a seu dizer. Em terceiro lugar, a alteração na perspectiva traz consequências para a forma pela qual consideraremos as designações, objeto de nosso estudo. Se antes lançávamos um olhar para estas somente enquanto tentativas de delimitar e de estabelecer fronteiras para a língua, compreendida por nós como não-totalidade, agora, tomamos tais designações também em uma repetição histórica (ORLANDI, 1996), na relação com outros modos de designar e de constituir sentidos.

Sendo assim, buscamos observar, como fato desencadeador, o movimento dos sujeitos entre línguas e lugares. E, com vistas a compreender como o discurso sobre a língua se constitui linguisticamente, partimos da hipótese de que esse deslocamento exerceria influências no modo pelo qual o sujeito pesquisador formularia designações para a língua. Ao encontro dessa conjectura, quando em frente ao corpus e na necessidade de recortá-lo, o que nos chamou a atenção foi o fato de as designações língua materna e língua estrangeira serem formuladas com pouca frequência, cedendo lugar a outro(s) modo(s) de designar que se diferenciavam dessa dualidade.

A heterogeneidade de designações atribuídas à língua mostrou-se, então, como um caminho possível para observarmos como se dá o processo de produção dos sentidos no discurso do sujeito pesquisador que transita entre línguas. Esse

processo será observado, neste estudo, a partir da (re)formulação⁴ das designações língua materna e língua estrangeira, que tomamos como designações de referência. Damos ênfase a estas formas de designar, constituintes do discurso do/sobre o ensino e a aprendizagem de língua(s), pelo fato de ambas serem insistentemente reiteradas e, apesar dessa insistência (ou devido a ela), poucas vezes encontramos formulado o que se entende por uma designação e outra. Língua materna e língua estrangeira parecem significar somente na relação estabelecida entre ambas. E esta, na maioria das vezes, consiste em um *embate dual* entre uma língua (que se caracterizaria como materna) e outra (que assumiria o status de estrangeira).

Além disso, entendemos que o processo de constituição dos sentidos dessa dualidade se encontra silenciado, uma vez que, ao se tratar de língua materna, nem sempre se questiona quais sentidos de *materna* concernem à noção de língua. De forma semelhante, quando se trata de língua estrangeira, poucas vezes se faz remissão ao estranhamento do sujeito em face de uma língua que não é a sua⁵. No dizer, tais designações parecem consistir em um já-posto, não sendo relevante sua definição. Quando em busca de uma, muitas vezes as noções de língua materna e de língua nacional se sobrepõem, chegando ao ponto de se falar em “ensino de língua materna”, como, por exemplo, no discurso pedagógico. A esse respeito, cabe lembrar que tratar de uma língua nacional unicamente como materna implica aceitá-la como um ideal de unidade, esquecendo-se de suas peculiaridades e da diversidade que lhe é constitutiva. Dito de outro modo, implica equiparar toda manifestação linguística, seja à língua padrão ou língua da escola, em termos de ensino, seja à língua oficial ou língua da nação, no âmbito de uma política de línguas.

Semelhante particularização também parece imperar quando se busca compreender o que se entende por língua estrangeira. Nesses casos, geralmente o nome de uma língua ocupa o lugar de definição, e à pergunta “o que é língua estrangeira?”, responde-se, por exemplo, “Inglês” ou “Espanhol” (línguas que, em nosso país, são designadas estrangeiras). Respostas como essas nos levam a pensar que a estrangeiridade, seja ela *da* ou *na* língua, não é concebida em um âmbito simbólico – em que o estrangeiro possa ser visto como o simbolicamente

⁴ A noção de (re)formulação será tomada a partir da noção de formulação, sendo esta última definida por Orlandi (2001a) não só como o lugar em que se dá o contorno material do dizer, mas também como a materialização da memória discursiva.

⁵ Acentuamos que o indicativo de propriedade consiste apenas em uma ilusão constitutiva do sujeito.

distante, podendo constituir também a língua materna – mas, antes, em uma relação de proximidade ou distanciamento espacial/territorial. A língua estrangeira faz remissão, assim, à língua de outro país. Língua que o sujeito vai aprender, mas não vai, por meio dela, significar(se)⁶.

Acreditamos que essa questão se relaciona, por um lado, aos modos de designar e ao funcionamento dessas designações em diferentes discursos sobre a língua. Por outro lado, pensamos que esta é uma questão que também diz respeito à (i)mobilidade das fronteiras: fronteiras estas que não são apenas físicas, que podem consistir em um lugar de movimento, mas que assumem uma dimensão imaginária de limite. Em meio às condições de fluidez contemporâneas, a dualidade língua materna/língua estrangeira parece permanecer como uma barreira, um entrave que separa o *eu* do *outro* em um âmbito não apenas disciplinar, não apenas imaginário, mas também político.

Com vistas a problematizar não só os efeitos de sentido que as referidas designações produzem, mas também a própria dicotomização da relação do sujeito com/entre as línguas, indagamo-nos a respeito dos sentidos em movimento, quando (em uma espécie de “dança de designações”), não apenas *língua materna* e *língua estrangeira* são mobilizadas, mas outras formas de designar, tais como, “língua de origem” e “língua de adoção”, “línguas estrangeiras”, “línguas não-maternas”, etc. Colocando em discussão os aspectos até então levantados – a saber: a) a constituição de uma subjetividade movente em um lugar que, mais do que físico, é simbólico; b) os modos de subjetivação mediados pelas línguas entre as quais o sujeito se movimenta; c) a posição de pesquisador que esse sujeito assume em meio a dispersão pelas línguas que o habitam e d) os modos de designar a língua, cujo funcionamento se dá no discurso do sujeito – desenvolvemos este estudo, com o objetivo de compreender o processo de produção dos sentidos, constituídos pelo sujeito pesquisador da linguagem em torno da noção de língua.

Para tanto, buscamos respaldo teórico nos estudos em análise de discurso de linha francesa (AD). Dentre as noções que constituem o arcabouço conceitual de nosso trabalho, além de língua, sujeito e sentido, mobilizamos a noção de

⁶ Referimo-nos aqui à distinção comumente estabelecida entre língua estrangeira e segunda língua: a primeira seria a língua aprendida em situações de ensino em um país que não a utiliza como língua “de comunicação”. Enquanto que a segunda seria a língua aprendida via “imersão” em um local onde esta é falada cotidianamente (cf. STERN, 1997). Salientamos, nesse caso, a dimensão espacial enquanto critério distintivo entre uma designação e outra.

designação, advinda do âmbito dos estudos da Semântica da Enunciação, a partir das pesquisas de Guimarães (2003; 2005). Tal noção se mostra pertinente na medida em que consiste na questão que move nosso dispositivo analítico. Por concebermos a designação enquanto observatório da relação do sujeito com a(s) língua(s) – exercendo, portanto, um papel imprescindível em nosso gesto de interpretação – buscamos compreender seu funcionamento por meio da mobilização de saberes advindos dos estudos discursivos. O que propomos é, assim, uma leitura diferenciada de tal noção, deslocando-a de seu lugar teórico de formulação e concebendo seu funcionamento em consonância com noções como memória discursiva e historicidade, tal como estas últimas são abordadas nos estudos do discurso.

Este trabalho constitui-se em quatro momentos: no primeiro, intitulado *Das noções mobilizadas na trama discursiva*, tratamos do dispositivo teórico concernente aos estudos discursivos, em meio ao qual pensamos as noções a) de língua, enquanto materialidade que comporta em si a possibilidade de equívoco (ORLANDI, 1996); b) de sujeito, enquanto posição assumida no discurso e determinada por um lugar social (ORLANDI, 2001b); c) de sentido, enquanto efeito do jogo discursivo, do qual fazem parte sujeito e língua (PÊCHEUX, 1997). No segundo momento, cujo título é *Sobre a (i) mobilidade das fronteiras*, além de tratar das noções de fronteira, território e lugar, buscamos problematizar a situação do sujeito entre línguas como algo que nos encaminha à constituição de um entre-lugar, tendo como base os estudos de Coracini (2007), Pietrolungo (2001) e Scherer (2006). Ou seja, distanciando-nos da fixidez de uma situação chamada de interlíngua (sobre a qual discorreremos também na referida seção), procuramos tangenciar a mobilidade desse sujeito em uma situação de errância⁷. No terceiro momento, intitulado *No (des)territorializar dos sentidos*, tratamos do dispositivo analítico, desenvolvendo uma digressão acerca de reflexões que constituem uma memória discursiva em torno das designações língua materna e língua estrangeira, o que nos possibilita problematizar os efeitos de evidência que giram em torno desse par. É nesse terceiro momento que delineamos a noção de designação a partir de uma perspectiva discursiva. No quarto e último momento, que tem por título *O movimento*

⁷ A noção de *errância*, que se delineará ao longo deste estudo, é tomada a partir das reflexões de Édouard Glissant (2005), o qual a concebe, juntamente com a *deriva*, como “o apetite do mundo. Aquilo que nos leva a traçar caminhos pelo mundo” (Id. p. 152).

das designações, desenvolvemos nosso gesto de interpretação, refletindo sobre os modos pelos quais o sujeito pesquisador designa a língua, bem como sobre os efeitos de sentido aí produzidos.

A contribuição que buscamos trazer com este trabalho consiste na possibilidade de questionamento das evidências que permeiam a dicotomização língua materna/língua estrangeira. O que nos move nesta tarefa é o fato de acreditarmos na desconstrução desses efeitos de evidência/transparência como um meio para pensarmos em uma relação entre sujeito e língua(s) que vá além da lógica binária e linear língua materna/língua estrangeira e, assim, não se restrinja às fronteiras que tais designações possam consigo carregar. Quando falamos em fronteiras, referimo-nos não apenas a limites geográficos, mas também a limites estanques de outras ordens, tais como os existentes em ambientes de ensino: limites temporais, contedúísticos, disciplinares, que acabam nos encaminhando para limitações reais no encontro com distintos modos de significar.

1 DAS NOÇÕES MOBILIZADAS NA TRAMA DISCURSIVA

O sentido se faz movimento, a palavra segue seu curso, o sujeito cumpre os trajetos de seus processos de identificação, percorrendo diferentes fronteiras de sentido (ORLANDI, 2001a).

Para que possamos refletir sobre a problemática que circunda a forma pela qual a língua é designada no dizer do sujeito pesquisador que vivencia uma situação entre línguas e culturas, mobilizamos inicialmente as noções de língua, sujeito e sentido, advindas da Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD). Com esse enlace teórico, buscamos tangenciar a maneira como podemos identificar esse sujeito em sua relação com a língua, enquanto materialidade que lhe é constitutiva, produzindo sentidos. A inter-relação com demais concepções teóricas também nos respaldará em nosso gesto de leitura sobre a noção de *sujeito entre línguas*, marcada singularmente pela posição-sujeito *pesquisador da linguagem*. Tal apanhado teórico nos auxiliará ainda em nossos procedimentos de análise, de modo a ponderarmos sobre a constituição dos sentidos, na materialidade discursiva, a partir do movimento das designações atribuídas à língua.

1.1 Língua, lugar de equívoco

A noção de língua ocupa um lugar de vital importância em nosso estudo, não só por funcionar como um elo constitutivo na rede do discurso, cuja formulação e funcionamento visamos a compreender, mas também por permear todas as outras noções teóricas que aqui mobilizaremos. Em função disso, iniciamos por aludir a quem nos referimos quando tratamos de língua. Com essa finalidade, remontamos a uma pequena, mas significativa, passagem do texto **A análise do Discurso: história e práticas**, de Francine Mazière ([2005] 2007)⁸, na qual encontramos formulada uma distinção pertinente para os estudos da linguagem: trata-se da contraposição entre

⁸ A data entre [colchetes] se refere à primeira edição da obra, enquanto que a data entre (parênteses) se refere à edição traduzida, que será utilizada como referência no decorrer deste estudo.

“a língua” e “as línguas”. Segundo Mazière, a primeira se caracteriza como um “fato humano e social teorizado”, ao passo que as segundas consistem em “organizações geográficas, históricas e sociais singulares” (MAZIÈRE, 2007, p. 19). Tal distinção incide em nada menos do que uma demarcação de limites entre os planos teórico e empírico, já que, nestes dois âmbitos de saber, o falar sobre a língua implica uma tomada de posição diferenciada: o âmbito empírico concernindo à experiência do sujeito, enquanto falante de uma língua, e o teórico, à formulação e inserção de seu dizer em uma rede de sentidos que envolve essa noção.

Buscamos a distinção entre as noções de língua, enquanto construto teórico, e de língua, enquanto realidade de fatos linguísticos, primeiramente, porque entendemos ressoar, no dizer de Mazière, a afirmação de Pêcheux e Gadet ([1981] 2004, p. 19), para quem “o objeto da lingüística consiste no duplo fato de que existe língua e de que existem línguas”. Em segundo lugar, porque acreditamos que nosso objeto de análise nos permite refletir sobre a relação do sujeito com as línguas que o habitam, constituindo (e deslizando) os sentidos da própria noção de língua, por meio do gesto de designá-la, o que nos possibilitaria pensar a Linguística, também nos termos de Pêcheux e Gadet (Ibid.), como “a ciência da língua e das línguas, ciência da divisão sob a unidade”. Nesta primeira seção, deter-nos-emos na concepção de língua como objeto conceitual, ou seja, como um dos elos do dispositivo teórico que nos habilita a pensar o processo de constituição do sujeito e dos sentidos em torno da (noção de) língua.

Desde a delimitação da língua como objeto de uma ciência, muitas são as áreas que a têm como foco de suas investigações, assim como também são várias as perspectivas pelas quais esta tem sido abordada até nossos dias. No cenário brasileiro, por exemplo, a diversidade de estudos que partem da língua, seja como objeto, seja como base de suas teorizações, é bastante representativa, abrangendo desde pesquisas que se pautam em uma concepção sistêmica, até as que se voltam a uma visão discursiva sobre a língua(gem). Nosso objetivo aqui não é o de traçar esse panorama histórico das formas pelas quais a língua foi compreendida nesse percurso, mas de tecer considerações que dizem respeito a dois importantes momentos para nosso trabalho: a visão sistêmica, cujos postulados deram início aos estudos linguísticos existentes ainda hoje, e a discursiva, em cujas bases teóricas nos apoiamos. Realizaremos uma breve retomada da primeira concepção, para nos determos, mais pontualmente, na segunda.

Como sabemos, a concepção sistêmica de língua, desenvolvida a partir de Saussure ([1916] 2006), encarregou-se de delimitar e de estabelecer fronteiras entre a Linguística, que visava ao estatuto de ciência, e outras disciplinas. Tal distinção fez-se indispensável, considerando-se o momento teórico em que ocorreu, uma vez que, para a constituição dessa ciência, um objeto e um método de estudo específicos deveriam ser definidos. Nessa direção, estabeleceu-se a língua como objeto da Linguística e a sincronia como seu viés de abordagem. A noção de língua, nessa perspectiva, consiste em um sistema de regularidades, cuja organização interna se encarrega de sua unidade e totalidade. Compreendida como “um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE [1916] 2006, p. 17), a língua se caracteriza não só como o ponto de unidade da linguagem, mas também como uma organização formal passível de ser sistematizada. Além disso, os elementos que compõem esse sistema, os signos, são de ordem negativa, na concepção de Saussure (op. cit.), e interagem entre si por meio de relações de oposição, de forma que um signo significa pela oposição ao que os outros significam, ou, dito de outro modo, um signo é o que os outros não são.

Essa concepção de língua difere-se constitutivamente daquela que funciona nos estudos em análise de discurso, não só pela conjuntura teórica e histórica em meio à qual foi delimitada, mas também pelas possibilidades de movimentação permitidas ao pesquisador, quando em frente da mesma. A língua da linguística, ou do linguista, tal como é chamada essa concepção sistêmica, direcionaria os olhares para um viés entendido como formal, ou seja, para um núcleo mais denso, no qual a exterioridade interferiria em muito pouco nos caminhos a serem trilhados.

A noção de língua com que trabalhamos não se filia a esse âmbito (sistêmico) de saber, muito embora tenha se constituído a partir do mesmo. Retomamos esse viés de abordagem, enfatizando a noção de sistema e suas relações opositivas, por ser impossível apagá-lo de um trabalho que se quer pertencente aos estudos linguísticos. Também o fazemos devido ao fato de essa concepção nos ser relevante em um momento posterior, em que contraporemos a ideia de um “pensamento de sistema” a um “pensamento de errância”, trazendo, para nosso campo de estudos, uma proposta desenvolvida por Édouard Glissant, poeta, escritor e crítico literário contemporâneo, que aborda a questão da diversidade na relação entre línguas e culturas em sua **Introdução à poética da diversidade** (GLISSANT, [1995] 2005).

Neste momento inicial, instiga-nos percorrer mais demoradamente a noção de língua, compreendida pelo viés da análise de discurso.

A possibilidade de se pensar em uma noção de língua com a qual trabalha o analista de discurso vem à tona com as reflexões desenvolvidas por Michel Pêcheux e seu grupo, na França, a partir da década de sessenta. Nesse período, a análise de discurso de orientação francesa é fundada, tomando a Linguística, ancorada nos preceitos saussurianos, como uma de suas bases (cf. MALDIDIER, [1990] 2003). No entanto, a AD se distingue de uma análise tão somente linguística por primar pela compreensão do processo discursivo, o que implica a abertura da dualidade língua/fala proposta por Saussure, uma vez que, para Pêcheux ([1975] 1997), o discurso é sempre discurso de um sujeito, mediado por uma série de fatores externos ao sistema linguístico.

Dessa forma, a partir de uma discussão que aborda a importância de um corte epistemológico em toda ciência – ou seja, o estabelecimento de um momento de ruptura a partir do qual não se pode mais pensar tal ciência da mesma maneira – Pêcheux, em **Semântica e Discurso** (1997), lança uma crítica à Linguística, que acreditamos ser esclarecedora a respeito de sua relação com esta. Afirma o autor que "a Linguística (saussuriana) está, em seu limite, condenada a retornar para aquém do corte que a inaugura, por um tipo de 'obstinação do recalcado', cujo nó (que constitui seu mais fraco elo) se situa na região da semântica e se articula em torno do par língua/fala" (PÊCHEUX, 1997, p. 245). Pêcheux se dedica, então, a esse elo fraco da linguística – a questão do sentido – atribuindo à noção de fala a função de "remendo", que visaria a sanar o vazio lacunar deixado pela instituição do objeto língua, como sistema de signos. Nessa direção, concebendo a oposição língua/fala como aquilo que fragiliza o "edifício saussuriano", uma vez que o transborda, é que podemos entender a relação não dicotômica, mas constitutiva, entre língua e discurso, pensada por Pêcheux.

Dos postulados pecheutianos advém a ótica em que trabalhamos, a qual entende que a língua não se detém nos domínios de um sistema encerrado em si mesmo, uma vez que se abre a sua exterioridade, à história e ao sujeito que fala. Tal abertura se deve ao fato de esta noção funcionar ideologicamente, ou seja, de não se portar apenas como estrutura linguística, mas também como base material de processos discursivos diferenciados (cf. PÊCHEUX, 1997). Sendo constituída enquanto forma material, a língua traz em si a possibilidade de equívoco, o que

contribui para que sentidos migrem, oscilem entre diferentes discursos. Nas palavras de Ferreira (2003),

A língua na análise de discurso é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história para produzir sentidos (FERREIRA, 2003, p. 196).

Tal é a noção de língua com que trabalharemos aqui. Cabe-nos, contudo, refletir sobre o modo como podemos compreender os efeitos dos deslizes, das falhas, do equívoco nesse sistema significante. Com esse propósito, mobilizamos reflexões acerca dessas noções, organizadas em dois momentos, que não se excluem, mas se complementam: o primeiro, gira em torno do texto **O amor da língua**, de Jean-Claude Milner ([1978]1987), a partir do qual é possível pensarmos sobre a língua como permeada pelo real. E o segundo, em torno de **A língua Inatingível**, de Gadet e Pêcheux ([1981] 2004), no qual se discute a relação entre o real da língua e o real da história, refletindo-se sobre o equívoco, o impossível e a contradição.

Ao abordar a não-totalidade e o não-idêntico na língua, Milner trabalha dois conceitos que se relacionam e que são caros ao analista de discurso: o real e o equívoco. A princípio é difícil estabelecer-se fronteiras entre ambos, pois, à proporção que o real irrompe pelo equívoco, o equívoco, em si, marca a presença de um real na língua. Entretanto, nos termos do autor, “passamos nosso tempo a desconhecer que a língua seja da ordem do real: por exemplo, traduz-se a língua em termos de realidade, situando-a na rede do útil, a título de instrumento...” (MILNER, 1987, p. 19). Ou seja, concebe-se a língua (e o autor se refere à língua como objeto da linguística) como não-equívoca; como uma forma que consagra o idêntico e que exclui os pontos de impossível que, pelo equívoco, remetem-na ao real, à alíngua⁹.

Poderíamos dizer que essa dificuldade em tratar a língua como transposta por um impossível se deve ao fato de existir, para o sujeito, uma necessidade de representação desse real. Tal representação dar-se-ia pelo imaginário, um dos laços do nó que constitui e articula as noções de real, simbólico e imaginário, formulado

⁹ Em uma das muitas tentativas de definição, Milner (1987, p. 15) nos ensina que “alíngua é o que faz com que uma língua não seja comparável a nenhuma outra, enquanto que justamente ela não tem outra, enquanto, também, que o que a faz incomparável não saberia ser dito”. Segundo o autor, “a alíngua atinge o real” (Id. p 19).

por Lacan e trabalhado por Milner. Essa busca por um todo representável pode ser compreendida, por exemplo, quando tratamos da própria noção de real: ao sabermos que há um impossível que irrompe e que transpassa a língua, perguntamo-nos, ao mesmo tempo, que impossibilidade é essa, ou seja, se o real é o impossível, tal como o desenvolve Milner (e, antes dele, Lacan), interrogamo-nos, impossível de quê? Inevitavelmente tentamos representar essa falta, visando a saturar, totalizar imaginariamente o que por si mesmo é não-todo. Na própria tentativa de definir o impossível, deparamo-nos com ele. É desse modo que o real se configura como o impossível de dizer, de não dizer e de dizer tudo, pois a língua é em si mesma equívoca: ela falha, falta, desliza, esburaca-se, contradiz-se; e é “impossível que seja de outro modo” (PÊCHEUX, [1988]1990, p. 29). Para Milner

Dedicar-se à língua enquanto tal, reconhecer nela as facetas de um real, é, quanto à experiência das pessoas, dizer ao sujeito falante que ele é, na língua e em toda locução, alguma coisa da qual ele não é nem mestre nem responsável (MILNER, 1987, p. 78).

Por meio dessa consideração, podemos, então, refletir não só a respeito da incompletude da língua, mas também sobre a dupla ilusão em que se funda o sujeito, desenvolvida por Pêcheux (1997) como esquecimentos nº1 e nº2 – a saber: a ilusão de que o sujeito é origem daquilo que diz e de que seu dizer possui apenas aquela possibilidade de sentido. A referida passagem é bastante elucidativa e, com seu auxílio, acreditamos ser possível entendermos também o porquê da crítica de Gadet e Pêcheux (2004) a Milner (1987). Ora, para o último autor, a noção de real e, conseqüentemente, de equívoco parece estar relacionada apenas ao âmbito linguístico. Logo, para os autores, algo aí estaria faltando. Em suas palavras, “a questão de um real da língua inscreve-se nessa disjunção maior entre a noção de uma ordem própria à língua, imanente à estrutura de seus efeitos, e a de uma ordem exterior, que remete a uma dominação a conservar, a reestabelecer ou a inverter” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 30). Os autores ainda afirmam, em outra passagem da mesma obra, que se baseiam contraditoriamente na colocação de Milner, fazendo funcionar o impossível, não apenas na língua, mas também na história, enquanto contradição.

Sendo assim, ao passo que Milner restringe-se ao âmbito linguístico, Pêcheux, juntamente com Gadet, trata o equívoco como o lugar em que a língua

toca a história, ou seja, “como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” (Id. p. 64). O equívoco emana, assim, no ponto em que as duas ordens se enlaçam. Podemos, portanto, dizer que, enquanto as reflexões de Milner nos possibilitam compreender a constituição do sentido pelos vãos da materialidade linguística – em que o equívoco consiste na relação do significante com a alíngua – o pensamento pecheutiano nos habilita a pensar nos sentidos como efeitos da materialidade discursiva (lingüístico-histórica). A partir dessa espécie de re-significação do pensamento de Milner, proposta por Gadet e Pêcheux, em que se formula o enlaçamento, necessário para a interpretação, entre os dois tipos de real, o da língua (o impossível) e o da história (a contradição), depreendemos que também a noção de equívoco vem funcionar diferentemente no lugar teórico onde passa a ser tomada.

Tratamos, em nosso estudo, a constituição material dos sentidos, considerando essa concepção de equívoco, que compreende sua dimensão linguística e histórica. Isso porque entendemos que o não-todo, que se inscreve na ordem significante como possibilidade, não significa somente aí, mas encaminha a uma exterioridade. Esse não-todo estaria no dizer, não se mostrando somente na língua, mas também pela língua, ou seja, pelo funcionamento da língua no discurso. A noção de equívoco nos é pertinente, na medida em que nos autoriza a trabalhar a constituição histórica dos sentidos pelo deslize, como movimento¹⁰.

Ao considerarmos o deslizamento dos sentidos, visamos não a estudar a língua como um fim em si mesmo, mas a compreendê-la como necessária para que se possa abordar o funcionamento do discurso, pois é na superfície linguística que ficam as pistas seguidas pelo analista. Vestígios estes que marcam a presença de um *não-todo* subjacente à ilusão de que se pode dizer tudo, de que se diz exatamente o que se quer. Essa ilusão, constitutiva do sujeito, funda-se no desconhecimento de que a língua comporta o jogo dos sentidos, enquanto superfície opaca que se abre à falhas.

Da noção de língua, direcionamo-nos para a noção de sujeito, não nos esquecendo de que, se os estamos concebendo separadamente, isso se deve tão somente a uma tentativa de definição. Língua, sujeito e sentido, de acordo com os

¹⁰ Tratar do sentido como movimento, como colocamos, vai ao encontro da noção de sentido material, segundo a qual a materialidade do sentido diz respeito à sua constituição enquanto processo, ou seja, como possibilidade de ser sempre outro.

pressupostos em que nos baseamos, constituem-se mutuamente no discurso, não sendo possível referir-se à língua, à sua equivocidade ou à sua opacidade, sem que se considere seu papel como base desse discurso, que também é preche de sentidos, tanto quanto é múltiplo de sujeitos.

1.2 Do simbólico na constituição da subjetividade

Para compreendermos a noção de sujeito, seu lugar nos estudos discursivos, bem como sua importância, quando tratamos do processo de produção de sentidos, faz-se necessário remontarmos novamente à conjuntura teórica do nascimento dos estudos do discurso (na França, entre as décadas de 60 e 70). Naquele momento, as reflexões de Pêcheux acerca da concepção de sujeito – influenciadas pela leitura althusseriana de Marx, que se ancorava no materialismo histórico, assim como pela leitura lacaniana de Freud, com uma teoria do inconsciente – passam a existir como um questionamento à noção de sujeito intencional, racional e homogêneo, que vigorava no campo das ciências humanas. Pêcheux se dedicou a uma teoria materialista do discurso e, para que esta se concretizasse, era preciso que a problemática que concernia ao sujeito não fosse desenvolvida a partir de um ser “sempre-já dado” sobre o qual se centra a subjetividade.

Deveu-se a isso a necessidade de pensá-la sob uma teoria não-subjetivista, na qual esse sujeito não fosse visto como centro, mas como parte constituinte do processo discursivo, como um efeito desse processo (cf. PÊCHEUX, 1997). Contrapondo-se à concepção de sujeito cartesiano, a noção de sujeito interpelado ideologicamente e dotado de inconsciente contribuiu para compreendê-lo, não como origem e causa de si, mas como constituído na figura da interpelação, por meio da qual, antes mesmo de falar, tal sujeito já é falado pela linguagem.

A esse gesto constitutivo, Pêcheux (Id. p. 154) se refere como o “pequeno teatro teórico da interpelação”, no qual, dos bastidores do teatro da consciência (eu falo, eu vejo, eu penso), fala-se do sujeito, fala-se ao sujeito, antes mesmo de que este possa dizer “eu falo”. Ao encontro desse processo de interpelação concebido por Pêcheux, no qual o sujeito menos diz do que é dito, Paul Henry ([1974]1992, p. 188) coloca que “o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e

sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”. Em suas palavras, podemos depreender uma negação do sujeito do cogito cartesiano, assim como no “pequeno teatro teórico” de Pêcheux, em prol de um sujeito considerado como efeito de linguagem, sendo esta uma prática simbólica na qual aquele se constitui ao ser interpelado pela ideologia (cf. ORLANDI, 1996). Nessa abordagem, o indivíduo se subjetiva na relação com o simbólico e, é ao encontro desse modo de concebê-lo, que Eni Orlandi desenvolve suas reflexões.

De acordo com essa pesquisadora, o sujeito está fadado a interpretar, ou seja, a constituir sentidos e a se constituir por meio deles. Essa “injunção a dar sentido” é o que faz com que o sujeito se submeta à língua enquanto ordem, para que possa (se) significar (cf. ORLANDI, 1996). Tomar a língua como ordem implica, para Orlandi (op. cit.), concebê-la como forma material, não empírica, nem abstrata. Dito de outro modo, implica compreendê-la não enquanto estrutura formal, mas como funcionamento. Nesse sentido, a autora coloca que “se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua” (ORLANDI, 2001a, p. 100). Em outros termos, para ilustrar esse processo de constituição, podemos fazer funcionar o jogo significante estabelecido pela mesma autora, quando esta afirma que o sujeito necessita sujeitar-se à *língua* para se constituir sujeito *da língua*.

Orlandi (2001a) tem o cuidado de pontuar, em outra passagem, que esse sujeitar-se à língua não deve ser entendido como uma submissão a um sistema puramente linguístico, mas como uma relação constitutiva entre a língua, em funcionamento no discurso, e o sujeito. Em suas palavras,

Quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, na produção dos sentidos. É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos (ORLANDI, 2001a, p. 102).

Em conformidade com a autora, podemos entender que, muito além de um sistema, a língua consiste em um objeto simbólico, ou, dito de outro modo, em um mecanismo que se configura como condição para a inserção do sujeito no simbólico, o que nos possibilita parafrasear sua colocação, dizendo que é ao simbólico que o

sujeito se submete *pela* língua. Como, nos termos de Henry, o simbólico é definido como “aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito” (HENRY, 1992, p. 165), podemos igualmente acrescentar que sem o simbólico, manifesto pela língua, não haveria processos de subjetivação. Em nosso entendimento, considerar o jogo da língua na história como o acontecimento desse objeto simbólico, tal como concebe Orlandi (op. cit.), encaminha-nos não só a nos distanciar da estaticidade e do fechamento que o sistema formal comporta – como um todo que se quer completo – mas também a contemplar, na regularidade que permeia esse funcionamento, a abertura do simbólico, seus limites tênues e indecisos, ou seja, sua incompletude.

Ora, tal como a língua, o sujeito, em uma perspectiva discursiva, também pode ser visto como heterogêneo e incompleto. Logo, quando tratamos de sujeito, a partir dessa concepção, podemos observar que sua constituição não se dá somente pela falta, mas também por uma busca pela completude, o que o levaria não só a se identificar com diversas formações discursivas (doravante FD), mas também a ocupar diferentes posições nessas FDs. Ao assumir uma posição, o sujeito mobiliza dizeres em uma rede que se constitui historicamente e, nessa rede, são as formações discursivas que possibilitam a emergência de alguns sentidos, mas não de todos, em seu dizer. Como sabemos, o sujeito em análise de discurso é “posição entre outras”, efeito do processo discursivo, e não origem deste, pois, como enfatiza Orlandi (1996, p. 49), “esse sujeito que se define como ‘posição’ é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva em relação com as demais”.

Neste estudo, quando tratamos da constituição do sujeito, trabalhamos com a conjectura de que este é constituído não apenas pela linguagem, mas por saberes postos em circulação por meio desta. As reflexões que nos autorizam a tratar desse processo de constituição de tal forma são desenvolvidas por Indursky (2003; 2006), quando a autora trata da noção de formação discursiva como um espaço que abriga uma multiplicidade de saberes. Segundo Indursky, a formação discursiva pode ser vista não só como o lugar no qual o sujeito “se significa ao significar ou re-significar seu dizer” (INDURSKY, 2003, p. 102), mas também como “um domínio de saber altamente heterogêneo, onde se inscrevem muitas e diferentes posições-sujeito” (INDURSKY, 2006, p. 128). Conforme entendemos, o sujeito se submete à língua,

inscrevendo-se em determinados domínios de saber (FDs), para significar o que diz, mas também para se significar. Sendo assim, se o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva e, se esta, por sua vez, comporta saberes múltiplos, somos levados a pensar que a constituição do sujeito dar-se-ia mediada por esses saberes que são próprios a uma FD, mas que também advêm de outros lugares, de outros domínios.

Esses saberes outros podem, ou não, ser colocados em curso, dependendo do modo de identificação desse sujeito com a forma-sujeito da FD na qual se inscreve. Ao encontro de tal colocação, Indursky (1998) argumenta que as posições assumidas pelo sujeito,

vão desde a plena identificação com a forma-sujeito, refletindo o saber de sua formação discursiva, até divergir desse domínio de saber, aí introduzindo o diferente e o divergente, que instauram a contradição. Um sujeito com tais características apresenta “o dizer do outro” como parte integrante da constituição de seu dizer. Por conseguinte, o “outro” é constitutivo do “eu” (INDURSKY, 1998, p. 116).

Torna-se importante afirmar que as identificações do sujeito a um domínio de saber não consistem em uma escolha totalmente voluntária, pois este, embora vivendo a ilusão de se colocar como autor e como responsável por suas filiações, é interpelado ideologicamente a se inscrever e a se identificar com determinada FD. Essa determinação, que não advém de um ato volitivo do sujeito, é fruto de sua relação com a exterioridade, a qual, por sua vez, não se configura como algo que está fora do sujeito, mas que o constitui.

Para Orlandi (1988), tal determinação apresenta-se de forma paradoxal, pois o sujeito, ao mesmo tempo em que não é nem origem nem dono de si, também não se coloca como completamente determinado pela exterioridade¹¹. Essa contradição, que o torna “livre e submisso”, marcaria, assim, um modo tenso de subjetivação, mediado pelo simbólico, pois, como a autora coloca, “a noção de sujeito carrega consigo a de contradição e a de incompletude” (ORLANDI, 1988, p. 12). São esses determinantes, em nosso entendimento, manifestos como real da língua (incompletude) e como real da história (contradição), que convergiram de modo a caracterizar o que se tem chamado de “real do sujeito”, ou seja, a falta que lhe é fundante, assim como a relação com a história, que o leva (se) significar.

¹¹ A autora desenvolve esta reflexão, considerando a forma-sujeito histórica capitalista, com a qual nos relacionamos.

Assim, se o sujeito, ao significar, constitui a si mesmo, isso se deve ao fato de não haver sentido, sem que haja interpretação (cf. ORLANDI, 1996), o que nos encaminha a conceber o processo de constituição de sujeito e de sentidos, levando em consideração a historicidade, ou seja, a inscrição da língua na história. Em concordância com Orlandi (2007a),

Embora a subjetividade repouse na possibilidade de mecanismos lingüísticos específicos, não se pode explicá-la estritamente por eles. Para não se ter uma concepção intemporal, a-histórica e mesmo biológica da subjetividade – reduzindo o homem ao ser natural – é preciso procurar compreendê-la através de sua historicidade (ORLANDI, 2007a, p. 2).

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a constituição da subjetividade implica um processo historicamente intermediado por gestos de interpretação, pois, para a autora, “a língua significa porque a história intervém, o que resulta em pensar que o sentido é uma relação determinada do sujeito com a história” (ORLANDI, 1996, p. 46). Falar em interpretação como um gesto, leva-nos a compreendê-la como um ato no nível simbólico, que, pelo trabalho da história e do significante, abre espaço para o equívoco, para a falha, mas também para o possível (cf. ORLANDI, 1996). Além disso, de acordo com Orlandi, o simbólico é marcado pela incompletude, logo, por sua relação também com o silêncio.

A respeito deste, podemos colocar, juntamente com a autora, que o silêncio não indica ausência de dizer, tampouco de sentido, pois, mesmo não falando, ele significa, significando também o sujeito. O gesto de interpretação configura-se, assim, como o lugar em que se pode compreender a relação do sujeito com a língua, o que faz com que esse gesto seja necessário também na relação do sujeito com o mundo que o cerca, significando a ambos. Como estamos compreendendo, a subjetividade se instaura quando, em um processo de constituição mútua – no qual o silêncio também intervém, produzindo efeitos – sujeito e sentidos são chamados à existência. Na seção seguinte, refletiremos sobre essa relação, observando-a a partir da noção de sentido e de sua corporificação no discurso.

1.3 A deriva dos sentidos

Retomando as considerações de Orlandi a respeito da relação constitutiva do sujeito com o simbólico e buscando aprofundar essa relação no que tange ao âmbito histórico e, principalmente, discursivo, trazemos a colocação de Indursky (2006), segundo a qual

É na ordem da língua que se dá o encontro entre sujeito e história e é neste encontro que se dão os debates/embates e se constituem as diferentes subjetividades que vão se inscrevendo e/ou se reinscrevendo na ordem deste discurso bastante heterogêneo (INDURSKY, 2006, p. 122).

Essa relação da língua com a história produz efeitos no dizer do sujeito, uma vez que o sentido se constitui, em seu discurso, na intersecção de dois domínios, o intradiscursivo e o interdiscursivo. As noções de inter e intradiscursivo são formuladas por Pêcheux (1997), e desenvolvidas, no espaço brasileiro, por diversos autores, dentre os quais Indursky (2003). É a partir da leitura de tal estudiosa que mobilizamos aqui essas concepções. Indursky coloca que os saberes antecedem o discurso do sujeito, constituindo uma rede de repetibilidade, que se apresenta de forma vertical, ou seja, interdiscursiva. Desse âmbito do repetível, anterior e exterior ao discurso, o sujeito mobilizaria saberes que passariam a ser postos em funcionamento, no seu dizer, de forma horizontal, ou seja, intradiscursiva. Na concepção da autora, “o sujeito lineariza esses saberes [...] em seu discurso, dando-lhes uma formulação própria, inscrevendo, dessa forma, seu discurso na repetibilidade” (INDURSKY, 2003, p. 102). Poderíamos entender que a formulação do discurso se dá, pois, em um “ciclo de repetibilidade”, visto que o interdiscursivo – a rede de saberes/dizeres já significados – consiste, ao mesmo tempo, em um ponto de partida, no qual o sujeito busca um saber que possa funcionar em seu dizer, e em um ponto de chegada, uma vez que, para significar, esse dizer deve se inscrever no mesmo repetível.

Logo, a compreensão dos efeitos de sentido, produzidos a partir de um discurso, deve levar em conta não só a linearidade da formulação (intradiscursivo), mas também sua exterioridade, que entendemos, aqui, como a relação histórica com o já-dito (interdiscursivo). Nessa direção, podemos considerar que um gesto de

interpretação, enquanto constitutivo das práticas discursivas do sujeito (e do analista de discurso), não consiste na atribuição de um sentido qualquer, uma vez que, conforme Pêcheux,

a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência (PÊCHEUX, 1990, p. 54-55).

De acordo com o que vimos desenvolvendo, podemos afirmar que um discurso se inscreve em uma esfera de sentidos possíveis, dependendo, para sua formulação, de outros dizeres anteriores e exteriores. Deve-se a isso o fato de a noção de sentido ser concebida como dependente da relação entre língua, sujeito e história¹². Conforme colocamos, ao propor uma relação não dicotômica entre língua e discurso, Pêcheux (1997) compreende a língua como a base material do processo discursivo. Como base, o critério puramente linguístico daria apenas o suporte necessário para a constituição desse processo, sendo, em si mesmo, insuficiente para caracterizá-lo. Na mesma direção, Orlandi (2007a, p. 2) argumenta que “há condições para que a língua surta seus efeitos. Não se trata apenas de um jogo de significantes descarnados, embora a língua como significante importe muito. Para ressoar, é preciso a forma material, ou seja, a língua-e-a-história”.

Podemos considerar, assim, que o sentido de um termo não se encontra atrelado a seu significante, mas é constituído nas/pelas relações que estabelece com outros termos, expressões e proposições, dentro de um dado domínio de saber. Dito de outro modo, e em concordância com Pêcheux (1997), o fato de uma mesma expressão poder significar de formas distintas e de expressões diferentes poderem significar da mesma forma é a condição para que cada elemento seja dotado de sentido. Sendo assim, acreditamos que o sentido se relaciona a um termo, menos como seu constituinte intrínseco do que como possibilidade. Nas palavras do autor,

¹² A atenção às duas últimas noções, por sua vez, pode ser considerada como um dos aspectos que distingue a abordagem discursiva de uma abordagem puramente linguística, pois, ao passo que a primeira se desloca da materialidade/superfície linguística, para apreender os processos discursivos, a segunda se preocupa unicamente com a estrutura linguística em si. Em outras palavras, se pensarmos a partir da própria concepção de estrutura, diríamos que esta, nos estudos linguísticos, é abordada enquanto formalizável, ao passo que, nos estudos discursivos, é concebida como uma espécie de abertura ao real (ao equívoco, ao impossível). A esse respeito, conferir Dorneles (1999).

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe 'em si mesmo' (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÉCHEUX, 1997, p. 160).

Enquanto que, na língua, existe como possibilidade, no processo discursivo/ideológico, o sentido é dependente de um todo complexo de formações discursivas – que determinam “o que pode e deve ser dito” – e vai ser instituído pela FD na qual o sujeito se inscrever. Dessa forma, distanciando-nos da ideia de um sentido único e inalterável, vinculado ao significante, é que falamos em *efeitos de sentido*. Quando tratamos do sentido, enquanto efeito resultante de um processo, no qual interferem sujeito, condições de produção do discurso, bem como formações sociais e ideológicas, não consideramos que a origem de um sentido único decorreria de um ato de intencionalidade do sujeito, pois, se assim fosse, o sentido seria facilmente controlável, não havendo espaço para o equívoco. Concebemos tal noção a partir da relação entre a materialidade linguística, o sujeito e a história, pois acreditamos, de acordo com Orlandi (2001a), que no ponto de encontro, onde língua e história se entrelaçam, é que o dizer se abre à interpretação. Os sentidos, desse modo, podem sempre se tornar outros; e isso se deve, ainda segundo Orlandi (2001a), aos gestos de interpretação, que, de certa forma, organizam o universo de possibilidades de sentidos, ao darem corpo a uns e não a outros no discurso. A esse respeito, o que nos coloca a autora, é bastante esclarecedor:

Por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos. Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história (ORLANDI, 2001a, p. 9).

Ao corporificar sentidos por meio de gestos de interpretação, o sujeito significa sua inscrição na língua, tendo seu dizer marcado também por esses gestos, os quais derivam de sua identificação com determinados domínios de sentido. Para Orlandi, essa corporificação pode ser pensada a partir da noção de formulação, na qual “há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das palavras” (Id. p. 10). Em nosso entendimento, refletir sobre a noção de sentido, considerando sua corporeidade, implica atentar para os dizeres enquanto marcas do sujeito; o que, em decorrência, leva-nos a pensar, reciprocamente, no sujeito, enquanto marcado pelos

dizeres. Nesse caminho, se ao constituir sentidos o sujeito também se constitui; ao dizer, o sujeito se diz, ou seja, marca e é marcado pelo movimento dos sentidos.

É por levarmos em consideração a constituição do sujeito, juntamente com os sentidos que produz, ao se inscrever na língua, que problematizaremos os efeitos de sentido das designações em seu discurso, não nos esquecendo de que esse sujeito se submete a diversas ordens significantes e constitui os sentidos do que diz na errância por entre elas. A noção de errância funciona, em nosso estudo, como uma remissão ao desenraizamento do sujeito e a seu deslocamento constante por entre caminhos e sentidos fugidios, lembrando, assim, a noção de rizoma, desenvolvida por Deleuze e Guattari (1992).

Na reflexão desses autores, a raiz pivotante, ou raiz única, é aquela que vai apenas em uma direção, sempre no mesmo sentido e é de encontro a essa noção que os autores potencializam a noção de rizoma, ou seja, a raiz que vai em várias direções, que se alastra em vários sentidos e que cresce entre as coisas. Pensar a errância como desenraizamento, nos direciona a refletir, primeiramente, sobre o movimento de saída de determinado território, ou seja, uma desterritorialização; em segundo lugar, sobre o deslocamento do sujeito, tanto físico como imaginário, e, em terceiro lugar, sobre a perda das raízes, que implica considerar tanto a não-estaticidade, o dinamismo, quanto a perda da origem e, conseqüentemente, um luto ou uma busca por essa origem.

Seguindo as palavras de Coracini, diríamos que “essa rede, tecido, tessitura, texto, melhor dizendo, escritura se faz corpo no corpo do sujeito, (re)velando marcas indeléveis de sua singularidade” (CORACINI, 2007, p. 09). Nesse sentido, entendemos que os dizeres, mais do que marcas, são cicatrizes que constituem o sujeito por esses deslocamentos, ou, dito de outro modo, que significam os deslocamentos no sujeito. Nos termos de Derrida,

são gestos contraditórios, é um corpo a corpo: recebe-se um corpo e deixa-se nele sua marca. Este corpo a corpo, quando traduzido para a lógica formal, oferece enunciados contraditórios. Então, deve-se escapar, evitar a contradição ou deve-se justificar essa experiência da língua? Eu, de minha parte, elejo a contradição, elejo expor-me à contradição (DERRIDA, 2001c, *online*)¹³.

¹³ Tradução nossa de “son gestos contradictorios, es un cuerpo a cuerpo: uno recibe un cuerpo e deja en él su firma. Esto cuerpo a cuerpo, cuando se lo traduce a la lógica formal, ofrece enunciados contradictorios. Entonces, ¿hay que escapar, evitar la contradicción o hay que justificar esta experiencia de la lengua? Yo, por mi parte, elijo la contradicción, elijo exponerme a la contradicción”.

Esse processo de constituição se configura, assim, como simbolicamente denso e paradoxal, uma vez que a relação do sujeito com o simbólico, no dizer de Payer (1999), é intermediada pela presença e pelas imagens das línguas, ou seja, é constitutivamente marcada por essa imbricação. Procuraremos refletir mais pontualmente sobre essa complexa forma de subjetividade na seção *Sujeito e língua(s): a constituição de um entre-lugar* (seção 2.2). Isso porque acreditamos que, antes de tratarmos do imbricamento entre as línguas, faz-se necessário problematizarmos as fronteiras que costumam ser fixadas entre elas.

2 SOBRE A (I)MOBILIDADE DAS FRONTEIRAS

Sabemos todos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas (PESAVENTO, 2002).

A noção de fronteira pode vir a suscitar o interesse de uma disciplina que requer para si um lugar de entremeio, como é o caso da AD. Em nosso estudo, essa noção se faz pertinente por nos auxiliar a refletir sobre a mobilidade do sujeito entre línguas, bem como sobre a posição-sujeito pesquisador da linguagem, conforme estamos propondo. Falávamos, em nossa introdução, que a usual polarização das designações língua materna e língua estrangeira concerniria não apenas ao gesto de designar, mas também a uma questão de (i) mobilidade das fronteiras. É, pois, acerca dessa problemática que vamos nos deter a partir de agora, buscando compreender a (des)estabilização das fronteiras como movimentos de territorialização e desterritorialização (cf. DELEUZE e GUATTARI, 1992).

2.1 Limites e fronteiras: do território ao lugar

Quando concebida geograficamente, a noção de fronteira se constitui em relação contraditória com uma outra noção: a de limite. De acordo com Hissa (2002), limites e fronteiras, ao mesmo tempo em que se inter-relacionam, distinguem-se, quer por sua amplitude – sendo o limite caracterizado como uma linha demarcatória, enquanto que, a fronteira, como o entorno a essa linha – quer por seu funcionamento – o limite constantemente compreendido como o fim de um território, enquanto a fronteira é tomada como o início¹⁴.

Ainda em uma perspectiva geográfica, Machado (1998) argumenta que essa diferenciação também se coloca porque

enquanto a *fronteira* pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de

¹⁴ Conforme o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (1999, *edição eletrônica*), *fronteira* deriva do adjetivo *fronteiro* que, por sua vez, advém de *front*, “situado em frente”.

estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o *limite* é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais (MACHADO, 1998, p. 43).

Todavia, se em sua definição, limites e fronteiras se configuram como realidades distintas e facilmente separáveis, em seu funcionamento o mesmo nem sempre acontece. Isso se deve, na maioria das vezes, ao fato de noções como estas, apesar de assumirem uma dimensão de concretude, serem intrínseca e constitutivamente simbólicas e não meramente físicas, como salienta a colocação de Pesavento (2002), tomada como epígrafe desta seção. Podemos considerar que é devido a sua constituição simbólica que as fronteiras acabam tendo um funcionamento oscilante entre a mobilidade e a fixidez, exercendo também o papel de limites. Nas palavras de Pesavento (Id. p. 35-36), as fronteiras são, acima de tudo, “construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelecem classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo”.

Sendo assim, diferenciando-se de um dado natural, a estabilização de fronteiras consiste em uma construção tanto cultural, quanto política, ou mesmo discursiva, como veremos mais adiante. Funcionando como limites, as fronteiras podem ser traçadas também a partir da relação com a alteridade, marcando, desse modo, um distanciamento instaurado entre o eu e o outro, o dentro e o fora, o familiar e o estranho. São as fronteiras que acabam, pois, por ratificar e justificar as diferenças, a exclusão do “diferente”, bem como a instauração do “normal”.

Em um viés discursivo, podemos compreendê-las com base nas reflexões de Pêcheux (1990), quando o autor questiona a necessidade de um “mundo semanticamente normal”, ou seja, “normatizado”, que figura universalmente. Para o autor, “a necessidade de fronteiras coincide com a construção de laços de dependência face as múltiplas coisas-a-saber, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas” (PÊCHEUX, 1990, p. 34). Poderíamos dizer, seguindo as considerações pecheutianas, que impera, em nossa sociedade (e também no meio acadêmico-científico), uma demanda pela delimitação de fronteiras, pela constituição de territórios, ou seja, pela construção (imaginária) de contornos nitidamente delineados, que moldam um lugar de dizer, mas que também restringem a multiplicidade e a diferença.

Tomamos, neste estudo, a estabilização de fronteiras em consonância com movimentos de delimitação de territórios, ou seja, como um modo de se estabelecer uma pretensa unicidade, que configuraria um efeito de certeza e de estabilidade. Entendemos a noção de território a partir da definição formulada por Haesbaert (2005, p. 6774), ao afirmar que este “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”.

As reflexões desenvolvidas pelo autor trazem como referência o pensamento filosófico de Deleuze e Guattari (1992; 1995; 1996), estudiosos a quem é atribuída a cunhagem das noções de (des)territorialização e reterritorialização. Seguindo esta abordagem, podemos dizer que a territorialização consiste no gesto de “recortar”, para si, um território. Argumentam os autores (1992) que

É necessário ver como cada um, em toda idade, nas menores coisas, como nas maiores provações, procura um território para si, suporta ou carrega desterritorializações, e se reterritorializa quase sobre qualquer coisa, lembrança, fetiche ou sonho [...] Não se pode mesmo dizer o que é primeiro, e todo território supõe talvez uma desterritorialização prévia; ou, então, tudo ocorre ao mesmo tempo (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 90-91).

Para Deleuze e Guattari, a noção de desterritorialização se contrapõe a de territorialização, e, por consistir no movimento de saída de um território, implica, conseqüentemente, uma reterritorialização, ou seja, a instauração de/em outro território. Sendo assim, na concepção dos autores, não se pode pensar em desterritorializar sem considerar a possibilidade de se reterritorializar, uma vez que “os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre um alhures” (Id. p. 113). Os gestos de (se) desterritorializar ou de (se) reterritorializar podem ser compreendidos, então, em paralelo com a (des)estabilização das fronteiras, em um movimento no qual a relação com o outro intervém de modo determinante, uma vez que delimitar um território implica também limitá-lo, ou seja, estabelecer-lhe fronteiras.

A partir das conceitualizações colocadas, podemos entender que uma reflexão sobre fronteiras ou limites não deixa de ser também uma reflexão sobre poder (cf. HISSA, 2002), uma vez que a fronteira, assim como vem sendo posta, visa a demarcar uma esfera de tentativa de controle, seja de sujeitos, seja de línguas,

seja de saberes ou de sentidos. São estabelecidas, assim, fronteiras entre nações, restringindo a circulação de sujeitos, principalmente quando estes são designados estrangeiros; fronteiras entre línguas, definindo negativamente como *interferência* quando estas se encontram; fronteiras entre âmbitos de saber, silenciando determinados sentidos. Concebida dessa forma, a fronteira “se desdobra no político”, no dizer de Pesavento (2002, p. 36). É nesse sentido que, mesmo em meio às condições de fluidez que vivenciamos hoje, essa noção aparece ainda muito relacionada ao gesto de demarcar territórios.

Com relação às línguas, isso não tem sido diferente, pois ambientes de produção de sentidos *na* e *sobre a* língua constantemente são compartimentados, de forma que a própria noção de língua acaba seguindo essas segmentarizações. Na relação entre as línguas, a estabilização de fronteiras também tem sido uma demanda frequente, como já mencionamos, pois o distanciamento simbólico termina por significar menos do que a distância física ou territorial¹⁵.

Contudo, o gesto que buscamos potencializar aqui é o da desterritorialização, que implicaria em uma desestabilização dessas fronteiras, submetendo-as ao fluxo, à mobilidade. Para esse propósito é que recorreremos aos estudos de autores como Glissant (2005), por um viés literário, e Maffesoli (2001), com um olhar sociológico. Pela ótica de tais teóricos, a noção de fronteira passa a ser (re)significada e redefinida a partir da errância e do deslocamento. Isso porque a referida noção é pensada menos como marco estanque, exterior ao sujeito, do que como determinada pelos movimentos de cada um. São esses movimentos que fazem tal noção deslizar, possibilitando concebê-la como um lugar instável, de identificações e diferenças. Nessa mesma direção, torna-se possível também que a noção de território, como espaço delimitado com bordas estáveis, seja questionada. Nas palavras do sociólogo Maffesoli,

Assim é que a territorialização individual (identidade) ou social (instituição) tendo tomado, durante a modernidade, a importância que se sabe, dá lugar ao tempo de um jeito novo de fazer o caminho. O tempo do êxodo maciço que assumindo o contrapé das certezas identitárias ou das seguranças institucionais, enverede pelos caminhos aventureiros de uma nova busca iniciática de contornos ainda indeterminados (MAFFESOLI, 2001, p. 104).

¹⁵ Territorial pode ser compreendido aqui com uma dupla possibilidade de sentido, tanto no âmbito físico/espacial, quanto no âmbito de domínio restrito de saberes.

Frente a essa indeterminação de contornos, a fronteira se expande e se distancia cada vez mais da concretude e da estaticidade, destituindo-se também do caráter definitivo e imutável que lhe tem sido conferido. A esse respeito, Pesavento (2002, p. 36-37) faz considerações importantes, ao colocar que “como realidade transcendente, a fronteira é um limite sem limites, que aponta para um além. É conceito impregnado de mobilidade [...]”.

A partir do que desenvolvem os autores supracitados, referendados por seus respectivos lugares teóricos, podemos compreender a fronteira, não como marco inalterável, mas errante, isto é, em movimento, tal como o sujeito. Essa concepção acaba por dissolver a fixidez da fronteira, assim como a do território nela contido. Não significando mais somente a contenção, os limites mesclam suas formas aos deslocamentos, uma vez que passam a ser traçados por estes.

Tal inversão de valores se torna muito significativa ao se tratar da fronteira entre línguas e, mais ainda, do sujeito que se constitui entre as mesmas, pois, conceber que as fronteiras podem se mesclar e mesmo se autoconstituir, conduz a compreender as línguas não mais como unidades. Conduz a tratar do fato linguístico da relação, que, por sua vez, não se dá mais em um território, mas em um lugar.

Refletir sobre a noção de lugar nos leva a outros universos de sentido e a outro modo de funcionamento. Dito diferentemente, não se trata de pensar o sujeito em um território, mas esses territórios no sujeito, constituindo-o, constituindo seu lugar. Ao refletir sobre essa noção, Glissant (op. cit) se afasta da ideia de território, pois, para ele, o lugar deve ser concebido e vivenciado “dentro de um pensamento de errância”. Ainda segundo o mesmo autor,

esse lugar – que é incontornável – não deve ser um território a partir do qual olha-se o vizinho por cima de uma fronteira absolutamente fechada, e imbuído do desejo surdo de ir ao espaço do outro para impor-lhe as próprias idéias ou as próprias pulsões. Penso que se trata de uma mudança no imaginário das humanidades que nós todos devemos realizar (GLISSANT, 2005, p. 156).

As colocações de Glissant nos dão subsídios para compreendermos, neste estudo, as noções de lugar e território, uma vez que estas, para nós, não soam como simples sinônimos. Ambos são espaços cujos contornos são difíceis de serem traçados, posto que nem o território, nem o lugar, restringem-se a um âmbito tão somente físico. Poderíamos colocá-los, aqui, como *construções discursivas* e, a fim

de melhor os compreendermos, chamamos novamente, em nosso auxílio, as palavras de Pêcheux (1990). Se, por um lado, podemos compreender o território como uma “estrutura representável homogênea”, nos termos do autor, por outro lado, podemos tomar o lugar como “uma zona intermediária de processos discursivos”. Concebido dessa forma, o lugar seria uma espécie de

região discursiva intermediária [em que] as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar: os objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos (PÊCHEUX, 1990, p. 52).

Nesse sentido, poderíamos acrescentar que o sujeito está e não está na(s) língua(s), segundo a discursividade em que se insere ou em que insere seu dizer (voltaremos mais tarde a esta questão). É sobre esse caráter contraditório que desenvolveremos as seções que integram esta terceira parte, buscando refletir sobre a constituição do sujeito, entre o pertencer e o não-pertencer às línguas. A noção de lugar, cujos contornos começamos a delinear a partir das considerações de Glissant (2005) e Pêcheux (1990), é também problematizada no âmbito dos estudos linguísticos, no Brasil, seja como um lugar “entre-línguas”, na concepção de Coracini (2007), seja como um “lugar em um intervalo”, segundo Scherer (2006), ou ainda como um “entre-lugar”, conforme Pietrolungo (2001). O ponto de convergência entre as três abordagens parece consistir na concepção desse lugar como um “entremeio”.

Nas palavras de Payer (1999, p. 102), a representação do lugar pelo viés da relação com a língua funciona “de modo estrutural na constituição do sujeito”, o que nos direciona a tratar do sujeito e de seu discurso como não desvinculados do lugar a partir do qual são constituídos. Em função disso, dedicar-nos-emos, nas subseções seguintes, a uma leitura mais pontual acerca da forma como essa noção de lugar é discursivizada nos estudos linguísticos brasileiros, tendo como base as concepções das autoras anteriormente referidas. Assim o faremos para que possamos melhor compreender os efeitos desse lugar intervalar na constituição da posição-sujeito pesquisador da linguagem, a qual, em nosso entendimento, constitui-se, discursivamente, como decorrência do movimento entre línguas.

2.2 Sujeito e língua(s): a constituição de um entre-lugar

Falar em entre-lugar pelo viés da Análise de Discurso não pode deixar de envolver a remissão a uma particularidade de seu modo de constituição que consiste, como afirma Orlandi (1996), no fato de esta ser uma disciplina de entremeio. Como sabemos, a AD se constitui ancorada em saberes de diferentes lugares teóricos como a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico. O fato de tal disciplina se fundar em um entremeio não implica, para a autora, na mera acumulação de conhecimentos advindos desses outros lugares, mas na discussão contínua de seus pressupostos. Além disso, esse questionamento constante é tomado como constitutivo do viés em que a AD tem se colocado, “no espaço indistinto das relações entre disciplinas” (Id. p. 23), relações estas que não são interdisciplinares, pois não se caracterizam por uma complementaridade, tampouco por uma instrumentalização. Segundo Orlandi, a AD não consiste em uma interdisciplina, porque não se beneficia da junção entre linguística e ciências sociais, mas sim em uma “antidisciplina”, em uma “desdisciplina”, que as questiona constantemente.

Pensar em uma disciplina de entremeio, ainda em conformidade com a autora, encaminha-nos a considerar que esta não se sustenta na união de outras disciplinas, mas na relação de contradição existente entre elas. Nas palavras de Orlandi (Id. p. 25), “essas formas de disciplinas que chamo de entremeio não são, a meu ver, interdisciplinares. Elas não se formam entre disciplinas, mas nas suas contradições. E aí está sua particularidade”. Entendemos, assim, a singularidade que marca, para os estudos discursivos, o *entre* constitutivo de entremeio como um espaço contraditório, indistinto e intervalar. Estar em um entremeio, de acordo com essa abordagem, conduz-nos a uma situação de desconforto e de constante inquietação.

Tais considerações possuem um papel importante para a problematização que visamos aqui a colocar, pois, quando pensamos em um sujeito entre línguas, o que ressoa é esse modo de constituição em um “interstício”, ou seja, em um entremeio. Logo, assim como Orlandi discute as especificidades que distinguem uma disciplina de entremeio de uma interdisciplina, entendemos ser relevante

pontuarmos o que diferencia o lugar entre-línguas, a que nos referimos, do lugar chamado interlíngua¹⁶.

Em um primeiro momento, poderíamos nos perguntar que implicações haveria na (in)distinção entre falar sobre um sujeito *entre-línguas* e sobre um sujeito que vivencia uma situação *de interlíngua*? Poderíamos começar por considerar que a discursivização sobre esse sujeito pode ser compreendida como proveniente de dois âmbitos de saber diferenciados: um que tomaria sua constituição em um lugar de entremeio, intervalar e, portanto, contraditório (tal como Orlandi enfatiza em sua reflexão). E outro que não trataria de sua constituição, mas de sua relação com as línguas enquanto acréscimos (cf. ORLANDI, 1996), códigos auxiliares para sua comunicação/interação.

A diferenciação entre esses dois lugares de dizer não se resume, entretanto, tão somente ao que acabamos de colocar. Ou melhor, o que acabamos de colocar deve ir além de uma simples distinção, ancorando-se no fato de estarmos tratando de discursos que circulam no âmbito acadêmico-científico e que, como tais, são permeados por saberes de lugares teórico-disciplinares distintos, cujos pontos de vista são também diferenciados. Perspectivas que, devemos ressaltar, resultam na consideração de objetos distintos.

Somos levados a indagar, então, o que caracterizaria tais pontos de vista. Para tanto, alguns questionamentos nos são pertinentes, como a) que concepção de sujeito está em jogo em ambas as abordagens? b) que concepção de língua as constitui? e c) como a relação com a língua é vista em ambas? Poderíamos apontar outras questões como, por exemplo, em que concepção de ciência ambas se ancoram. No entanto, acreditamos ser possível desenvolver nossa reflexão tendo como base as três questões aqui colocadas.

A começar pela noção de sujeito, entendemos que uma situação de interlíngua nos direcionaria a um sujeito (professor/aprendiz), acima de tudo, consciente frente ao processo de aprendizagem. A essa concepção de sujeito centralizado e racional, Coracini (2007) se refere como “o sujeito da enunciação”, que vive a ilusão de exercer total controle sobre o que diz, sobre o que o outro diz,

¹⁶ A noção de *interlanguage*, traduzida como interlíngua, foi formulada por Selinker (1972). No entanto, neste trabalho, tomamos seus desdobramentos em estudos desenvolvidos contemporaneamente, no Brasil, a partir de tal noção, tanto na área da Linguística Aplicada, como na pedagogia de línguas.

bem como sobre os efeitos de sentido dos dizeres de um e de outro (cf. CORACINI, 2007).

Um viés teórico que prioriza esta noção poderia entender, por exemplo, os processos de aquisição e de aprendizagem de línguas como diferentes, uma vez que a aprendizagem seria tomada como um ato deliberado de um sujeito que já “dominaria” uma língua e “escolheria” aprender outra, configurando um processo que seria mais consciente do que o de aquisição, como se esse nível de consciência fosse mensurável. Tal concepção poderia defender que, uma vez que o sujeito tenha “escolhido” aprender outra língua, estas – enquanto unidades ou estruturas totalizáveis – deveriam ficar separadas durante a aprendizagem, de modo que uma, a língua chamada materna, não interferisse no desempenho da outra, a língua estrangeira¹⁷. As línguas seriam, assim, colocadas como pólos e o aprendiz deveria seguir esse percurso linear, de um pólo a outro.

Faz-se necessário observarmos que os pólos são geralmente dois, a língua materna e a estrangeira. Dito diferentemente, não haveria outras línguas que atravessariam essa relação, assim como não haveria a consideração de outros fatores, além do âmbito linguístico, aí envolvidos. A formulação dessa perspectiva pode ser observada, por exemplo, em uma abordagem sobre o ensino de língua estrangeira, desenvolvida por Schütz (2006). Nessa concepção, a interlíngua tem sido compreendida como uma fase em que o sujeito ainda não se desprende da língua chamada materna. Nos termos do referido autor, esse aprendiz ainda está em “processo de assimilação da língua estrangeira” ou ainda não alcançou seu “potencial máximo de aprendizado”, o que implicaria fazer uso da língua como (se fosse) um “falante nativo”.

Tais formulações soam um tanto incômodas para quem se inscreve em uma perspectiva que prima pelo processo de constituição de sujeito e de sentidos na(s)/pela(s) línguas. Isso porque a noção de língua que vemos se delinear na abordagem supracitada parece ser a de um instrumento que se deve manejar com a maior perfeição possível, noção que é reafirmada pelas palavras de Schütz:

se o professor não tiver um nível de proficiência equivalente à de um nativo, o aprendiz já estará assimilando desvios [...] Assim como um artista precisa

¹⁷ A ideia de que uma língua exerce “interferência” sobre outra costuma ser afirmada como uma das causas da situação chamada interlíngua. Este é o caso do estudo de Schütz (2006), o qual será problematizado mais adiante.

de um modelo real constantemente ao alcance de seus olhos para captar as formas, luzes e cores da realidade que procura retratar, assim o aluno precisa de um ambiente autêntico de língua e cultura estrangeira para uma assimilação mais pura. A afinação de um instrumento nunca será perfeita se o diapasão já estiver desafinado (SCHÜTZ, 2006, online).

Voltando-nos para tal formulação, entendemos que esta não se sustenta apenas em um imaginário de que a língua está ancorada em um modelo de correção, mas também de que é o sujeito (professor) quem precisa ser o responsável pela manutenção desse modelo, e mais, pela sua “afinação”. Assim, retomando as questões anteriormente colocadas, a saber: que sujeito é esse? Que língua é essa? De que ordem é a relação entre sujeito e língua? Podemos afirmar que muitas das possíveis respostas formuladas a partir desse lugar de dizer, fundamentam-se na evidência de que o sujeito é intencional e dono de si, de que a língua é manipulável, tal como um instrumento, e de que a relação sujeito/língua concerne a uma relação de propriedade/posse de um sobre a outra.

Ora, sabemos que a concepção de sujeito que vigora nos estudos do discurso (conforme desenvolvemos na seção 1.2) se distingue constitutivamente da noção de sujeito racional e homogêneo que exerce domínio sobre si e sobre a língua. Sabemos também que a concepção discursiva de sujeito foi desenvolvida, por Michel Pêcheux e seu grupo, em uma conjuntura teórica de questionamento a essa visão de sujeito cartesiano (cf. MALDIDIER, 2003). Em uma perspectiva discursiva, o sujeito menos diz do que se diz e, como não poderia deixar de ser, não exerce domínio algum, seja sobre a língua, seja sobre o outro, seja sobre os efeitos de sentido que se produzem no processo discursivo. Nesse viés, a língua também não é una, tampouco totalizável, não significando como código, mas como materialidade (cf. seção 1.1).

Tomar a língua enquanto materialidade linguística implica considerar seu funcionamento no discurso, distanciando-se da concepção de língua como um sistema abstrato e como um todo contornável. Além disso, implica trabalhá-la sem desconsiderar a possibilidade de deslize, de falha e de equívoco, uma vez que estes são concebidos como intrínsecos a uma estrutura que comporta em si a incompletude, ou seja, a não-totalidade que a consagra ao (im)possível. Sendo assim, a língua, seja ela chamada materna ou estrangeira, é sempre falha, nela o sujeito sempre desliza.

Podemos dizer que não existe, portanto, se pensarmos discursivamente, uma situação de interlíngua, porque, se toda língua é marcada pela incompletude, as fronteiras entre uma língua e outra não são nítidas, elas se mesclam e se confundem. Segundo Coracini (2007),

Toda língua não passa de um simulacro de unidade, porque ela se constitui de outras línguas, de outras culturas: não há língua pura e não há língua completa, inteira, una, a não ser na promessa sempre adiada, promessa que é dívida impossível de ser quitada, que é esperança numa racionalidade, numa totalidade jamais alcançada, lugar inacessível da segurança e da certeza, longe da dúvida e do conflito... (CORACINI, 2007, p. 48-49).

É em função disso que o sujeito entre-línguas está, para nós, em um entre-lugar. Sendo assim, o que objetivamos compreender, nesta subseção, diz respeito ao modo como podemos refletir sobre essa noção a partir do olhar que lhe vem sendo dado nos estudos linguísticos/discursivos atualmente. Para esse propósito, tomamos a errância e a dispersão entre línguas como a condição de existência de um modo de subjetivação que caracterizaria o sujeito contemporâneo. No que concerne a tal especificidade, devemos considerar, em conformidade com Payer (1999, p. 101), “que a mobilidade espacial produz e requer, enquanto condição de produção do discurso, mobilizações também na representação dessas condições, fora do que não se dá o encaixe necessário que estamos querendo apontar da língua no lugar”. A partir desse momento, buscaremos pontuar de que maneira podemos compreender a constituição desse sujeito, bem como os efeitos dessa condição em seu discurso.

Concebendo a mobilidade e o deslocamento como constituintes das condições de produção do discurso do sujeito entre línguas, acreditamos que seu processo de constituição encontra-se mediado pelas várias línguas¹⁸ que o habitam e que se (inter)relacionam em sua historicidade. Pensamos, também, em concordância com Coracini (2007), que a relação com mais de uma língua “imprime marcas indelévels à subjetividade que se (re)constrói a todo instante, através de um

¹⁸ Quando tratamos desse movimento, falamos sobre línguas que carregam em seu nome (língua francesa, língua portuguesa, língua espanhola, etc.) as fronteiras entre um território e outro, com todas as implicações que isso possa ocasionar. Apesar disso, não desconsideramos os estudos que tratam a questão da não-unidade da língua e que problematizam, por exemplo, a existência de línguas portuguesas, espanholas, etc.

conjunto de identificações que somos capazes de capturar graças à porosidade da língua” (CORACINI, 2007, p. 132).

Essa formulação nos encaminha à hipótese de que, se o sujeito transita por várias línguas, sua subjetividade seria permeada por essas diversas ordens. Sendo assim, mesmo inconscientemente, sua relação com estas seria mediada por processos de identificação, os quais possibilitariam que o sujeito se submetesse às línguas, para, então, constituir os sentidos daquilo que diz. Desenvolvemos tal hipótese, buscando compreender, não a determinação que exerceria um sistema puramente linguístico sobre o sujeito, mas seu assujeitamento ao funcionamento das línguas, enquanto formas materiais distintas, que carregam consigo memórias discursivas singulares. A esse respeito, Celada (2007, p. 360) argumenta que “sujeitar-se às formas de dizer de outra ordem simbólica, em potência, implicará movimentos-sujeito, implicará uma subjetividade sendo solicitada e tomada em redes de memória – o que dá lugar a filiações identificadoras”.

Faz-se necessário lembrarmos que o falar em outra língua não se limita ao ato de apropriar-se de um código ou de um instrumento de comunicação diferente do que comumente se utiliza, pois dizer e produzir sentidos envolve inscrever-se na discursividade dessa língua, ou seja, no jogo por meio do qual sujeito e sentidos se constituem.

Essa relação constitutiva dar-se-ia por meio de tomadas de posição do sujeito nas línguas. Diríamos melhor, por meio de deslocamentos dessas posições entre línguas. No entanto, esse processo não ocorreria de forma linear e isolada, de uma língua para a outra, uma vez que, no cruzamento entre estas, a subjetividade se configuraria como uma dispersão entre múltiplas posições, em constante deslize, o que contribuiria para pensarmos sua constituição de forma heterogênea, afetada, dentre outros fatores, pelo entrecruzamento das línguas. Nessa direção, a identidade do sujeito seria constituída por “momentos de identificação” com (a língua do) o outro.

Tal consideração nos leva a salientar que, quando tratamos da relação entre sujeito e línguas, não nos referimos a uma situação de interlíngua, pois, conforme as palavras de Derrida (2003), referidas por Saraiva (2005, p. 54), “falar a mesma língua não é apenas uma operação lingüística”, como parece ser o caso a que nos direciona a noção de interlíngua, definida anteriormente. Essa noção, tal como costuma ser pensada, parece não abarcar, em toda sua complexidade, o movimento

de sujeitos e de sentidos. Pelo contrário, enquanto etapa, parece estar condenada a representar a estaticidade com que as línguas são forçadamente ensinadas (aprendidas?) nos ambientes de ensino. Em contrapartida, o entre-línguas marca o dinamismo do *ser/estar entre* (cf. CORACINI, 2007): em uma língua e em outra ao mesmo tempo e, também ao mesmo tempo, em nenhuma completamente, já que se pode estar simultaneamente em várias. Como conter em uma etapa o fluir de sentidos que o *ser/estar entre* proporciona? Como falar em interferência, quando se está em um turbilhão de línguas, dentro do qual “minha língua não pode ficar isenta e salva” (GLISSANT, 2005, p. 50)?

Compartilhamos, assim, da concepção de Coracini, para quem o entre-línguas se configura como um “lugar confuso e sem dono [...], que significa entre-culturas, entre-outros, entre mim e o outro, que é sempre ‘outros’” (CORACINI, 2007, p. 47). O efeito de sentido de *entre-línguas* não incide, portanto, em um ponto intermediário entre duas unidades linguísticas que deve ser sanado com a aprendizagem, mas em um interstício constituído por várias ordens significantes, já que toda língua é inevitavelmente perpassada por fagulhas de outras.

Nos termos de Derrida (2001c), a língua consiste em uma herança que é inapropriável, pois, se por um lado antecede o falante que nela se inscreve, possibilitando que este a/se recrie. Por outro lado, a língua nunca lhe pertence, não se deixando apropriar, ainda que o sujeito a considere (ilusoriamente) como sua. Em concordância com o autor (2001c, *online*), “mesmo quando não se tem mais que uma língua materna e se está enraizado em seu lugar de nascimento e em sua língua, mesmo nesse caso, a língua não pertence”¹⁹. Tal afirmação é desenvolvida a partir do mote que se desenrola ao longo de seu contraditório diálogo presente em **O monolingüismo do outro** ([1996] 2001a, p. 13): “eu não tenho senão uma língua, e ela não é minha”. Sendo assim, seguimos com o autor, “tem-se que habitar, sem habitar [...] esta é uma contradição que se inscreve na possibilidade da língua. Sem esta contradição, não haveria língua”²⁰ (2001c, *online*).

De nossa parte, acrescentaríamos, não haveria também o entre-línguas, pois tal contradição permite-nos situá-lo em uma borda, nem na língua, nem fora dela, como nos sugerem as palavras do próprio autor. A problemática do *ser/estar entre*,

¹⁹ Tradução nossa de “Aun cuando no se tiene más que una lengua materna y uno está enraizado en su lugar de nacimiento y en su lengua, aun en ese caso, la lengua no pertenece”.

²⁰ Tradução nossa de “hay que habitar sin habitar [...] es una contradicción que se inscribe en la posibilidad de la lengua. Sin esta contradicción, no habría lengua”.

de acordo com o que desenvolve Derrida, possibilita-nos pensar no entre-lugar como um *estar-não-estando* ou como um *estar-sem-estar*, visto que o *entre* pode indicar que não se está nem dentro, nem fora, seja de lugares, seja de línguas.

Nesse mesmo movimento, buscando delinear a noção de entre-lugar, remontamos novamente à concepção de Coracini, para quem “no entre-lugar (entre-línguas-culturas-outros) [...] não há espaço para as polarizações, para as fronteiras”, já que este consiste em um âmbito onde “o mesmo e o diferente, o dentro e o fora se imbricam e se constituem mutuamente” (CORACINI, 2007, p. 11). Lugar instável e movediço, poderíamos dizer, tomando o caso do sujeito que se constitui em/por várias línguas, uma vez que sua subjetividade seria transpassada por essas diversas ordens.

Para pensarmos no entre-línguas como um entre-lugar, é preciso que compreendamos a língua não somente como um sistema gramatical ou como um meio de comunicação. Devemos considerar que o sujeito é constituído e falado pela língua. Nesse sentido, a formulação de Derrida é singularmente significativa, pois falar uma língua não diz respeito **apenas** ao âmbito linguístico. Falar uma língua, como uma herança, implica uma busca constante por se apropriar do inapropriável que fala no/do/pelo sujeito. Em função disso, é que nunca se está em casa em uma língua, é-se sempre estrangeiro, “sempre exilado em nossa própria morada”, no dizer de Coracini (2007, p. 48).

Continuando a circunscrever a noção de entre-lugar, pautamos ainda nossas reflexões nas formulações de Pietroluongo (2001) e de Scherer (2006). A primeira autora, remontando dizeres que fazem remissão à suposta familiaridade da língua materna, concebe a imagem de um estrangeiro de si, a qual decorreria da transferência do sentimento de estranheza, que o sujeito já vivenciava em sua língua, para a outra, chamada estrangeira. Diante do encontro com outra língua, a transparência das palavras e a intencionalidade do dizer teriam sua evidência desconstruída e seria, para a autora, devido a isso que “a experiência do não-saber, do tatear, do fragmento, da falha, da opacidade ganha toda sua *consistência*” nesse encontro (PIETROLUONGO, 2001, p. 197).

É nessa esfera de incerteza, que podemos conceber a noção de entre-línguas, pois, nas palavras da autora, o estrangeiro de si, enquanto marca desse outro lugar de onde o sujeito é dito, “tem conseqüências graves das quais nunca me darei inteiramente conta. No mínimo, nunca mais falarei a mesma língua. Passo a

fazer da minha língua um entre-lugar, ao instituir nela fronteiras de um outro dizer” (Id. p. 196). A perspectiva tomada por Pietroluongo, embora pautada na ilusão de que o sujeito tenha a língua como sua, ou seja, de que ela lhe pertence, leva-nos a questionar a pretensa unidade dessa língua, pois, nas palavras da autora, a “minha língua” se torna um entre-lugar ao ser permeada por outros dizeres. A língua, então, não é pura e, mesmo que o sujeito a tome como sua, nunca se dará inteiramente conta desse atravessamento de outras línguas.

A noção de entre-lugar recebe, em Scherer (2006), o estatuto de dispositivo metafórico de reflexão. Sítio no qual o sujeito se inscreve para falar, estando ao mesmo tempo dentro e fora, o entre-lugar consiste, assim, no “lugar em um intervalo, em uma falha” (SCHERER, 2006, p. 01). Esse lugar intervalar e falho pode nos encaminhar novamente tanto ao pensamento de Orlandi (1996), por mostrar uma situação de entremeio, quanto de Derrida (2001a), por mobilizar sentidos que concernem a noção de “borda” (costa), visto que, se o sujeito se inscreve, ao mesmo tempo, dentro e fora, isso implica considerar, por outro lado, que não se está nem dentro, nem fora. Dito de outro modo, habita-se o lugar, sem habitá-lo, ainda segundo o mesmo autor (cf. DERRIDA, 2001c).

Scherer (2006) reflete a respeito da noção de lugar – e, conseqüentemente, de entre-lugar – a partir da consideração de três princípios norteadores: primeiramente, é preciso compreendê-lo enquanto uma estrutura simbólica, ou seja, como um lugar que é constituído pela linguagem, permeado por ela. Segundo, como um espaço delimitado por domínios e fronteiras, os quais, por sua vez, além de simbólicos, são também políticos. E, por fim, como um jogo de força, buscando uma regularização, o que implica entender que há uma relação dissimétrica entre os elementos constitutivos desse lugar, ou, talvez pudéssemos dizer, há uma contradição que o constitui.

Tomando as formulações da autora, para refletirmos acerca da constituição do lugar entre-línguas, poderíamos colocar que este se configuraria enquanto um espaço de oscilação do sujeito, entre o pertencer e o não-pertencer às línguas, ou seja, entre a submissão e a não-submissão a esses sistemas simbólicos, pelos quais o sujeito é tomado e constituído (se considerarmos o primeiro princípio anteriormente mencionado). Além disso (considerando o segundo e o terceiro princípios), o entre-línguas seria delimitado, não somente pela existência de fronteiras – ora tênues e porosas, ora intransponíveis – entre as línguas, mas

também, pelo embate de forças estabelecido entre estas, visto que, embora podendo se emaranhar na constituição da subjetividade, as línguas carregam consigo uma cultura, uma história e uma memória, que não podem ser esquecidas, quando postas em relação. Nas palavras de Scherer (2003, p. 120), “o sujeito vai, assim, se constituindo na língua pela sua história, na história dessa materialidade”.

Compreender a relação do sujeito entre línguas enquanto um entre-lugar, conforme pensamos, tem também outras implicações, que não se restringem à consideração da incerteza, da opacidade e do tatear do sujeito pelas línguas, ou seja, a inquietação e o desconforto do entremeio. A noção de entre-lugar nos leva a afirmar um descentramento desse “ser-entre”, que pode ser pensado em oposição a um sujeito visto como centro do processo discursivo e origem do dizer. Em outras palavras, se o sujeito menos fala do que é falado pela língua, no entre-lugar essa situação se mostra de forma ainda mais contundente.

Entendemos, a partir daí, e com base nas ponderações das autoras anteriormente mencionadas, que o encontro com várias línguas constituiria um lugar intervalar, o qual produziria efeitos tanto na constituição do sujeito, quanto dos sentidos de seu dizer. Por esse viés, perguntamo-nos, se o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz, como nos coloca Orlandi (2001b), por que o deslocamento do sujeito entre línguas (o que nos encaminharia à constituição de um entre-lugar) não seria também constitutivo de seu dizer? Em outras palavras, por que o dizer do sujeito pesquisador não seria marcado por um entre-lugar? Nessa direção, mobilizamos novamente as reflexões de Pietrolungo (2001), segundo a qual

O exercício continuado de uma língua estrangeira dará, pois, contornos novos à minha subjetividade, à minha relação com o dizer, com o ver, com o fazer. Minha língua será para sempre afetada pelo movimento dessa nova trama significativa (PIETROLUNGO, 2001, p. 196).

Trama que constitui o sujeito e que o insere em uma discursividade outra, permeada de outros sentidos. Em busca de mais uma haste que nos dê sustentação para concebermos esse lugar entre línguas, diríamos, resignificando as palavras de Édouard Glissant (2005, p. 134), que o entre-lugar se constitui por “emaranhados de línguas, nos quais é preciso praticar a errância”. As reflexões desenvolvidas por esse autor são pertinentes, na medida em que nos permitem olhar para a relação entre sujeito e língua(s) como algo não-estático, como uma dinâmica na qual, ainda

segundo o autor, “não se trata de justaposição de línguas, mas de sua conexão em rede” (2005, p. 145). Uma rede, por vezes, paradoxal, pensamos, mas em cuja contraditoriedade, as línguas se enlaçam, movimentando-se, colidindo²¹ entre si, constituindo sentidos e significando sujeitos. Em leitura realizada acerca da noção de lugar em Glissant, Rocha (2003) pontua que

A noção de “lugar” estaria de acordo com o que se produz hoje no mundo, porque, da mesma forma que ela dilui o conceito de território, dilui também a idéia de nação, de região ou de etnia firmadas sobre si mesmas, enraizadas em seus “próprios” valores e que compõem uma visão de mundo que exclui o outro, o diferente, o estrangeiro²² (ROCHA, 2003, p. 05²³).

Assim, se considerarmos que a relação dos sujeitos com a língua é diferenciada quanto ao modo de inscrição na discursividade desta, podemos colocar que o sujeito entre-línguas pode ser visto como marcado por seus deslocamentos, pois de um território a outro, de uma posição discursiva a outra, seu dizer (e seu lugar) se constituem e suas concepções de mundo, de língua e de cultura são (re)definidas. Acreditamos que essa formação heterogênea da subjetividade pode se manifestar, por exemplo, nas designações por meio das quais tal sujeito formula seu dizer sobre a língua, uma vez que, em concordância com Silveira (2007, p. 116), “o conhecimento é marcado pelo que é da ordem do singular, do que é próprio a cada sujeito e que ele desconhece”.

Esse (des)conhecimento, no caso do sujeito entre-línguas, diz respeito a uma história que não se limita a situações de deslocamento entre territórios, podendo ser estendido para a relação do sujeito com as línguas, ou mesmo para a pretensa relação com uma única língua, pois, conforme Derrida (2001c), mesmo em uma situação de aparente monolinguismo, mesmo que o sujeito pareça enraizado em sua língua e em seu lugar de nascimento, ele está submetido ao fato de uma língua não ser nunca intrinsecamente homogênea e, conseqüentemente, de não lhe pertencer. Sendo assim, mesmo estando (ilusoriamente) em “sua” língua, o sujeito pode

²¹ Quando nos utilizamos de uma imagem de colisão entre as línguas, compreendemo-la mais como uma espécie de batimento, de desestabilização, do que de choque, propriamente dito.

²² Tradução nossa de “La notion de ‘lieu’ serait en accord avec ce qui se produit aujourd’hui dans le monde parce que de la même manière qu’elle dilue le concept de territoire, elle dilue aussi l’idée de nation, de région ou d’ethnie fermées sur elles-mêmes, enracinées dans leurs ‘propres’ valeurs et qui comportent une vision de monde qui exclut l’Autre, le différent, l’étranger”.

²³ A paginação é referente ao texto divulgado online.

vivenciar uma experiência entre línguas, se considerarmos, de acordo com o autor, que a língua é híbrida e que não pertence ao sujeito.

Observando a língua por esse ângulo, podemos estar em um entre-lugar mesmo que o movimento não seja tão visível, mesmo que esse deslocamento seja dentro de uma mesma ordem significativa que, constitutivamente, apresenta-se contraditória. A partir daí, podemos afirmar, juntamente com Scherer (2006, p. 03), que o lugar, sobre o qual tratamos, “não pode ser entendido como algo pleno, com bordas delimitadas tão somente pelas ditas fronteiras e domínios, mas como um espaço movente *de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...*”²⁴.

Considerando a singularidade do lugar entre línguas, que chamamos aqui de entre-lugar, tendo como base os estudos de Coracini (2007), Scherer (2006) e Pietroluongo (2001), ponderaremos, então, sobre o caso do sujeito que produz conhecimento sobre a língua, a partir de sua relação com as línguas que o habitam, mas ainda a partir de outros lugares que transpassam seu dizer. A posição assumida discursivamente por tal sujeito é a que denominamos *pesquisador da linguagem*.

2.3 A posição-sujeito pesquisador da linguagem

Em nosso entendimento, a posição-sujeito pesquisador da linguagem se constitui, marcada pelo lugar entre línguas, na relação entre o saber e o não-saber a/sobre a língua na/da/pela qual se fala (parafrazeando o dizer de Silveira, 2007). Conforme colocamos anteriormente, consideramos o sujeito discursivo, do qual estamos tratando, como constituído não apenas pela linguagem, mas por saberes colocados em curso por meio dela. Nessa direção, podemos pensar que o pesquisador da linguagem se constitui a partir de saberes sobre a língua que circulam em um lugar teórico/disciplinar, marcando seu dizer por meio de filiações a determinado(s) domínio(s), mas também em um lugar social, pela sua experiência,

²⁴ Os grifos são da autora e fazem remissão a uma passagem da obra de Pêcheux (1999).

enquanto falante de línguas. A fim de que possamos pensar a esse respeito, tomamos como suporte uma consideração de Orlandi, segundo a qual

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2001b, p. 53).

Nessas condições, entendemos que o dizer do pesquisador da linguagem se caracteriza por sua heterogeneidade, por circular em diferentes lugares e por mobilizar uma memória que é fragmentada. Tais lugares podem ser compreendidos como espaços de tensão: por um lado, entre o saber e o não-saber a/sobre a língua, visto que esse sujeito, como já colocado, além de se constituir entre discursos, comporta a singularidade do movimento entre línguas, sendo significado por dizeres em espanhol, português, francês, etc. Esse sujeito estaria, assim, em um entre-lugar, tecendo, com as línguas que o constituem, uma relação de *equilíbrio instável*. Por outro lado, a tensão se dá entre o saber dizer e o poder/dever dizer, uma vez que, para significar, o sujeito deve estar inscrito em determinados domínios de saber.

É por pensarmos sobre a constituição do sujeito pesquisador da linguagem, levando em conta a coerção de seu discurso, que não podemos deixar de considerar a existência de um lugar institucional/disciplinar, que legitima seu dizer, bem como de um lugar teórico, que regula o âmbito do que pode e deve ser dito, em outras palavras, que traça limites e que estabelece possibilidades a esse dizer. Sendo assim, a discursivização do saber do sujeito sobre a língua pode ser compreendida com base no fato de este ser levado (ideologicamente interpelado) a se colocar na posição de pesquisador e, a partir dessa posição, formular sua concepção de língua. Essa concepção, para significar, deve estar inscrita na ordem do repetível, como forma de regularização (cf. ORLANDI, 1996).

Tal inscrição do dizer em uma repetibilidade consiste em uma necessidade, visto que, de acordo com Orlandi, “o cientista está submetido à memória de seu saber. O que tem de ser atingido é justamente essa relação com o interdiscurso, com a memória para poder significar outra coisa” (Id. p. 139). Nesse caso, interrogamo-nos: como a noção de língua se inscreve nesse dizer, considerando-se

que esse sujeito, além de vivenciar uma situação de encontro com/entre várias línguas, precisa *amarrar* os sentidos de tal noção a uma exterioridade/anterioridade, ou seja, a uma memória? A esse respeito, cabe recorrermos a outra reflexão de Orlandi (2003, p. 13-14) que interroga “qual é a língua da ciência? Estou falando em língua (português, inglês, francês etc.) mesmo e não em discurso, já que não podemos pensar este sem aquela. E não podemos pensar a língua sem pensar que existem línguas no plural”.

Entendemos que essa inscrição do dizer do sujeito no repetível não resulta tão somente de uma reprodução, seja do gesto de designar, seja dos sentidos constituídos por esse gesto. Acreditamos, em conformidade com Indursky (2005), que

a relação com o conhecimento científico não consiste apenas em referir, fazer menção ou mesmo usar um conceito cunhado em determinado domínio de saber. Pode apresentar esta feição e, quando isto ocorre, o sujeito está reproduzindo o saber; mas o recobrimento não é a única forma de se relacionar com o conhecimento (INDURSKY, 2005, p. 187).

Pelas palavras da autora, é possível compreendermos de forma mais pontual o que Orlandi (1996) considera, ao afirmar que o sujeito deve inscrever seu dizer no repetível, para significar. Com isso, não se quer colocar que tal dizer deve reproduzir outros já existentes, mas sim que deve repeti-los. A repetição sendo pensada, então, como uma repetição histórica, que instaura a possibilidade de transformação. Em outros termos, para constituir novos efeitos de sentido, na relação com o conhecimento, o pesquisador deve se apoiar nos efeitos já constituídos.

Acreditamos, considerando a memória discursiva no âmbito dos estudos linguísticos, que a posição-sujeito pesquisador da linguagem estaria marcando sua inserção nesse espaço como um lugar de autoria, ou seja, como uma relação do sujeito – perpassado pela dispersão, pela descontinuidade, pela incompletude do discurso – com o texto, enquanto espaço imaginário de completude, de clareza e de coerência²⁵.

A noção de autoria que mobilizamos é trabalhada, por Orlandi (1996), a partir de uma (re)leitura de considerações desenvolvidas por Foucault a respeito da

²⁵ A esse respeito, conferir Orlandi (2001b).

função-autor²⁶. Em nosso estudo, não remontaremos às reflexões desse estudioso, pois nos filiamos à noção de autoria, tal como concebida por Orlandi, com os respectivos deslocamentos que essa noção sofre em sua abordagem. De acordo com a autora, “se a noção de sujeito recobre não uma forma de subjetividade, mas um *lugar*²⁷, uma posição discursiva (marcada pela sua descontinuidade nas dissenções [sic] múltiplas do texto) a noção de autor é já uma função da noção de sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 68-69). Deve-se a essa concepção o fato de tratarmos o sujeito pesquisador da linguagem como uma posição de autoria que decorre do sujeito (falante) entre-línguas. Em outro momento de sua reflexão, Orlandi (Id. p. 69) acentua que “o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história”.

Poderíamos colocar, na esteira da reflexão de Orlandi, que o autor consegue mobilizar o mesmo e o diferente, fazendo do mesmo o diferente ou ainda instaurando o diferente no interior do mesmo. São esses gestos que, ao produzir conhecimento, na relação com a interpretação, possibilitam aos sentidos se historicizarem, ou seja, romperem com outros sentidos já postos, (re)arranjando-se, pelo mesmo movimento, novamente na esfera do repetível. É, pois, pelo texto, enquanto totalidade imaginária, que esse sujeito organiza os saberes que o constituem, colocando-os em relação a uma memória.

Memória esta que faz parte da constituição dos estudos linguísticos/discursivos brasileiros, mas que, no entanto, consiste em uma *memória local* (*interna*, diríamos) já que, para Orlandi (2003, p. 14), “nossas fronteiras são fronteiras para dentro e não para fora”. Ou seja, embora com uma tradição de pesquisa científica consolidada, os estudos linguísticos/discursivos brasileiros não se inscrevem em uma memória discursiva em outras línguas. Apesar disso, ao tomar parte nessa memória, os saberes postos em relação acabam por marcar constitutivamente a posição do pesquisador frente aos discursos em formulação/circulação. Essa relação não se configura como necessariamente harmônica, visto que, na dispersão dos saberes relacionados, as contradições

²⁶ Essas considerações são formuladas em *A ordem do discurso*, de 1975, cuja edição brasileira data de 1996.

²⁷ O grifo é da autora.

podem coexistir. Em outras palavras, a posição do pesquisador seria aquela que busca trabalhar as contradições, movimentando-as, sem apagá-las, em seu dizer.

Desse modo, entendemos que seu discurso marcaria uma outra possibilidade de dizer sobre a(s) língua(s), a qual faria com que o sujeito refletisse o saber de determinado domínio, mas provocasse mudanças no mesmo, pela mobilização de outros saberes, tais como os de sujeito que transita entre línguas. Nas palavras de Payer (1999, p. 119), “o domínio desse saber discursivo, por sua vez, não se produz fora de uma injunção a uma língua, enquanto injunção a uma discursividade, determinadas ambas pela relação que a sociedade estabelece com as línguas que se encontram em sua história”.

Por intermédio, então, da textualização do discurso, ou seja, de sua representação imaginária, é que o sujeito pesquisador da linguagem inscrever-se-ia em um domínio de saber *sobre a(s) língua(s)*, *na(s) língua(s)*, pois, conforme Payer (op. cit.), nesta perspectiva, o domínio²⁸ da língua não estaria dissociado do domínio do discurso sobre a língua. Sendo assim, diríamos, em concordância com Orlandi (1996), que o sujeito pesquisador se constitui enquanto

uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Sem esquecer que filiar-se é também produzir deslocamento nessas redes (ORLANDI, 1996, p. 15).

Faz-se necessário, entretanto, ressaltarmos que, embora a denominação *pesquisador da linguagem* possa abranger estudiosos de diversos lugares teóricos, neste estudo, tratamos do sujeito pesquisador que assume uma concepção materialista de língua(gem). Para entendermos esta concepção, devemos considerar, primeiramente, que o conceito de matéria (se é possível falarmos em matéria enquanto um *conceito*), de acordo com Derrida (2001b, p. 72), não está associado a valores “de coisas, de realidade, de presença em geral, presença sensível, por exemplo, de plenitude substancial, de conteúdo, de referente, etc.” Como mencionamos brevemente em nossa introdução, concebemos o viés materialista como aquele que se ancora na busca pela compreensão da “natureza material do sentido” (cf. PÊCHEUX, 1997), ou seja, que procura compreender os sentidos em processo e, conseqüentemente, não vinculados à literalidade de um

²⁸ Não estamos tratando de um domínio que o sujeito exerceria sobre a língua ou sobre o discurso, mas dos âmbitos linguístico e discursivo, nos quais o sujeito se insere.

significante. Desse modo, a perspectiva materialista pode ser compreendida como se contrapondo à possibilidade de existência de um “significado transcendental” que, segundo Derrida (op. cit.), seria compreendido como uma espécie de anterioridade do sentido que se apresentaria como fixo e estável, como uma verdade inquestionável.

Além disso, essa perspectiva põe em xeque tanto a autonomia do sujeito – metaforizada, por Pêcheux (1997), na figura do “Barão de Münchhausen”²⁹ – quanto a autonomia da língua – ou seja, sua não-vinculação a uma exterioridade – uma vez que intervém em ambas as problemáticas, deslocando-as das perspectivas subjetivista, que se centra no indivíduo, e formalista, que confunde a língua como objeto com o campo da linguagem (cf. MALDIDIER, 2003). O viés materialista aborda, assim, a língua como permeada pelo impossível, bem como a história como constituída por um real que se mostra enquanto contradição. Ao discutir a noção de real da língua (como impossível), trabalhada por Milner (1987), e ao se questionar sobre o real com o qual lidaria o materialismo histórico, Pêcheux e Gadet (2004), colocam que “a questão do materialismo excede, portanto, o puro terreno da epistemologia: ela engaja uma aposta política baseada na existência de um real da história” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 35).

A fim de compreendermos não só a incidência da noção de língua no dizer do pesquisador que se insere nessa aposta política, mas também sua inscrição em uma rede de dizeres, podemos retomar questões colocadas por Milner (1987). Parafraseando o autor, perguntamo-nos a respeito do quê fala esse sujeito e do quê é preciso ser falado para que ele possa e deva inscrever-se nessa rede. Em resposta, acreditamos estar diante de um sujeito que, a partir da posição pesquisador, fala sobre a língua, ou seja, um sujeito fragmentado, incompleto e (in)consciente que fala de algo impossível, equívoco, mas que o constitui, buscando dar a essa dispersão uma unidade, uma completude, ainda que imaginária.

É nessa direção que Pêcheux afirma não haver um discurso da ciência, tampouco de uma ciência, posto que, além de todo discurso ser discurso de um sujeito, “a objetividade científica é indissociável de uma *tomada de posição* materialista, para a qual não há *jamais* equivalência entre várias formulações”

²⁹ Münchhausen figura em contos populares franceses como o barão que, uma vez imerso em um pântano, quando montado em seu cavalo, consegue, puxando-se pelos próprios cabelos, salvar a si e ao animal. A remissão a essa figura é feita, por Pêcheux, em tom de crítica à concepção de sujeito como causa e origem de si mesmo.

(PÊCHEUX, 1997, p. 197). Logo, o que o sujeito diz, a partir de uma posição de pesquisador, não se caracteriza como um discurso neutro, sem determinação (política/ideológica) de uma exterioridade e sem ser marcado como o dizer de um determinado lugar social/teórico/institucional. Em outros termos, é essa relação com a exterioridade, que lhe é constitutiva, o que determina a relação do sujeito com seu objeto.

No entanto, é preciso salientar que, segundo Orlandi (2007a, p. 2), “a relação do sujeito com a exterioridade não é direta, nem de causa e efeito, e passa pelo jogo das formações imaginárias relativas às condições de produção do dizer”. De acordo com a autora (2001b), essas formações derivam de um mecanismo imaginário, que produz, para o sujeito, imagens de si e do outro, bem como do objeto do discurso. Essas imagens, por sua vez, são determinadas pela formação social, da qual advêm diferentes possibilidades de funcionamento, dependendo do modo como a conjuntura sócio-histórica se articula. O mecanismo das formações imaginárias é projetado tanto da posição do sujeito locutor, “quem sou eu para lhe falar assim”, quanto da posição do interlocutor, “quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim”, concernindo também ao objeto, em torno do qual se configura o dizer, “do que eu estou lhe falando, do que ele me fala” (Id. p. 40).

Pensando a relação do pesquisador da linguagem com as línguas, entendemos que o jogo das formações imaginárias pode ser de, pelo menos, duas ordens. Primeiramente, tal jogo dar-se-ia frente à língua enquanto objeto de conhecimento, o que nos permite reconstruí-lo por meio das seguintes questões: a) que língua é essa para que eu a designe assim? b) como me inscrevo na língua para que eu possa designá-la assim? c) como a língua me significa para que eu a designe assim? A segunda ordem, diria respeito à relação com o outro nas línguas, possibilitando (re)significar o jogo da seguinte forma: a) quem são eles para eu lhes falar sobre língua assim? b) quem sou eu para que lhes fale assim? c) que língua é essa sobre a qual eu lhes falo assim?

Logo, se considerarmos que esse sujeito não produz conhecimento apenas em uma língua, visto que se desloca entre outras, tais formações imaginárias se reconfigurariam permanentemente, fazendo com que o sujeito tenha uma imagem

de si, da língua e do outro em cada língua na qual produz conhecimento³⁰. Imagem essa constituída em uma língua, mas resultante da imbricação de outras. Seguindo por essa linha, se, em conformidade com o que Coracini (2007) coloca, o sujeito e o objeto podem se imbricar, chegando a confundir-se, poderíamos afirmar que as reconfigurações das formações imaginárias de que tratamos, caracterizam-se também como re-significações de si mesmo nas línguas e pelas línguas.

Para refletirmos a respeito dessa re-significação, não esquecendo que a língua consiste em uma superfície opaca, sujeita a falhas, mobilizamos a formulação de Pietrolungo, em conformidade com a qual podemos dizer que, em cada língua

Estou submersa naquilo sobre o que não tenho controle, na falha que insiste em me dizer lá onde não sei que estou, no repetível da língua – fragmento e memória – mas também no novo de um movimento que me escapa (PIETROLUNGO, 2001, p. 195).

A posição-sujeito pesquisador da linguagem que estamos problematizando inclui-se, deste modo, nas condições de produção do discurso sobre a língua para o qual nos voltamos. Um discurso que singulariza a relação sujeito/língua, como podemos observar pela figura seguinte (figura 1), na qual procuramos ilustrar a constituição dessa posição-sujeito, em um lugar de autoria, cujo discurso coloca em relação os saberes que o constituem.

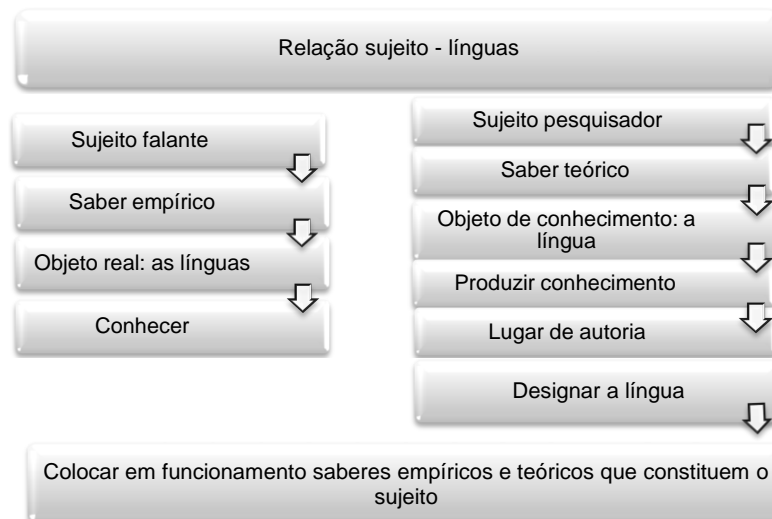


FIGURA 1: Constituição da posição-sujeito pesquisador da linguagem

³⁰ Não observaremos aqui o modo como a língua é designada em outras línguas, além do Português, por ser esta uma tarefa que demanda um espaço (físico e temporal) maior. Entretanto, acreditamos que essa problemática necessita de um olhar cuidadoso e de um interesse mais pontual.

Como dizíamos em nossa introdução, não estamos tratando, neste estudo, de um sujeito falante, mas de um sujeito que, como pesquisador, produz conhecimento sobre a língua. Sendo assim, podemos compreender sua relação com a mesma, como ilustramos, não só em termos de saber empírico e teórico – ou “as línguas” e “a língua”, no dizer de Mazière (2005) – mas também tomando a língua enquanto objeto real e objeto de conhecimento (cf. COURTINE, 1981). Dito de outro modo, as línguas corresponderiam ao objeto real, assim como a língua corresponderia ao objeto de conhecimento. O sujeito falante relacionar-se-ia, então, com o objeto real, as línguas, e, a partir dessa relação, por meio de procedimentos teóricos e metodológicos, buscaria compreender a língua, seu objeto de conhecimento, assumindo a posição de pesquisador. O saber do sujeito, dessa forma, pode ser concebido como articulado a seu movimento pelas línguas, uma vez que o gesto de designar, que marca seu lugar de autoria, pode ser tomado como decorrência desse movimento. Segundo Orlandi

É desse modo que somos sujeitos de ciência, em nossas funções-autor [...] produzindo uma história de conhecimento com nossas formulações, como trabalho do equívoco. Que se define basicamente pelo fato de que nossas palavras falam com outras palavras, fato este sobredeterminado pela ambigüidade de que há língua e há línguas (ORLANDI, 2003, p. 19).

No discurso desse sujeito, o que procuraremos analisar diz respeito à forma pela qual os deslocamentos de sentido, assim como os saberes sobre a(s) língua(s), podem ser compreendidos na formulação. Tomaremos, então, o dizer do sujeito pesquisador, buscando mostrar, por meio de um olhar analítico voltado para as designações, como o discurso sobre a língua funciona nesse âmbito de produção do conhecimento. Antes, porém, deter-nos-emos em considerações que dizem respeito a nosso objeto de análise, ou seja, discutiremos a noção de designação, que orientará nosso viés analítico, e a oposição língua materna/língua estrangeira, problematizada por meio de suas (re)formulações.

3 NO (DES)TERRITORIALIZAR DOS SENTIDOS

O território só vale se se põe em relação, se remete a uma outra coisa ou a outros lugares (MAFFESOLI, 2001).

Empreendemos nossa problematização dando ênfase à figura das designações, por acreditarmos que estas se encontram relacionadas a processos históricos de produção de sentidos, pautando-nos na colocação de Orlandi (1996), para quem as palavras significam pelo fato de já terem sentido. Quando mobilizamos tal afirmação, não estamos tratando da existência de um “sentido literal”, incutido nas palavras, como procuramos mostrar por meio de nossa reflexão acerca do processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos (cf. seção 1.3). O que buscamos salientar, juntamente com Orlandi, é que uma palavra somente significa, por já ter sido significada, ou seja, por já estar inscrita em uma rede de dizeres que, muitas vezes, ultrapassa o universo de saberes de que o sujeito dispõe, visto que o antecede.

Acreditamos também que a designação consiste em um interessante local de observação para a análise de discurso, possibilitando a compreensão não só da relação entre a língua e a história, mas também do movimento dos sentidos e dos sujeitos nessa historicidade. É considerando essa dinâmica que buscaremos estabelecer critérios semânticos de identificação entre os diversos modos de designar, para os quais nos voltaremos, procurando olhar para a designação como um “objeto lingüístico afetado pelo discurso” (NUNES, 2006, p. 152).

Em função de compreendermos as designações como afetadas pelo discurso, realizamos uma leitura de tal noção, inseridos em uma perspectiva discursiva, mobilizando noções desse dispositivo teórico, tais como as noções de memória discursiva (interdiscurso) e de historicidade. Estas nos autorizam a trabalhar as designações como marcas de um discurso que se produz e que se inscreve em uma dispersão de outros discursos, que lhe são constitutivos.

Sendo assim, nosso olhar, nesta seção, deter-se-á em três momentos, nos quais desenvolveremos tentativas de deslocamento e de desterritorialização: trataremos, primeiro, da desterritorialização da própria noção de designação,

enquanto categoria semântica; segundo, do deslocamento teórico-histórico constitutivo das designações língua materna e língua estrangeira; e, terceiro, da desterritorialização dessas designações, enquanto relação dual, que se funda em um princípio de polarização.

3.1 A noção de designação: um olhar discursivo

Começaremos por mobilizar a noção de designação, a qual move nosso dispositivo analítico e cujo funcionamento será compreendido aqui a partir de um viés discursivo. Tal noção está territorializada no âmbito dos estudos enunciativos e, para que possamos compreender de que modo essa categoria funciona nesse lugar, remontemos sua definição, pela leitura de Guimarães (2003; 2005). No texto *Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano* (2003), o autor retoma uma já discutida distinção entre três formas de indicar determinado objeto – a referência, a nomeação e a designação – para estabelecer, entre estas, limites semânticos e funcionais. De acordo com o Guimarães, enquanto a referência se define pelo gesto de particularizar algo ou alguém e a nomeação, pelo funcionamento semântico da atribuição de um nome; a designação se caracteriza como “a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome” (GUIMARÃES, 2003, p. 54). Dessa forma, longe de ser uma simples indicação, a designação identifica o objeto nomeado, na medida em que consiste no ato simbólico de constituir sentidos para esse nome, a partir de sua exposição, enquanto forma linguística, à história. É o que coloca o autor ao definir tal categoria em **Semântica do acontecimento** ([2001] 2005):

A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma **relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história** ³¹ (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

³¹ O grifo é nosso

Ainda segundo Guimarães, a designação funciona de forma enunciativa e “constrói continuamente o objeto designado sob a aparência de ser uma palavra para um objeto desde sempre” (GUIMARÃES, 2003, p. 58). Essa aparência (talvez pudéssemos falar em efeito de evidência) não deixa ver que a designação não é uma classificação objetiva, de acordo com o autor, pois constitui identificações para o objeto designado, expondo seu nome a uma “história enunciativa”.

Entendemos que, pelo fato de ser uma relação que se dá pela exposição de uma materialidade linguística ao real e à história, a noção de designação permite que se possa compreendê-la também em um âmbito discursivo, pois consideramos que uma materialidade linguística em relação com uma materialidade histórica constitui, por sua vez, uma materialidade discursiva, conforme nos ensina Pêcheux (1990). Buscando, assim, uma desterritorialização de tal categoria e, ao mesmo tempo, uma reterritorialização³² desta nos estudos discursivos, acreditamos ser pertinente a reflexão no tocante às noções de memória discursiva e de historicidade, oriundas dos estudos do discurso. A noção de memória discursiva, compreendida como interdiscurso, tem figurado constantemente em publicações de Guimarães (cf. GUIMARÃES, 2005, por exemplo), embora não tenha sido vinculada diretamente à noção de designação. Já em se tratando da noção de historicidade, entendemos ser esta uma consequência de se levar em consideração a noção de interdiscurso (memória discursiva).

Quando mobilizamos a noção de memória discursiva, ancoramo-nos, primeiramente, no que nos ensina Pêcheux (1999). Segundo o autor, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Observamos que, para o autor, essa noção é condição *sine qua non* da constituição dos sentidos. Dito de outro modo, é pela memória que o dizer se atualiza, enquanto legível, compreensível, ou seja, enquanto interpretável.

Em um segundo momento, trazemos a concepção de Orlandi (1996) que, a partir dos pressupostos pecheutianos, afirma que a memória se configura como uma trama de sentidos já constituídos, que possibilitam a emergência de outros sentidos. De acordo com a autora (1996, p. 39), é “a memória, o domínio do saber, os outros

³² Nas palavras de Deleuze (1998, p. 26), “nós nos servimos de termos desterritorializados, ou seja, arrancados de seu domínio para reterritorializá-los”.

dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação”. A noção de memória discursiva é tomada por Orlandi, assim como por Pêcheux, como necessária para que um discurso exista e signifique, visto que este se constitui ancorado em uma exterioridade que o precede.

Ao encontro de tal concepção, Coracini (2007) argumenta que a memória discursiva pode ser compreendida como constituída por fragmentos de múltiplos discursos,

fragmentos esses que nos precedem e que recebemos como herança e que, por isso mesmo, sofrem modificações, transformações [...] a memória, portanto, o interdiscurso, são as inúmeras vozes, provenientes de textos, de experiências, enfim, do outro, que se entrelaçam numa rede em que os fios se mesclam e se entretecem (CORACINI, 2007, p. 9).

Podemos afirmar, a partir das colocações dos referidos autores, que a memória discursiva se configura, então, como um universo de sentidos possíveis. Nesse universo, entendemos que a designação se inscreve, para ter seus sentidos estabilizados na linearidade do dizer. Dessa forma, torna-se possível observar em seu funcionamento, a intervenção de um plano interdiscursivo (plano vertical) relacionado a um plano intradiscursivo (plano horizontal), ou seja, poderemos entender que há uma memória (re)significada na linearidade do discurso. Assim sendo, o domínio ao qual a designação se associa concerne tanto à horizontalidade do intradiscurso (fio do discurso), visto que a mesma se relaciona ao que a contiguidade do dizer veicula, quanto à verticalidade do interdiscurso (memória discursiva), onde se enlaça com outras formas de designar.

As designações que observaremos consistem em um exemplo desse modo de funcionamento da designação, visto que, considerando o plano significante (horizontal), ao nome língua, são acrescentados termos que se encarregam de constituir, de formas diferenciadas, um novo nome³³. No entanto, o deslocamento de sentidos vai se produzir não só na formulação do discurso, do qual esse nome é *constitutivo*, mas também na relação desse novo nome com outros, em uma trama histórica de dizeres. Sendo assim, trataremos a designação enquanto *constitutiva* do discurso, uma vez que, além de figurar e de significar no plano linear do dizer, a

³³ Linguisticamente, a designação é constituída por um sintagma nominal, sendo este acompanhado ou não de determinantes.

designação também evoca sentidos não ditos, que fazem parte de uma rede de outros sentidos.

Para compreendermos esse trabalho dos sentidos na designação é que convocamos a noção de historicidade. Tal noção possibilita que se compreenda o histórico como constitutivo do dizer, ou melhor, que se compreenda o dizer como materialidade histórica. Nessa direção, a noção de historicidade não diz respeito a uma sequência cronológica de fatos, mas aos modos pelos quais uma “matéria textual”³⁴ produz sentidos (cf. ORLANDI, 1996). Trata-se, pois, de contemplar, não o reflexo da história no dizer, mas a historicidade *do* dizer.

Assim, se focalizarmos a noção de designação, sem deixar de considerar a memória e a historicidade que lhe são constitutivas, podemos compreendê-la enquanto um lugar histórico de constituição de sentidos. Detendo-nos, então, mais pontualmente nas designações que circundam a noção de língua, poderíamos concebê-las, com Derrida (1995, p. 38), como “deslocamentos de um lugar a outro ‘dentro’ do ‘mesmo’ lugar” e, nesse sentido, poderíamos nos referir ao funcionamento das designações como um movimento na constituição dos sentidos da noção de língua, por acreditarmos que as designações podem consistir em diferentes formas de dizer a/sobre a língua, dentro da própria língua. É esse movimento que buscaremos considerar no gesto de análise que desenvolveremos posteriormente.

Por concebermos a língua, conforme mencionamos, como pertencente à ordem do real (cf. MILNER, 1987), poderíamos entender ainda a heterogeneidade das designações como uma procura por apreender esse objeto em uma totalidade. Nessa direção, Dorneles (1999, p. 155) argumenta que “tanto o real da língua quanto o real sociohistórico são tratados em algumas posturas epistemológicas como um todo que se mostra contornável pela ação do homem”. No entanto, em conformidade com Derrida (1995, p. 63), poderíamos conceber essa busca de totalidade, compreendida na designação, enquanto conflituosa, uma vez que, para o autor, “não se totaliza jamais”. Tanto mais significativa se torna essa afirmação, se refletirmos sobre as designações que concernem à língua, instituição composta pela presença de uma ausência que a constitui, a incompletude. Devido a essa

³⁴ A noção de texto, a que a expressão “matéria textual” se reporta, é concebida pela autora enquanto um objeto linguístico e histórico.

impossibilidade de totalização, os limites entre uma designação e outra não se caracterizam como linhas fixas, mas tênues, não-unificáveis.

Colocamos essa não-totalização da língua pelas designações, para problematizarmos o fato de que a designação visaria a unificar a entidade a que se refere, em conformidade com Guimarães (2005, p. 39-40). Para o autor, “a designação deve, em um universo dado, produzir a unicidade, a inequívocidade da referência”. Sendo essa referência a língua, entendemos que as designações que buscam abarcá-la, não englobam seu real como um todo, mas apenas um recorte deste, ou seja, constituem uma realidade dentro/acerca do real. Desse modo, se “um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que **ajuda a construir** e das quais **passa a fazer parte**”³⁵, como coloca o autor (2003, p. 54), poderíamos ponderar que, ao mesmo tempo em que visa a dar conta da unicidade da entidade nomeada, a designação é perfurada pela falta, uma vez que se inscreve no próprio recorte que constrói.

As designações consistiriam, então, em modos de representação, que estariam, em uma instância imaginária, relacionados à construção de uma escrita da/sobre a língua, remetendo-a ao âmbito do repetível e do regularizável, concebido aqui enquanto memória discursiva (interdiscurso). Nessa direção, faz-se necessário lembrarmos, como coloca Orlandi (2001b, p. 36), que “toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos”, ou seja, toda vez que o discurso se produz, nele atuam duas forças: se, por um lado, o dizer só significa quando ancorado em outros dizeres já ditos, por outro lado, quando redito, tal dizer pode tomar outra direção de sentido. A respeito desse jogo de força, Orlandi ainda afirma que “o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente” (ORLANDI, 2001b, p. 38), o que nos leva a compreender que a própria repetição instaura a diferença.

É por esse viés que tomamos a (re)formulação das designações neste estudo, ou seja, enquanto um jogo possível entre semelhanças (mesmo) e dessemelhanças (diferente), cujas fronteiras, de acordo com Nunes (2006, p. 154), “são momentâneas e dependem do estado discursivo ao qual a língua se articula”. Desse modo, o que poderia ser tomado como uma relação de simples sinonímia, reiterando um sentido primeiro, mobiliza, na discursividade, outros sentidos.

³⁵ Os grifos são nossos.

Compreendemos, assim, o movimento das designações enquanto um deslocamento tenso entre modos de dizer que tendem ora à equivalência, ora à diferença. Como palco desse movimento, está o encontro do sujeito com a(s) língua(s), em cujo dizer se configuram efeitos de silenciamento e de sustentação entre o mesmo e o diferente.

3.2 Língua Materna e Língua Estrangeira: olhares que constituem sentidos

Nesta seção, deter-nos-emos em um panorama teórico/histórico das designações que tomamos como referência, língua materna e língua estrangeira, as quais constituem um dizer que circunda ambientes de ensino e aprendizagem de línguas em diversas situações. Com esse propósito, traçamos um apanhado etimológico dos adjetivos³⁶ *materno* e *estrangeiro*, os quais, em sua forma feminina, costumam determinar a língua, em um procedimento linguisticamente constituído por meio de uma aposição (cf. GUIMARÃES, 2005). Associado a esse apanhado, faremos um movimento retrospectivo – não em direção a uma pretensa gênese das designações em questão, mas a momentos determinantes na constituição da memória discursiva que as envolve – por meio de perspectivas que são pertinentes para a abordagem dessa temática. Começaremos por tratar do adjetivo *materno* em consonância com a designação *língua materna*, para, em seguida, tratarmos do adjetivo *estrangeiro* e da designação *língua estrangeira*. Antes, porém, é importante salientarmos que o gesto de “separar” língua materna de língua estrangeira consiste em uma tentativa de compreendermos³⁷ os sentidos que permeiam uma designação e outra, pois, nos discursos onde circulam, esses modos de designar a língua são tomados, muitas vezes, como inseparáveis.

De maneira geral, no que concerne ao adjetivo *materno*, costuma-se pontuar sua relação ao âmbito familiar, uma vez que, por descender de mãe (do latim, *matter*), este tem seu sentido historicamente constituído em torno de uma relação de conforto, de proteção, de pertencimento, e, sobretudo, de origem. Sendo assim,

³⁶ Quando falamos de adjetivos e de adjetivação, estamos nos referindo ao âmbito linguístico, no qual se constitui a designação.

³⁷ A compreensão, para Orlandi (1996, p. 56), diz respeito à “apreensão das várias possibilidades de um texto”.

relacionando-o à língua, deveríamos entender como *materna* a língua na qual esboçamos nossas primeiras palavras ou na qual nos sentiríamos “em casa” (no dizer de Derrida, 2001a).

De acordo com Melman (1992, p. 31), “poderíamos pensar que a diferença [entre as línguas] é de ordem afetiva e que a língua materna veicula a lembrança daquela que nos introduziu na fala”. No entanto, para o autor (que se ancora em uma perspectiva psicanalítica lacaniana), o que língua materna significa se deixa ver no próprio significante como um traço negativo, isto é, embora sejamos tentados a pensar nos sentidos de língua materna a partir de um aspecto positivo, definindo-a como língua da mãe, é o traço negativo que a significa, consistindo no fato de, para quem fala, a mãe ter sido interditada. Sendo a língua materna aquela na qual não se alcança a mãe (o conforto, a familiaridade), tal língua se configura como a língua do interdito e, por isso, língua do desejo.

Nas palavras de Melman,

A língua materna [...] é aquela na qual funcionou para o pequeno falante, para o sujeito que a articula, o interdito de sua mãe. E a chamamos “língua materna” porque é inteiramente organizada por esse interdito que, de algum modo, imaginariza o impossível próprio a toda língua (MELMAN, 1992, p. 44).

Entendemos que as considerações do autor vão ao encontro das reflexões desenvolvidas por Milner (1987), já mencionadas em outros momentos deste trabalho, uma vez que podem ser relacionadas à concepção de *alíngua*, discutida por este último autor. A *alíngua*, para Milner, toca o impossível e a ela se acede por via negativa, desestratificando-se a língua, submetendo-a ao equívoco. Em determinado momento de sua reflexão, Milner afirma que a “figuração mais direta [da *alíngua*] é a língua materna” (MILNER, 1987, p. 15), uma vez que esta pode ser abordada por um viés que a impeça de ser comparada e de fazer número com as outras línguas. O que o autor potencializa, nessa formulação, entretanto, é a relação da *alíngua* com qualquer língua, “enquanto que todas são, por algum lado, uma dentre outras e, para algum ser falante, língua materna” (op. cit., p. 15). Nesse sentido, o elo que podemos estabelecer entre as considerações de Melman e de Milner parece consistir no fato de a língua materna, como qualquer língua, comportar em si o impossível, o qual, fazendo remissão ao real, levaria o sujeito a experiências de estranhamento.

A esse respeito, poderíamos afirmar que, permeada pela impossibilidade, na figura da interdição, a língua materna expõe o sujeito à falta, à proporção que o constitui, pois, nas palavras de Melman (op. cit., p. 45), a língua materna é aquela “cuja sabedoria teceu nosso inconsciente”. A concepção de que é essa a língua que estrutura o inconsciente do sujeito, parece ser amplamente aceita (pelo menos no Brasil) nas abordagens que tratam dessa temática atualmente. Devido a isso – em uma tentativa de (des)enredar os fios que constituem a memória discursiva em torno da designação língua materna – procederemos em uma leitura baseada em autores que se voltam para essa abordagem, relacionando (eventualmente) seus dizeres às colocações de Melman e de Milner, até aqui evocadas.

Com esse propósito, mobilizamos, primeiramente, as considerações de Leite (1995), cuja reflexão parte dos sentidos já colocados a respeito do adjetivo materno, que caracterizaria a língua materna, em uma primeira instância, como língua da mãe. Entretanto, a autora compreende os sentidos de *língua materna* por dois vieses, o primeiro se referindo à constituição do inconsciente (Outro), e o segundo fazendo remissão “à nação-mãe à qual todo e qualquer falante deve sua filiação” (op. cit., p. 65). A segunda direção nos encaminha a pensar na língua materna em relação com a língua nacional, questão que já referimos em nossa introdução, ao considerarmos que, na tentativa de conceituar o que se entende por língua materna, estas noções muitas vezes se sobrepõem e/ou se (con)fundem, principalmente no discurso pedagógico (voltaremos a esta questão). Sem desconsiderar essa (con) fusão, o questionamento que move a problematização de Leite (1995, p. 66) consiste em saber “o que faz a singularidade da ‘língua materna’? qual é o traço que a qualifica enquanto tal, para além de ser a primeira língua e/ou língua nacional que identifica um falante?”.

É por intermédio dessa questão que a autora se aproxima dos estudos de Milner (1987) e, posteriormente, de Melman (1992). Referindo-se aos pressupostos do primeiro autor, que apõe as noções de *alíngua* (*lalangue*) e de língua materna, a autora coloca que,

o termo *lalangue*³⁸ visa nomear aquilo que na língua resiste à univocidade, resiste à dimensão do idêntico, desfazendo a todo momento o Um que na língua institui. Designa portanto o registro implicado por tudo que promove o

³⁸ O grifo é da autora

equivoco [...] Isso que faz com que um sujeito diga mais do que aquilo que supõe dizer (LEITE, 1995, p. 66).

A língua materna em relação com a alíngua pode ser compreendida, de acordo com a afirmação da autora, como essa forma singular de promover o equivoco, na medida em que, por não ser uma nem idêntica a si mesma, faz com que haja sempre uma borda de impossível em todo dizer. Na leitura que realiza acerca da obra de Melman, Leite ressalta que o registro do equivoco é produzido pela mesma interdição que condena o sujeito ao desejo. Nas palavras da autora, “estamos afirmando que o impossível de dizer que constitui o real próprio à língua encontra o seu fundamento nesta operação de recalçamento do significante do desejo da mãe” (op. cit., p. 68).

Desse modo, podemos apreender sua concepção de língua materna, a partir da remissão ao fato de que, nesta, “o sujeito é mais sabido do que sabe”, já que “a língua materna é aquela em que o jogo de significantes faz escutar o desejo daquilo que é impossível” (LEITE, 1995, p. 68). O impossível de que trata Milner, referindo-se ao real da língua, e o desejo sobre o qual versa Melman, ao falar sobre a língua do interdito, mostram-se na compreensão de língua materna desenvolvida por Leite, cuja filiação teórica também remonta a uma perspectiva psicanalítica.

No entanto, seguindo essa esteira de reflexão, Coracini (2007) salienta que o sentido de língua materna é uma questão que vem mobilizando não só psicanalistas, mas também filósofos e estudiosos da linguagem atualmente. Como estudiosa da linguagem, tal autora dedica-se mais à problematização da relação entre língua materna e língua estrangeira, do que aos sentidos da designação língua materna em si e por si mesma. Nessa direção, questiona-se, “como falar de língua materna, própria, se também esta, provoca, no sujeito, experiências de estranhamento?” (CORACINI, 2007, p. 137).

A proposta de reflexão desenvolvida por Coracini consiste na hipótese de que a língua materna e a língua estrangeira imbricar-se-iam na constituição da subjetividade que, por sua vez, seria sempre móvel, fluida, híbrida (conjectura à qual também nos filiamos³⁹). De acordo com Coracini, “de fato, queremos mostrar que não se pode defender a exclusividade de um espaço para o maternal ou para o

³⁹ De nossa parte, porém, procuramos potencializar a multiplicidade das línguas na constituição desse sujeito, desvencilhando-nos da oposição/dualidade contida nas designações língua materna e língua estrangeira.

estrangeiro e assim – quem sabe? – encontrar a língua pura da origem” (Id. p. 119). Essa língua pura é, para a autora, um mito de língua como lugar de estabilidade, de conforto e de repouso.

Contra-pondo-se a essa concepção mítica, Coracini (op. cit.) defende que toda e qualquer língua é tanto lugar de repouso, quanto de estranhamento, tanto lugar de interdição, quanto de gozo. Com essas ponderações, entendemos que a autora se distancia de uma concepção puramente psicanalítica de língua materna, colocando em curso saberes do campo filosófico que, longe de divergirem, complementam o olhar em questão. Seu ponto de ancoragem encontra-se na filosofia derridiana, segundo a qual não haveria, por assim dizer, uma língua materna, pois, para Derrida (2001a, p. 90), “a língua dita materna nunca é puramente natural, nem própria nem habitável”. Como mencionamos anteriormente, em conformidade com o mesmo autor, a língua (qualquer língua) é uma herança inapropriável que, como tal, não possibilita que o sujeito tenha com ela “relações de propriedade ou identidade naturais, nacionais, congênitas, ontológicas; porque não pode acreditar e dizer esta apropriação senão no decurso de um processo não natural de construções político-fantasmáticas; porque a língua não é o seu bem natural” (DERRIDA, 2001a, 37-38).

Em busca de compreendermos essa *não-naturalização* da língua materna, de que fala Derrida, recorreremos ao olhar historiográfico lançado por Decrosse (1989), cujo propósito consiste em conceber o caráter mítico que circunda a língua materna e que constitui seus sentidos. Decrosse discute a noção de língua materna enquanto um mito histórico, situando tal problemática na França e questionando se os usos dessa designação não consistiriam, ainda, em um mito necessário para a constituição de fronteiras. O caminho traçado pela autora nos possibilita compreender a designação língua materna em dois momentos que podemos considerar como fundadores.

Primeiramente, a estudiosa aponta a noção de língua materna como uma forma de oposição simbólica às chamadas “línguas de cultura”, como o Latim, o Grego e o Hebraico. Nesse momento, em um gesto de resistência às línguas dominantes, a noção de língua materna pode ser compreendida como associada ao desenvolvimento de alfabetos específicos e autônomos. Foi o caso, como exemplifica Decrosse, da construção do alfabeto orgânico, entre os Celtas, por volta dos séculos I e V, bem como da evangelização em língua eslava, no século IX, quando os eslavos buscavam fugir à dominação germânica. No primeiro momento, a

noção de língua materna soa, então, como um discurso de legitimidade, de legitimação de práticas linguísticas múltiplas, em detrimento da dominação das línguas de cultura.

No entanto, até o século IX, tal designação permanece inscrita no âmbito dos falares vulgares e, portanto, desvalorizados. Nas palavras da autora,

O mito de uma língua materna se mantém, assim, na continuidade histórica de uma figura e de práticas originárias do mundo romano, segundo as quais as línguas locais são chamadas incultas, não-latinas, vulgares: é a figura da *língua rústica* (DECROSSE, 1989, p. 24).

A designação *maternaliter*, depois compreendida como língua materna, em oposição à *litteraliter* (língua de cultura), como coloca Decrosse, só figura legitimamente, na França, por volta dos séculos XI e XIV, momento a partir do qual começa a derivar seus sentidos, passando a ser aceita também como uma língua de cultura⁴⁰, possibilitando a pregação religiosa, a fim de que esta fosse mais bem entendida entre os povos.

Como um segundo momento de fundação, a autora pontua o processo de oficialização da língua materna, ou seja, esta deixa de ser um índice da multiplicidade de falares diante de uma língua que se configura como dominante, ou de dominação, e se torna, aos poucos, admitida pelos poderes políticos e religiosos. Nesse momento, a noção de língua materna conduz, não mais ao mito da origem e do falar natural, mas ao ideal de unidade territorial. Sendo assim, consistindo em uma forma de poder mais nacional do que linguístico propriamente dito, a noção de língua materna começa a funcionar em favor desse ideal de unidade, como um limite simbólico entre os sujeitos.

De acordo com a Decrosse, o século XII marca uma “disseminação” da “força mítica” da língua materna pela Europa, onde emergem, em distintas línguas, dizeres como “sermo maternus”, “doce falar natural”, “vulgare illustre”, “língua de sua mãe”, etc. Entretanto, os sentidos de tais dizeres e o que eles designam permanecem, segundo a estudiosa, ainda instáveis, tendendo ora à “diversidade de línguas maternas”, ora à “língua de um povo” (op. cit. p. 25).

No cenário brasileiro, a compreensão de língua materna como língua de um povo figura constantemente no âmbito do ensino e da aprendizagem, o que resulta

⁴⁰ Faz-se necessário salientar que a autora está tratando de língua materna desde uma perspectiva da língua francesa.

no efeito de coincidência entre as noções de língua materna e de língua nacional. A esse respeito, Pfeiffer (2005, p. 30) afirma que “na ordem do imaginário, espaço da organização dos sentidos, tudo se passa como se o sujeito de linguagem brasileiro fosse à escola para aprender a sua língua materna e não a língua nacional”. Essa sobreposição entre tais designações se deve, para a autora, ao fato de haver uma equivalência entre aprender a língua e aprender *sobre* a língua (metalinguagem). Equivalência que, por sua vez, negaria a metalinguagem, compreendida enquanto um “efeito de interpretação da língua” (Id. p. 31).

Ainda acerca das sobreposições entre língua materna e língua nacional, Payer (2007), considera que estas funcionariam em uma espécie de batimento, ao refletir sobre essa questão a partir do discurso de descendentes de imigrantes italianos, em cujo falar emergem vestígios da língua silenciada de seus antepassados. Nesse caso, para Payer (Id. p. 117), “se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de sua língua materna (familiar) ao de sua língua nacional (da Escola) sem ter de mudar de materialidade lingüística”. Como bem salienta a autora, tais considerações não concernem apenas à situação dos descendentes de imigrantes, mas também a outras dimensões do “nacional” e do “materno” na linguagem.

No itinerário que realizam nos estudos linguísticos/discursivos – em lugares distintos, em momentos históricos e em condições de produção diversas – as possibilidades de sentido que constituem a designação língua materna, apesar de múltiplas, parecem tender constantemente à polarização. Se, por um lado, a polaridade se dá entre a língua de um povo e a língua dominante, ou entre a multiplicidade de falares e uma língua única e unificante, como aponta Decrosse (1989). Por outro lado, essa oposição concerne às instâncias do privado e do público ou da língua da família e da língua da escola, como salientam Leite (1995), Pfeiffer (2005) e Payer (2007), sendo, muitas vezes, a língua da família silenciada em prol da língua da escola.

O percurso que vimos delineando nos permite compreender que a noção de língua materna se estabelece em um âmbito político, seja de delimitações linguísticas, seja de disputas por lugares. O que nos chama a atenção, nesses sentidos em movimento, diz respeito à relação entre língua materna e língua nacional, ou seja, à ideia de unidade que, de certa forma, como pontua Decrosse (op. cit), já povoa a noção de língua materna desde que esta foi concebida em

oposição às línguas de cultura. Essa relação, ainda hoje, é bastante significativa, não só no discurso do ensino de línguas, mas também no discurso sobre esse ensino e consiste, para nós, em uma questão de territorialização. Em outras palavras, assim como se acredita que a noção de língua materna, em um país determinado, deve equivaler à de língua nacional, é o ideal de uma língua única, representando os limites e fronteiras de um território homogêneo que permeia a polarização comumente projetada entre língua materna e língua estrangeira. Acerca desse segundo pólo, é que ponderaremos a partir de agora.

No que tange o adjetivo *estrangeiro*, observamos sua descendência do francês antigo *extranger*, cuja base é o latim *extra*, que significa “de fora”, “de que se fez *extraneus* [...] donde o nosso *estranho*” (BUENO, 1974, p. 1277). O estrangeiro, segundo essa definição, identificaria o ser cuja origem é relativa à “nação diferente daquela a que se pertence”. Além disso, em concordância com Kristeva (1994, p. 47), “a noção de estrangeiro possui um significado jurídico: ela designa aquele que não tem a cidadania do país em que habita”. Distanciando-nos da noção de estrangeiro determinada tão somente pela dimensão jurídica, deslocamo-nos para a concepção relacionada ao não-pertencimento e à estranheza, destacando o fato de a estrangeiridade concernir a uma dimensão da exterioridade, definida enquanto alteridade, ou seja, como o que manifesta no sujeito e para o sujeito o encontro com o outro.

Propomo-nos a refletir aqui a respeito do estrangeiro e da estrangeiridade, em um primeiro momento, a partir da leitura de Freud ([1919]1976), em seu texto intitulado *O estranho*, segundo o qual a estrangeiridade (estranheza) faz remissão ao familiar – há muito conhecido, mas esquecido – que retorna, causando assombro e angústia, o que nos conduz a pensar no sujeito em sua própria alteridade. Dito de outro modo, se o familiar faz emergir o estranho, esse estranho constitui o próprio sujeito, o qual pode ser compreendido como estrangeiro a si mesmo.

Nessa mesma direção, pautamo-nos na leitura de Kristeva (1994), em cujo texto, **Estrangeiros para nós mesmos**, remonta-se à condição do estrangeiro como sujeito errante, banido de seu lugar, a vagar sem destino certo. O estrangeiro se apresenta, na obra da autora, como a própria imagem do movimento, do estar em curso, o que nos encaminha a refletir sobre sua constituição pelo encontro com o(s) outro(s). Ou seja, é no encontro com o outro – pelo olhar do outro – que o sujeito vê a si e a sua estranheza. Esse olhar, por sua vez, é sempre diferenciado, fazendo

com que o sujeito seja sempre concebido diferentemente, isto é, como uma imagem em constante (re)construção.

No que concerne ao texto de Freud, a dupla possibilidade do estranho-familiar se mostra já linguisticamente. Como o próprio autor desenvolve, a palavra *unheimlich* que, na língua alemã, faz menção ao estranho, ao assustador, apresenta-se em oposição a *heimlich*, que, por sua vez, faz remissão ao familiar, ao doméstico, ao íntimo. O prefixo *un* marcaria, então, no significante, essa dualidade. Entretanto, apesar de tal oposição nos levar a pensar que o que caracteriza o estranho como assustador consiste em seu caráter desconhecido e não-familiar, Freud argumenta que nem tudo o que é novo ou desconhecido, assume esse caráter.

É devido a isso que o autor propõe uma reflexão sobre o estranho que vá além da relação com o não-familiar. Para o Freud (1976, p. 283), “*heimlich* é uma palavra cujo significado se desenvolve na direção da ambivalência, até que finalmente coincide com o seu oposto, *unheimlich*”. Sendo assim, o que constitui o estranho como tal consiste no retorno de algo familiar que havia sido reprimido, provocando a sensação de estranhamento. O prefixo *un*, nos termos de Freud, é a marca da repressão, o que faz do *unheimlich*, de certa forma, uma “subespécie” do *heimlich*, ainda segundo o autor.

A fim de compreendermos os sentidos de estrangeiro, ao encontro dessas colocações, podemos dizer, de acordo com Kristeva (1994), que

estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada [...] o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros (KRISTEVA, 1994, p. 09).

De acordo com Kristeva, podemos considerar a alteridade constitutiva do estrangeiro em sua relação com a diferença, o que nos encaminha a compreender que somos todos estrangeiros na medida em que somos diferentes. É a diferença que, jogando com o mesmo, desestabiliza as certezas que circundam o sujeito, desfazendo sua ilusão de habitar. Se transferirmos tal relação para o âmbito das designações, podemos entender que a estrangeiridade na/da/pela língua não se limita a uma língua que se tenha chamado estrangeira, pois tal estrangeiridade – marcada pela alteridade e pela diferença – estaria na possibilidade de provocar

experiências de estranhamento. Logo, essa relação com o familiarmente-estranho se mostra também na língua materna.

Como já havíamos mencionado, a partir de reflexões desenvolvidas por autores como Melman (1992) e Milner (1987), as experiências de estranhamento podem ser relacionadas ao impossível constitutivo de qualquer língua, que a remete ao real. É, então, ao confrontar-se com esse real, enquanto “aquilo que escapa à tomada pelo Simbólico” (MELMAN, 1992, p. 22), que o sujeito vivencia a angústia, o assombro e a estranheza. Estes, provocados pela falta do dizer, seriam vivenciados mais fortemente na relação com outras línguas, já que, na língua chamada sua, o sujeito vive a ilusão de carregar consigo (como sujeito intencional que julga ser) os sentidos do que diz, não havendo, pois, possibilidade de falha, de falta, de não-sentido.

Seguindo essas considerações, podemos colocar, no entanto, que essa falta é constitutiva do sujeito desde sua inscrição na língua chamada materna, como a experiência do *infante* – aquele que não fala – posteriormente transferida para a relação com outras línguas. Nessa direção, ainda segundo Freud, “esse estranho não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta” (FREUD, 1976, p. 301). A experiência do estranhamento, vivenciada frente à língua dita estrangeira é, pois, familiar e, talvez seja devido a isso, que assombra.

A esse respeito, as ponderações de Revuz (2002) mostram-se elucidativas, já que, em sua concepção, a relação com outras línguas faz com que sejam solicitadas ao sujeito as bases de sua estruturação psíquica, estabelecidas na/pela chamada língua materna. Segundo a autora, “o encontro com a língua estrangeira faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com *nossa língua*” (REVUZ, 2002, p. 215). Trata-se, pois, do retorno de uma experiência familiar, já vivenciada quando da inscrição do sujeito no mundo simbólico, o que causa a estranheza frente a outra(s) ordem(ns) simbólica(s). E o estranhamento resultaria, nesse caso, da “familiarização” do sujeito com esses laços e com sua língua.

Sendo assim, poderíamos dizer que é a partir de um imaginário, vivenciado pelo sujeito, acerca do que seria a língua materna – lugar do conforto, da certeza, da completude – que se concebe a língua estrangeira, sendo esta, nos termos de Melman (op. cit., p. 45), “estrangeira ao que seja esta língua materna”. Instaura-se, assim, uma polarização, na qual o segundo pólo, a língua estrangeira, é visto como

a “imagem velada”, a “inversão negativa” do primeiro, a língua materna. Na concepção de Duschatzky e Skliar (2001, p. 123), de quem tomamos emprestadas as expressões referidas anteriormente, “o outro simplesmente reflete e representa aquilo que é profundamente familiar ao centro, porém projetado para fora de si mesmo”.

Nesse sentido, mobilizando reflexões derridianas, diríamos que a constituição de um lugar para a designação *língua estrangeira* dar-se-ia por meio de uma *hierarquização*, na qual uma das duas designações “comanda”, “ocupa o lugar mais alto” (DERRIDA, 2001b, p. 48), é considerada melhor ou superior à segunda. Para pensarmos em um discurso sobre a língua que ultrapasse essa oposição, ainda em conformidade com Derrida, deveríamos, primeiramente, “inverter a hierarquia”, o que implicaria, no nosso entendimento, em considerarmos a estrangeiridade da língua materna.

Ao encontro dessas considerações, os estudos realizados por Coracini (2007), além de nos aproximarem das reflexões do autor, auxiliam-nos a tratar da desnaturalização dessa polaridade já tão sedimentada no âmbito dos estudos linguísticos. Sendo assim, para pensarmos na dualidade língua materna/língua estrangeira, bem como na possível inversão dessa hierarquia, a leitura realizada pela autora acerca dos preceitos derridianos se mostra bastante pertinente, pois, para a Coracini,

Toda língua é estrangeira, na medida em que provoca em nós estranhamentos, e toda língua é materna, na medida em que nela nos inscrevemos, em que ela se faz ninho, lar, lugar de repouso e de aconchego; ou melhor, toda língua é materna e estrangeira ao mesmo tempo (CORACINI, 2007, p. 48).

Se toda língua pode ser, de uma só vez, materna e estrangeira, a polarização pode também ser posta em xeque. Todavia, perguntamo-nos, por que isso nem sempre acontece nos discursos sobre a(s) língua(s)? A resposta que se nos apresenta mais convincente nos faz retornar ao âmbito da memória discursiva, visto que esse binarismo parece ter se solidificado, à medida que foi sendo repetido em diversos âmbitos, seja como uma forma de compartimentação de disciplinas, seja como modo de diferenciação/distanciamento entre lugares. Nesse retorno, tal como em um movimento circular, retorna também a questão da territorialização.

Em conformidade com o que vimos desenvolvendo, a delimitação do lugar do estrangeiro e, conseqüentemente, da língua estrangeira, coincidiria com uma territorialização (diríamos binária) das diversas ordens simbólicas que se relacionam entre si. Nesse sentido, definir um território para a língua estrangeira consiste em compartimentar, ou territorializar, não apenas a própria noção de língua, mas as línguas que, por ventura, venham a ser inseridas nesse território, nessa designação. Diz respeito, portanto, a uma relação com a língua e com as línguas.

Falamos em uma relação com as línguas por ser a partir destas que o sujeito (professor/aprendiz/pesquisador) designa, por exemplo, “Inglês como língua estrangeira”, identificando-se a uma língua que é para si materna/familiar. Trata-se também de uma relação com a língua pelo fato de o acréscimo – seja de materna, seja de estrangeira – (re)significar a própria noção de língua, fazendo com que, ao se dizer língua estrangeira, por exemplo, destitua-se a língua do lugar de objeto da linguística, transformando-a em *uma* língua, qualquer língua. Nesse sentido, a relação de que tratamos parece inserida tanto em uma esfera teórica, quanto política, visto que as referidas designações exercem o papel de distinguir as línguas, enquanto realidades de fatos linguísticos, desestabilizando a língua, como objeto conceitual.

Nesse jogo político, é a relação com a alteridade que acaba por ditar às regras do modo de designar, pois, em conformidade com Canut (2000, p. 14), “as categorizações se operam em função da relação com o outro”⁴¹. A respeito desse embate com o outro e com a língua do outro, Duschatzky e Skliar (2001) argumentam que

a estratégia segundo a qual a alteridade é usada para definir melhor o próprio território proíbe formas híbridas de identidade, desautoriza a troca [...] Precisamos do outro, mesmo que assumindo certo risco, pois de outra forma não teríamos como justificar o que somos, nossas leis, as instituições, as regras, a ética, a moral e a estética de nossos discursos e nossas práticas (DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001, p. 124).

Poderíamos dizer, tomando a relação entre línguas, que precisamos de um estrangeiro e de uma língua estrangeira para afirmarmos “nossa” língua como materna, como “nosso” território. Seria essa relação com a alteridade, transposta para outras línguas, o que constituiria a ilusão de “estar em casa” vivenciada na

⁴¹ Tradução nossa de « les catégorisations s’opèrent em fonction de la relation à l’autre ».

chamada língua materna. Desse modo, a estrangeirização de outras línguas vem reafirmar a pretensa familiaridade da língua que se tem por materna, colocando-a como uma superfície estável, distante das turbulências dos (des)encontros.

Essa territorialização explica, em parte, o discurso que afirma que, na escola, aprende-se a língua materna e não *sobre* essa língua, como relata Pfeiffer (2005). A esse respeito, basta-nos recorrermos à sugestiva questão colocada por Leite (1995, p. 66) – a língua é materna/estrangeira para quem? – para compreendermos os sentidos que cerceiam esse *materna*. Em se tratando do cenário brasileiro, o discurso do ensino, certamente, não está tomando como língua materna tão somente a língua portuguesa, mas determinada forma da língua portuguesa, falada por determinados sujeitos, em determinadas circunstâncias, e assim por diante. Não se trata, pois, da língua, mas de uma forma padronizada dessa língua. E isso vale também para as línguas a que chamamos estrangeiras.

Tal homogeneização do discurso sobre a língua nos encaminha aos questionamentos colocados por Canut (2000, p. 01) que dizem respeito à concepção de língua em si mesma: “o que é uma língua? Há verdadeiras e falsas línguas? Há sub-línguas? Uma língua deve ser escrita, padronizada para ter direito ao status de língua?”⁴². Estas são questões salutares para que possamos pensar sobre a problemática das línguas e de seus entrelaçamentos, tal como vimos colocando, uma vez que não se pode conceber o embate entre as formas de designar, sem considerar que existe língua e/porque existem línguas no plural (parafraseando o dizer de Orlandi, 2003).

O percurso que trilhamos nesta seção possibilita pensarmos na desnaturalização da relação binária estabelecida entre língua materna e língua estrangeira. Ao observarmos as diversas perspectivas teóricas por meio das quais essas designações têm sido compreendidas, entendemos também as várias possibilidades de sentido que podem ser mobilizadas em torno das mesmas. Todavia, salientamos que essa potencialização de sentidos múltiplos deveu-se aos olhares para os quais nos voltamos, ou seja, os vieses psicanalítico e discursivo, que constituem algumas das abordagens desenvolvidas na área dos estudos linguísticos. Poderíamos colocar que, se a partir desses olhares a relação dual

⁴² Tradução nossa de « qu'est-ce qu'une langue? Y a t-il de vraies et de fausses langues? Des sous-langues? Une langue doit-elle être écrite, standardisée pour avoir droit au statut de langue ? » (CANUT, 2000, p. 01).

língua materna/língua estrangeira pode ser problematizada e ter suas evidências desconstruídas, em outras perspectivas essa relação ainda é consagrada à polarização e ao binarismo. Em função disso, procuramos refletir, na subseção seguinte, a respeito da constituição dessa relação binária e os efeitos de evidência que, a partir dela, são produzidos.

3.3 Da relação binária e seus efeitos de evidência

A relação língua materna/língua estrangeira, em alguns discursos onde costuma circular, como mencionamos em outros momentos deste trabalho, parece ser permeada por uma opacidade, que se encontraria dissimulada por um efeito de evidência causado, dentre outros fatores, pelos qualificativos *materna* e *estrangeira*. Quando se busca compreender os sentidos dessas designações, comumente se volta para esses termos, ou, mais precisamente, para seu conteúdo, nem sempre se atentando para o modo como língua materna e língua estrangeira são escritas, inscritas ou re-escritas. Dito de outra maneira, juntamente com Orlandi (1996, p. 64), cai-se no que a autora chama de “perfidia da interpretação”, o que consiste no fato de se “considerar o conteúdo (suposto) das palavras e não – como deveria ser – o funcionamento do discurso na produção dos sentidos”. Procuram-se, assim, as possibilidades que os adjetivos *materna* e *estrangeira* evocam, tendo-se a ilusão de que, com tal procedimento, o sentido do sintagma como um todo é evidenciado.

Ora, mesmo que as definições apresentadas – nos dicionários, por exemplo – se configurem como ilusoriamente inequívocas e transparentes, basta tomarmos as designações língua materna e língua estrangeira em meio a discussões formuladas nos estudos da linguagem, como fizemos na seção anterior, para observarmos que seus sentidos se constituem de forma bastante complexa. Nosso estudo se caracteriza, pois, como uma busca pela compreensão não só do que significam as designações por si mesmas, mas dos efeitos que elas produzem nos discursos em que se inserem.

Quando atentamos para a especificidade e a unidade, às quais língua materna e língua estrangeira parecem referir, lembramos o questionamento colocado por Scherer (2007, p. 348) a esse respeito, a saber, “se ‘a língua é não

totalidade, é não fechada em si mesma' por que a fechamos na discursividade do que seja materna e estrangeira e, mais ainda, como essa relação acontece nos sentidos de língua nacional"? Entendemos haver, nessas designações, uma tentativa de fechamento, não só no âmbito linguístico, mas também discursivo. Quanto ao primeiro, remetemo-nos à reflexão de Celada (2007) com relação ao fato de que

quando se utiliza a nomeação **língua materna**⁴³, o adjetivo – 'materna' – parece saturar o sintagma, convocando a necessidade de submeter o fragmento a um processo que expanda seus efeitos de sentido, evitando que estes fiquem presos a uma série de relações que parece apresentar-se como restrita e insuficiente (CELADA, 2007, p. 357).

A partir da reflexão de tal autora, podemos colocar que o adjetivo, adicionado ao termo língua, parece encerrar não somente as possibilidades linguísticas de acréscimo ao sintagma nominal, mas também discursivas, posto que, ao proferir tal sintagma, o sujeito tem a ilusão de haver dito tudo, ou seja, de *especificar claramente* a que língua se reporta. Apesar desse efeito de completude, o próprio sintagma se apresenta em sua equivocidade, pois diferentes sujeitos, ocupando posições em distintas formações discursivas, constituiriam o sentido de tal designação de forma diferenciada, compreendendo-a, por exemplo, como a primeira língua falada pelo sujeito, como a língua do local onde tal sujeito vive, como a língua na qual esse sujeito mais (se) significa, etc.

Sendo assim, se nos perguntarmos de que forma *materna* identifica a língua e qual língua, teremos uma gama de lacunas a serem preenchidas. E essa equivocidade autorizaria que os sentidos fossem constituídos a partir de diversas posições-sujeito. Nessa direção, podemos dizer, em concordância com a concepção de Leite (1995), que é a posição desse sujeito o que determina as possibilidades de sentido a serem constituídas por meio de tal designação. Segundo a autora,

é preciso identificar que a própria presença do 'materna' no sintagma por si já introduz um elemento novo, na medida mesma em que impõe uma pergunta: para quem? Pois não há possibilidade de se pensar 'língua materna' que não seja na referência estrita de um falante; qual seria o alcance da expressão se ela não implicasse a consideração de um sujeito? (LEITE, 1995, p. 66).

⁴³ O grifo é da autora.

Acreditamos que as reflexões acima evocadas podem ser relacionadas não somente à designação língua materna, mas também à língua estrangeira, posto que ambas parecem marcadas por uma opacidade semelhante. Além disso, em ambas, a questão do sujeito que se relaciona com a(s) língua(s), muitas vezes, fica silenciada e, pela maneira como as designações são postas, não se deixa significar a opacidade que lhes é fundante.

Desse modo, ao se fazer uso da designação língua materna, por exemplo, pode-se “pressupor” a existência da designação língua estrangeira, como contraponto, embora estas acabem funcionando enquanto formas vazias, demarcando tão somente uma diferença, uma relação de afastamento. No dizer de Coracini (2007, p. 137), há aí uma “dicotomia que anuncia: se há uma língua materna, deve haver uma língua estranha, estrangeira ao sujeito”. Ou seja, essas designações parecem funcionar como dois pólos, dois pontos opostos entre os quais tanto o aprendiz de línguas, quanto o professor, ou mesmo o tradutor, precisa traçar uma linha reta, de um pólo a outro.

Quando mencionamos essa polarização, não podemos deixar de lembrar a generalização que a circunda, visto que qualquer relação entre sujeito e língua parece ser concebida como seguindo necessariamente esse percurso, da língua materna para a estrangeira. Percurso dual e linear que, tendendo ao “horizonte logicamente estabilizado”, ao “mundo semanticamente normal” (PÊCHEUX, 1990), silencia e anula o caráter singular do processo de (se) significar entre línguas.

Embora haja estudos que busquem refletir sobre as tortuosidades desse caminho, composto por desvios e afluências que o preenchem e o transformam, entendemos que o fato de se colocar as línguas, representadas nas designações, enquanto pólos, viria reafirmar uma dupla ilusão. A primeira consiste em conceber a língua como algo dado e estático, como um território cujas fronteiras são, desde sempre, fixas e (por que não?) constantemente vigiadas. No território *estranho*, povoado por “falantes nativos” somente se pode adentrar sendo um desses habitantes ou fazendo-se passar por um. Enquanto isso, no pólo de cá, na língua materna ou minha língua, vive-se a tranquilidade de estar em casa.

Ora, muitas outras pesquisas realizadas – dentre estas se destacam as que se ancoram em uma abordagem discursiva – mostram-nos que essa dualidade não funciona com tamanha transparência. Com base nessas pesquisas, somos levados a afirmar que o *estrangeiro* e o *materno* não se encontram assim tão afastados,

tampouco contidos em *dois* espaços distintos. Aqui também fazemos remissão aos estudos de Freud, em especial a *O estranho* (1976), já referido anteriormente, o qual, embora não se voltando para a questão da língua, propriamente dita, conduz-nos a compreender que, ao invés de se distanciarem, o *estrangeiro* (estranho) e o *materno* (familiar) se imbricam.

A segunda ilusão de que falávamos tange a concepção de língua enquanto unidade e homogeneidade, como se essa não fosse intrinsecamente múltipla, constituída por fagulhas de outras. A esse respeito, remontamos tanto a Milner (1987, p. 19), o qual, remetendo ainda a Platão, coloca que “a língua, mesmo se a imaginamos como totalidade enumerável, é também necessariamente marcada de heterogêneo e de não superposto”; quanto a Derrida (2001a, p. 19), o qual afirma que “não falamos nunca senão uma única língua”, da mesma forma que “não falamos nunca uma única língua”. Logo, conceber a língua como um espaço estável e unívoco consiste em uma ilusão, que, por ser constitutiva do sujeito, não deixa de ser quimérica.

Sendo assim, um dos pontos, cuja problematização se faz pertinente, incide sobre a evidência construída discursivamente em torno do duplo, que reafirma esse fechamento e essa unicidade, de acordo com o questionamento de Scherer (2007), na passagem citada anteriormente. Ainda a respeito dessa dualidade, Souza (1998) coloca que

O estrangeiro, diz o senso comum, é o outro. Outro que se afirma em muitos sentidos: outro país, outro lugar, outra língua, outro modo de estar na vida, de fruir, de gozar. O estrangeiro é o outro do **familiar**, o **estranho**; o outro do **conhecido**, o **desconhecido**; o outro do **próximo**, o **distante**, o que não faz parte, o que é de outra parte (SOUZA, 1998, p. 155)⁴⁴.

Enfatizamos nessa passagem, atribuída, pela autora, ao discurso do senso comum, alguns vocábulos que constituem entre si uma relação opositiva: familiar *versus* estranho, conhecido *versus* desconhecido, próximo *versus* distante. Podemos dizer, na esteira do pensamento derridiano, que tais oposições circulam nesse “senso comum” por marcarem nossa constituição, enquanto sujeitos logocêntricos⁴⁵, centrados na racionalidade instituída desde o cartesianismo, cujo

⁴⁴ Os grifos são nossos.

⁴⁵ Logocentrismo é um termo cunhado por Derrida e concerne à “centralidade da palavra (“logos”), das ideias, dos sistemas de pensamento, de forma a serem entendidos como matéria inalterável, fixadas no tempo por uma qualquer autoridade exterior. As verdades que o logocentrismo ou

sujeito consciente era definido pela fórmula “penso, logo existo”. Esta noção de sujeito, como já colocamos, é questionada pelos estudos discursivos desenvolvidos a partir de Michel Pêcheux.

Coincidentemente ou não, tal adjetivação é bastante semelhante àquela atribuída à língua, quando esta “assume” o status de materna ou de estrangeira, no discurso de algumas abordagens que discutem sobre o ensino e o aprendizado de línguas em nossos dias. Longe de criticarmos taxativamente tais formas de conceber a relação do sujeito com a(s) língua(s), o que procuramos pontuar é a dificuldade que ainda se tem em fugir da lógica binária, representada pelo articulador *ou*. Em função disso, a partir de agora, interessa-nos compreender de forma um pouco mais aprofundada, em que consiste essa lógica, constantemente reafirmada na polarização entre certo/errado, racional/irracional, verdade/falsidade, além dos pares que já destacamos anteriormente.

Para tanto, mobilizamos, primeiramente, as reflexões de Deleuze e Guattari ([1980] 1996) que, ao tratarem do homem enquanto animal que vive de forma segmentarizada, pontuam três figuras pelas quais ocorre essa segmentaridade: a binária, a circular e a linear. Segundo os autores,

Somos segmentarizados *binariamente*, a partir de grandes oposições duais: as classes sociais, mas também os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, etc. Somos segmentarizados *circularmente*, em círculos cada vez mais vastos, em discos ou coroas cada vez mais amplos [...] Somos segmentarizados *linearmente*, numa linha reta, em linhas retas, onde cada segmento representa um episódio [...] (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 84).

Essas figuras, na concepção de Deleuze e Guattari (op. cit.), não se caracterizam como discrepantes, pois podem ser tomadas umas nas outras e, inclusive, virem a se transformar, imbricando-se umas nas outras. Tal segmentaridade ainda é dividida entre “flexível”, que ocorreria nas sociedades primitivas, e “dura”, nas sociedades modernas. Voltando-se para a lógica binária, argumentam os autores que as sociedades modernas funcionam por “relações biunívocas” e por “escolhas binarizadas”, o que faz com que esse modo de organização dual lhes seja próprio.

Ainda segundo Deleuze e Guattari ([1980] 1995), a binarização pode ser compreendida como o principal modo de sustentação do pensamento dialético, modo que dominou, e ainda domina, disciplinas como a informática, a psicanálise e a linguística. Na concepção dos autores, observamos que

a lógica binária é a realidade espiritual da árvore-raiz. Até uma disciplina “avançada” como a lingüística retém como imagem de base essa árvore-raiz, que a liga à reflexão clássica [...] Isto quer dizer que este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.13).

Ora, refletir sobre essas formas de oposição nos estudos linguísticos parece impossível sem retornarmos a Saussure e às conhecidas dicotomias, as quais, como mencionamos no início deste trabalho (cf. seção 1.1), deram corpo ao conceito de língua que estava sendo delineado, ou seja, a língua enquanto um *sistema* de signos, que faz a unidade da linguagem. Como sabemos, esse sistema se constitui por meio de relações de oposição entre os signos, na medida em que um signo, enquanto unidade, opõe-se a outros signos, também unos. O que objetivamos pontuar com essa reflexão é que uma relação de oposição se caracteriza como uma relação entre unidades, não possibilitando que se conceba aí o não-uno ou o incompleto.

Para seguirmos nessa problematização, torna-se relevante mobilizarmos as considerações de Parnet (1998), desenvolvidas juntamente com Deleuze, em **Diálogos**, as quais pontuam que

Talvez fosse preciso dizer, antes de tudo, que a linguagem é profundamente trabalhada por dualismos, por dicotomias, por divisões por 2, por cálculos binários: masculino-feminino, singular-plural, sintagma nominal-sintagma verbal. A lingüística só encontra na linguagem o que já está nela (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 44).

Contrariamente a esse ideal de unidade e de unicidade, é que se pode pensar em uma noção de multiplicidade(s), tal como querem os autores. Nos termos de Deleuze, “é preciso fazer o múltiplo” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 24), o que implica romper com os binarismos. É preciso pensar *entre*, trabalhar *entre*, como coloca o autor, “nem reunião, nem justaposição, mas linha quebrada que corre entre dois, proliferação, tentáculos” (Id. p. 26). Essa é a proliferação do rizoma, da grama, que se diferencia das árvores e da raiz única, como acrescenta Parnet (Id. p. 36), pois, “pensar, nas coisas, entre as coisas é justamente criar rizomas e não raízes”.

Ao encontro das formulações de Deleuze e Guattari (1995), que contrapõem a noção de rizoma à de árvore-raiz, mobilizamos as reflexões de Glissant (2005), o qual trata da contraposição entre o pensamento de sistema e o pensamento de errância. O pensamento de sistema, na concepção do autor, caracteriza-se pelo sectarismo, pela intolerância, pela ideia de território, no qual as línguas e as culturas não dialogam, mas se opõem – uma língua/cultura é o que as outras não são, tal como no sistema saussuriano de signos. Contrapondo-se a esse pensamento, o autor propõe a figura de um não-sistema, ou seja, um movimento permanente, que vai de encontro à fixidez do território. Esse pensamento de errância nos desvincularia dos pensamentos de sistema, uma vez que a errância e a deriva são concebidas por Glissant (2005, p. 152) como “o apetite do mundo”, ou seja, como aquilo que leva o sujeito a migrar, a se deslocar de seu território e a entrar em relação com o outro e com o mundo. Uma “obstinação pelo movimento”, movida pelo desejo de conhecer, de dar sentido, de vivenciar o múltiplo.

Nessa direção, seguindo uma perspectiva discursiva, poderíamos diferenciar errância e sistema pelo fato de a primeira não se pautar em oposições, mas em contradições, pois, segundo Lagazzi (2008)

A contradição traz a impossibilidade da unidade, a impossibilidade da resolução. No que concerne à circulação dos discursos, essa é uma questão importante. Os discursos se entrecruzam, se esbarram e as formulações se abrem em possibilidades de rearranjos significativos (LAGAZZI, 2008, p. 2).

Ou seja, ao passo que a oposição implica pensar uma relação entre totalidades, a contradição consiste na impossibilidade de uma unidade, constituindo-se enquanto uma relação entre incompletudes. Além disso, a contradição também pode ser vista como constitutiva de todo domínio de saber (formação discursiva), na medida em que estes se caracterizam como espaços de divisão, de relações desiguais entre saberes advindos de diferentes lugares, o que nos conduz a compreendê-los em sua heterogeneidade⁴⁶. De acordo com Indursky (2005, p. 192), “É aí que reside a contradição [...]: a existência da diversidade contraditória, instaurada pela entrada de saberes diferentes e muitas vezes divergentes, no interior da FD”.

⁴⁶ A esse respeito, conferir, dentre outros, Indursky (2003; 2005).

De forma semelhante, e tendo como base os estudos foucaultianos, Eckert-Hoff (2008, p. 59), trabalha a contradição como “constitutiva do sujeito e como princípio fundador da alteridade”, o que implica concebê-la como constitutiva do discurso e da subjetividade. Para a autora, “tomar o discurso como lugar de contradição não significa procurar resolver ou apagar as oposições a ele inerentes, mas procurar compreender como essas contradições são intrinsecamente constitutivas do sujeito e do discurso” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 60).

Abordar a contradição discursivamente é, pois, como coloca Lagazzi (op. cit., p. 2), “se dispor ao equívoco do acontecimento do significante na história”. Sendo assim, se pensarmos as designações em contradição, e não em oposição, poderemos tomá-las enquanto formas equívocas, fazendo intervir a incompletude de uma(s) na(s) outra(s). É seguindo a proposta de um pensamento de errância, marcado pela contradição, considerando o deslocamento e a incerteza, suscitados pela deriva e pelo rizoma, que refletiremos acerca da (des)dicotomização língua materna/língua estrangeira em nosso procedimento de análise.

Entretanto, embora os referidos autores, ao trabalharem suas problemáticas, autorizem-nos a refletir acerca da diluição desse par, cuja relação, conforme mencionamos, parece se caracterizar como múltipla, heterogênea e conflitante, pontuamos a dificuldade de que se cerca nossa tarefa, pois, conforme Deleuze e Guattari (1995, p. 34), “não é fácil perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para a direita ou inversamente”. Da mesma forma, Carvalho (1998) alerta que

Implodir essas dualidades, o que implica romper o “Grande Paradigma do Ocidente”, não vem sendo nada fácil. Ao que tudo indica, as teorias científicas não vêm dando conta dessa missão, por permanecerem consagradas na especialização, na fragmentação, na racionalidade, no cartesianismo (CARVALHO, 1998, p. 28).

Tentemos, porém, se não implodir as dualidades, ao menos dar mais um passo na busca por compreender seu funcionamento, problematizando o que se tem como dado, mexendo com os conceitos já-postos, e, tal como o faz um rizoma – errante e em direções movediças – encaminhando-nos, por entre sentidos fugidios, ao encontro de outros sentidos possíveis.

4 O MOVIMENTO DAS DESIGNAÇÕES

É preciso ir mais longe: fazer com que o encontro com as relações penetre e corrompa tudo, mine o ser, faça-o vacilar. Substituir o E ao É. A e B. (DELEUZE, 1998).

Antes de nos determos em um gesto de leitura sobre os recortes que apresentaremos, não podemos prescindir de algumas considerações a respeito do *corpus* de nossa pesquisa, cujas reflexões são aqui formuladas. A fim de lançarmos um olhar analítico sobre os sentidos das designações atribuídas à língua, buscamos observar, como fato desencadeador, o movimento dos sujeitos entre línguas. Partimos, inicialmente, da hipótese de que esse deslocamento exerceria influências no modo pelo qual o sujeito pesquisador designa a língua. Nessa direção, construímos o *corpus* de nossa pesquisa a partir da leitura de publicações de pesquisadores que têm em comum não só esse movimento, mas também o fato de se filiarem a uma concepção materialista de língua(gem), conforme já mencionamos.

Levamos em consideração o pertencimento teórico desses sujeitos, por acreditarmos que tal pertencimento está relacionado à historicidade desses pesquisadores, ou seja, à sua relação com a língua na história. Entendemos, assim, que o assujeitamento a esses lugares de reflexão é significativo para a constituição do discurso desses sujeitos, bem como para a constituição dos sentidos relacionados ao dispositivo conceitual que permeia esse discurso, em especial a noção de língua.

Mobilizamos, neste estudo, designações atribuídas à língua apresentadas em oito sequências discursivas, recortadas de quatro textos produzidos por dois sujeitos pesquisadores. Com vistas a compreender como se dá seu funcionamento, consideramos tanto o modo como as designações se inscrevem na formulação (no fio do dizer, conforme Orlandi 2001a), quanto sua relação interdiscursiva com outras formas de designar e de produzir sentidos – seja por meio de um ressoar, seja por uma tentativa de apagamento de outras designações.

Os textos, cujos excertos consistem nas sequências discursivas que observaremos, foram veiculados em quatro periódicos da área dos estudos linguísticos, publicados entre os anos de 2000 e 2003, período marcado pelos 40

anos de institucionalização da linguística (em 1962) e pelos 10 anos da criação da ALAB (em 1990), como referimos em nossa introdução. Os periódicos tomados como suporte são os seguintes: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (2000), organizado pelo Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com periodicidade semestral e aberto a publicações de interesse científico em qualquer subárea da Linguística⁴⁷; *Revista da ANPOLL* (2002), publicação da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, cujos números são organizados em torno de temáticas específicas⁴⁸; *Revista Letras* (2003), periódico semestral de caráter também temático, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que engloba publicações concernentes aos estudos linguísticos e literários⁴⁹; *Revista Organon* (2003), vinculada ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui periodicidade semestral e destinada à divulgação de trabalhos que envolvem questões de Língua/Linguística e Literatura/Teoria Literária⁵⁰.

Tais periódicos possuem a especificidade de apresentarem uma abordagem expressiva dos estudos linguísticos em desenvolvimento no Brasil no período especificado, uma vez que permitem observarmos a circulação do conhecimento a partir de perspectivas que advêm de distintos lugares, reconhecidos pela ANPOLL e por três universidades significativas tanto no cenário nacional, como é o caso da UNICAMP, quanto estadual, como a UFRGS e a UFSM.

O propósito dos artigos de onde as sequências foram recortadas era o de desenvolver reflexões, seja acerca do ensino/aprendizagem de línguas, seja em torno da constituição identitária do sujeito que com a(s) língua(s) se relaciona. Sendo assim, o critério para a seleção dos referidos textos, consistiu na observação do título e do resumo, locais em que as temáticas são usualmente propostas. Em função de o corpus ter sido recortado com a finalidade de dar destaque ao modo como as designações são (re)formuladas, as sequências discursivas que apresentamos não seguem uma temporalidade cronologicamente organizada no decorrer deste estudo.

⁴⁷ Fonte: <http://www.iel.unicamp.br/publicacoes/revista_cel.php>. Acesso em 21/09/2008.

⁴⁸ Fonte: <<http://www.unicamp.br/~anpoll/revista.html>>. Acesso em 21/09/2008.

⁴⁹ Fonte: <<http://w3.ufsm.br/revistalettras/historico.html>>. Acesso em 21/09/2008.

⁵⁰ Fonte: <<http://www6.ufrgs.br/iletras/revistas.htm>>. Acesso em 21/09/2008.

O que observamos como regularidade, nos textos dos pesquisadores aos quais nos voltamos, consiste em uma espécie de resistência à lógica dual língua materna/língua estrangeira, como poderemos acompanhar nas sequências discursivas, cujo gesto de interpretação será desenvolvido a seguir. Faz-se necessário lembrar, ainda, que as sequências analisadas foram divididas em dois momentos. No primeiro, intitulado *A dicotomização (re)significada*, foram agrupadas as sequências nas quais a dualidade é mantida, mas reformulada, quer por meio do uso de outras designações, quer por um princípio de pluralização; no segundo, intitulado *A constituição plural de um lugar de dizer singular*, foram reunidas as sequências nas quais tal dualidade desdobra-se em outros modos de designar. O terceiro momento, que tem por título *A tensão entre o mesmo e o diferente*, é dedicado a uma leitura dos dois momentos anteriores, com vistas a refletirmos sobre os sentidos colocados em curso no/pelo gesto analítico.

4.1 A dicotomização (re)significada

Tal como vimos desenvolvendo em nossa reflexão, entendemos que as designações língua materna e língua estrangeira, constitutivas do discurso que circula no (sobre o) âmbito da pedagogia de línguas, por serem frequentemente repetidas, acabam incidindo em uma evidência de sentidos. Dessa forma, o que buscamos mostrar, com nosso gesto de interpretação, diz respeito aos movimentos por meio dos quais tais designações são (re)formuladas e (re)significadas, ou seja, são corporificadas diferentemente. Conforme mencionamos, tal (re)significação parece ir de encontro à polarização, que marca a relação língua materna/língua estrangeira. Vejamos, então, a primeira sequência discursiva que mobilizamos, a fim de entendermos como se dá o movimento ao qual nos referíamos.

S. 1) *Concebo o processo de enunciar significativamente em **L2** como um processo estreitamente ligado a inscrições identificatórias na discursividade da **língua alvo**, decorrente de identificações e desidentificações vividas em relação à(s) **segunda(s)** e **primeira***

***língua**, sendo as mobilizações, em relação a esta última, cruciais⁵¹ (SPX/T1⁵² - In: Caderno de Estudos Lingüísticos, 2000).*

A partir do que sublinhamos em S.1, observamos que *língua* é (re)formulada de quatro diferentes formas, de sorte que temos a designação *primeira língua* como eixo de ancoragem, em torno do qual giram as demais designações, a saber: *L2*, *língua alvo* e *segunda(s)* [língua(s)]. A própria sequência justifica essa centralidade, ao colocar que as mobilizações relacionadas à primeira língua são “cruciais”. Um ponto inicial para destacarmos na leitura de S.1 concerne à incompletude que a constitui, uma vez que, a seu término, somos levados a indagar: as mobilizações em relação à primeira língua são cruciais *para quem?* Para o sujeito aprendiz/enunciador, já que a este cabe identificar-se ou não com as línguas, a fim de poder enunciar(se) nelas, ou ao sujeito pesquisador, já que é ele quem concebe (observamos o verbo em primeira pessoa do singular) o processo enunciativo como ligado à filiações identificatórias. Voltamos, então, ao que Leite (1995, p. 66) sugeria ao questionar “qual seria o alcance da expressão se ela não implicasse a consideração de um sujeito?”. Entendemos que a opacidade da sequência se instaura, deixando, no entanto, que aí se coloque um sujeito latente.

Outro ponto que destacamos se refere à inscrição, no dizer, da sigla *L2*, comumente utilizada ao se tratar de “segunda língua”, em um lugar de discurso determinado pela prática de ensino de línguas. A abreviatura – nada mais do que um “termo técnico” utilizado com a finalidade de simplificação – marcando uma predicação por numeração, quando relacionada à língua, como nesse caso, inevitavelmente direciona-a não apenas para um ambiente de ensino/aprendizagem – pois, como coloca Revuz (2002), em estabelecimentos escolares, “tem-se o costume” de assim indicar as línguas a serem ensinadas – mas também para uma situação de sobreposição/coleção de instrumentos, cuja preocupação está em conhecer/falar o máximo de línguas possível.

Assim, embora se constituindo a partir de uma língua já falada pelo sujeito, a sigla exerce seu papel de simplificadora na contabilização das línguas: *L1*, *L2*, *L3*,

⁵¹ Os grifos que salientam as designações são nossos.

⁵² Nas sequências discursivas analisadas, *SPX* e *SPY* equivalerão a *Sujeito Pesquisador X* e *Sujeito Pesquisador Y*. Da mesma forma, *T1*, *T2*, etc. equivalerão a *Texto 1*, *Texto 2* e assim sucessivamente. Não é nosso objetivo, neste estudo, trabalhar com o “nome do autor” (em termos foucaultianos), mas com a posição-sujeito na qual ele se insere. Devido a isso, utilizamo-nos de tal referência com o intuito de apenas marcar os dizeres como provenientes de lugares diferenciados, não de individualizar os sujeitos.

Ln... “Uma situação mercadológica contemporânea”, ou, “uma necessidade atual”, diriam alguns, visto que, os sentidos que L2 coloca em curso não deixam de mostrar uma concepção utilitária de língua, construída historicamente. No entanto, o fato é que, conforme Derrida (2001a), a língua é inumerável. Em suas palavras, “é impossível contar as línguas, eis o que queria sugerir. Não há calculabilidade, a partir do momento em que nunca o Uno de uma língua, que escapa a qualquer contabilidade aritmética, é determinado” (DERRIDA, 2001a, p. 45). Entendemos que, em função disso, o dizer do sujeito pesquisador é constituído de forma a negar tais efeitos de sentido, pois ele não trata meramente do *falar uma L2*, mas sim do “processo de enunciar *significativamente* em L2”. O advérbio, assim, parece exercer uma força de neutralização ideológica de tal designação, buscando inscrevê-la em outro lugar de dizer sobre a língua.

No que tange a designação *língua alvo*, entendemos que esta re-escreve a sigla L2, ou seja, retoma-a por meio de outro modo de designar. No entanto, acreditamos que tal designação não coloca a língua tão somente como mais uma, na esteira das línguas a serem contabilizadas, tal como o faz a designação L2, mas a predica como uma meta. Assim, embora redizendo a mesma designação, língua alvo desloca seus sentidos, remetendo-os novamente para uma relação de polarização, uma vez que, ao se conceber um alvo ou uma meta, pensa-se também em um ponto de partida. E esse ponto, como mencionamos, parece estar fixado sobre a designação *primeira língua*.

Novamente a imagem de movimento retilíneo é evocada. Porém, mais uma vez, podemos ver essa imagem desestabilizada, quando a designação *segunda(s) [línguas]* é colocada em jogo. O que destacamos nessa forma de referir a língua concerne à possibilidade de se considerar a multiplicidade das línguas, representada pela marca de plural na posição entre parênteses. Entendemos que essa pluralização nos encaminharia novamente a uma abertura da dualidade. Contemplando esse movimento, podemos colocar que a sequência 1 traz em si uma ciranda de modos de designar, os quais se constituem por meio de *batimentos* em torno da designação *primeira língua*.

Acreditamos também que S.1 nos possibilita tratar as designações a partir do funcionamento de uma memória discursiva da produção de conhecimento sobre a língua em sua relação com a formulação do dizer. Teríamos, desse modo, na constituição do discurso do sujeito pesquisador, a mobilização de saberes

provenientes de diversos domínios – o lugar do ensino de língua, da política mercantil de escolas de idiomas, da pesquisa sobre a língua, entre outros – mas permaneceria aberta, pelo acréscimo da pluralização, a possibilidade de constituição de sentidos outros. Logo, podemos observar, em S.1, a possível inscrição de vários domínios de sentido, representando esses lugares de dizer, cujos limites são imprecisos.

No que diz respeito a essa inscrição, Guimarães e Orlandi (1988) afirmam que um texto é atravessado por várias formações discursivas, cuja relação pode “ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação, etc.” (Id. p. 21). Nessa sequência, por exemplo, as designações coexistem, parecendo se autosustentarem em vaivens de colisões e deslocamentos. Sendo assim, entendemos que o discurso do pesquisador coloca em jogo as designações em sua equivocidade, em sua historicidade, (re)significando-as na contiguidade de seu dizer, constituindo outros sentidos por meio da deriva dos sentidos já-dados. Não as silenciando, mas jogando com seus sentidos e com sua forma, admite-se, do lugar do pesquisador, a heterogeneidade de designações construídas na/pela produção de conhecimento sobre a língua. Acolhem-se esses saberes vindos de outros lugares.

Diferentemente da sequência discursiva 1, apesar de abordar a questão da identificação do sujeito (não com a língua, mas pela língua), na segunda sequência que trazemos, trabalha-se com a forma binária de designar. Logo, duas designações são postas em movimento, e o que as (re)significa não é sua (re)inscrição em outro espaço discursivo, mas o próprio modo de constituição da designação. Tal modo de constituição produziria, por assim dizer, um efeito de silenciamento nesse discurso, uma vez que, nos termos de Orlandi (1992, p. 43), no discurso científico, “há teorias que não deixamos significar”.

Essa afirmação nos encaminha a mobilizar a noção de silenciamento ou política do silêncio, tal como trabalhada por Orlandi (2001b). O silenciamento, para a autora, divide-se em *silêncio constitutivo* e *silêncio local*, sendo que o primeiro estaria relacionado ao fato de, para dizer, ser preciso também não-dizer, e, o segundo, relacionado às formas de censura, enquanto proibição do dizer em determinadas situações. Observemos, então, como esse outro processo opera na constituição dos sentidos.

S. 2) *Na medida em que uma língua é essencialmente a cristalização e a interpretação de uma cultura, a **língua de origem** identifica ainda o sujeito através das diversas estranhezas que ele pode manifestar com relação à cultura da **língua de adoção**. Pois, partilhar com o outro a língua dele é também, e principalmente, conseguir partilhar a cultura que ela traz em si (SPY/T1 - In: Revista Letras, 2003).*

Nesta sequência, chamamos a atenção para a constituição da designação por meio de uma adjunção composta por *de origem* e *de adoção*, ao invés de *materna* e *estrangeira*, comumente repetidos. Nos gestos de leitura que vamos realizar, daremos especial enfoque a essas adjunções, que, assim como *materna* e *estrangeira*, costumam determinar a língua, por meio de um procedimento linguístico de aposição, como concebe Guimarães (2005). Entendemos, em concordância com o autor, que tais termos possuem um “funcionamento determinativo”, uma vez que, adjungidos à língua, buscam delimitar, precisar o sentido dessa noção, dando-lhe novo corpo. É para adjunções determinativas dessa ordem, pois, que nos voltamos nessa sequência, uma vez que, em nosso entendimento, são elas que equivocam e desestabilizam os sentidos em torno da noção de língua.

Podemos observar, na sequência 2, uma modificação tanto na esfera do significante, pela substituição da adjetivação, quanto na dos sentidos que se produzem a partir desse deslocamento, o que nos leva a depreender que *língua de origem* e *língua de adoção*, tomando o lugar de *língua materna* e *língua estrangeira*, inscrevem esse dizer em outro domínio de sentidos.

Apesar disso, entendemos em conformidade com Orlandi (2001a, p. 130), que “os sentidos silenciados migram para outros objetos simbólicos atestando sua necessidade. Como esta migração é produzida pela necessidade histórica, para compreender um discurso, devemos nos perguntar sistematicamente o que ele cala”. Indagamo-nos, então, sobre os porquês do silenciamento das designações *língua materna* e *língua estrangeira* em favor de *língua de origem* e *língua de adoção*. Que sentidos deslizariam nessa formulação?

Acreditamos, primeiramente, que o dizer do sujeito pesquisador sofre a coerção do lugar que este assume nos estudos linguísticos/discursivos, o qual, por sua vez, encontra-se marcado por uma perspectiva teórica, que tende a regular os sentidos desse dizer. Nesse caso, estaria funcionando em seu discurso o que Orlandi (2001b) denomina silêncio local, ou seja, no domínio de saberes ao qual o sujeito se inscreve, haveria dizeres não passíveis de serem ditos, e, nesse domínio,

designações marcadas como “de outro lugar” não deveriam ser postas em circulação, pois, ainda segundo Orlandi (1992, p. 181), “uma palavra por outra, que é próprio do funcionamento discursivo, significa assim um discurso por outro”.

Desse modo, podemos pensar que, ao se tratar de língua de origem e de língua de adoção, toda uma rede de sentidos que se relacionaria à *língua da mãe*, à *língua nacional*, à oposição (vista como necessária) entre *língua materna* e *estrangeira* ou entre *primeira* e *segunda língua* é silenciada. Nas palavras de Orlandi (1992), o silêncio recorta o dizer, ou seja, diz-se uma coisa para não se dizerem outras. Sendo assim, as designações historicamente marcadas como pertencentes a outro âmbito de saber são caladas em favor de uma designação de língua aparentemente neutra, como local onde o sujeito nasce, ou onde é aceito. As primeiras designações, língua materna e língua estrangeira, seriam, dessa forma, impedidas de figurarem no dizer.

Contudo, se, por um lado, o discurso do sujeito é determinado pelo lugar teórico ao qual este se filia, como acabamos de colocar, por outro, a relação do sujeito com seu objeto é também determinada pela exterioridade que lhe constitui, ou seja, por seu percurso por entre saberes que fundam sua subjetividade. Desse modo, o silenciamento das designações língua materna e língua estrangeira, na sequência destacada, pode ser compreendido não somente como uma simples escolha ou filiação a determinado lugar de dizer, mas como uma abertura para outros saberes, mobilizados na formulação do discurso e determinantes na constituição do sujeito. Sendo assim, de acordo com Orlandi:

Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...] Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi (ORLANDI, 2001b, p. 30).

Dessa forma, o não-dito também constitui sentidos, enquanto possibilidade de deslize, na formulação em que se inscreve. Diríamos que esses sentidos outros não são apagados, pois continuam funcionando, fazendo com que o efeito metafórico⁵³ seja potencializado e aí permaneça. Nessa direção, apesar da tentativa de silenciamento da dualidade língua materna/língua estrangeira, observamos que

⁵³ Por efeito metafórico, Orlandi (2001b), entende a deriva semântica produzida por uma substituição contextual. Deriva esta constitutiva do sentido dos elementos substituídos.

língua de origem e língua de adoção assimilam-se muito as primeiras, pois, além de se configurarem como dois pólos, também implicam uma relação de (não)pertencimento. No entanto, acreditamos que a discrepância entre ambos os modos de designar dicotomicamente pode estar situada no fato de que, entre materna e estrangeira, existe uma memória que instaura uma oposição bem marcada, pois, pela repetição, essa polarização foi-se solidificando.

Diferentemente, o que ocorre entre *de origem* e *de adoção* parece se caracterizar como algo mais fluido, não-polarizado. Se tomarmos *língua de origem*, observamo-la carregar um forte universo de sentidos constituído em torno da relação familiar, semelhantemente ao que se concebe, quando se trata da designação *língua materna*, de modo que se pode falar em uma para silenciar a outra. Além disso, se nos detivermos nos efeitos de sentido que *língua de origem* evoca, além da relação com a familiaridade/estrangeiridade, poderemos entender que a afirmação de uma língua de origem implicaria uma busca imaginária por uma língua pura. Uma ilusão, na concepção de Coracini (2007), de que essa língua remeteria ao conforto e à harmonia de um princípio; ou um esquecimento, diríamos com Derrida (2001a), de que a língua na qual o sujeito se constitui não é sua, já é outra (do outro), já é híbrida.

Se pensarmos em língua de adoção, ligada também à relação familiar, onde o termo adoção parece circular com maior frequência, teríamos a inscrição do sujeito nessa língua como um gesto irrevogável, ou seja, uma vez sendo adotiva, a língua nunca deixaria de exercer, para esse sujeito, o papel de acolhedora, aproximando-se também ao papel da língua chamada materna. Entretanto, torna-se impossível nos desvencilharmos da imagem de algo que não nos pertence, que não é *originalmente* nosso. Entendida dessa forma, a língua de adoção pode ser vista como uma prótese (cf. DERRIDA, 2001a), um substituto para a língua que seria própria do sujeito. Assim sendo, essa concepção de língua fundar-se-ia no imaginário de que a língua de adoção é sempre do outro, mas que, apesar disso, pode ser “compartilhada”, o que faria com que o sujeito se sentisse incluído, adotado. Observamos que a polarização, nesse caso, parece se diluir, na medida em que a língua de adoção também pode identificar o sujeito, como coloca a sequência 2, contanto que o mesmo se identifique com ela.

Todavia, não podemos esquecer que, embora *língua de adoção* se aproxime de *língua materna*, ao evocar sentidos que fazem remissão a uma pretensa acolhida

e aceitação, ela não deixa de mobilizar sentidos que a fazem ser e não ser, ao mesmo tempo, língua do sujeito. Em outras palavras, na relação com uma língua chamada de adoção, o sujeito habita-a, sem habitá-la, configurando uma relação de (não)pertencimento, tal como desenvolvemos na seção 2.2, ao tratarmos da constituição do sujeito a partir de um entre-lugar. Poderíamos, talvez, afirmar que a designação *língua de adoção* deixaria emergir um desejo de pertencimento, de acolhida na língua do outro, que resultaria de uma identificação com esse outro. Estes seriam vestígios da formulação de um dizer proveniente do lugar entre línguas? Para trabalharmos esta hipótese, acreditamos que não basta observarmos os sentidos que circundam as designações, como acabamos de fazer. É preciso considerarmos também o gesto de se sobrepor *língua de origem* e *língua de adoção* em lugar de *língua materna* e *língua estrangeira* como um indício da constituição desse discurso, atentando para os sentidos que esse gesto também mobiliza.

O que queremos mostrar é que, mesmo que um dizer seja formulado tão somente para silenciar outro, seus sentidos deslizam, fazendo com que, conforme menciona Pêcheux (1997, p. 197), não haja “jamais equivalência entre várias formulações”. Desse modo, o aparente apagamento do primeiro par de designações parece resultar de sua sobreposição com outro modo de designar. Nesse sentido, podemos dizer, juntamente com Indursky (2003), que estamos frente a uma (re)formulação, por meio da qual as designações língua materna e língua estrangeira continuam ressoando, produzindo um “efeito de memória”. A autora mobiliza essa noção a partir dos estudos de Courtine (1981) e trata-a como um *ressoar de saberes*. Nas palavras de Indursky (2003, p. 105), “tais saberes permanecem deslinearizados, ausentes do intradiscurso. Permanecem na estrutura vertical, no interdiscurso. Mas, mesmo ausentes, ressoam no intradiscurso e seu vestígio se presentifica [...]”.

Poderíamos dizer, assim, que, pela posição que assume, em uma relação de força, o sujeito estaria, por um lado, delimitando seu espaço, influenciado pelo lugar teórico de onde fala, ao tentar silenciar o primeiro par de designações. Por outro lado, a forma como passa a designar deixa emergir um saber de sujeito em curso, que anseia por um lugar de fundação e por um lugar de acolhida. As designações *língua de origem* e *língua de adoção* parecem consistir, desse modo, em um furo no dizer, mostrando a própria condição do sujeito desejante e errante. É a um sujeito como esse que Kristeva (1994) nos permite aludir, ao falar sobre “a origem perdida,

o enraizamento impossível, a memória imergente, o presente em suspenso”, definindo seu lugar como “um trem em marcha, um avião em pleno ar, a própria transição que exclui a parada” (KRISTEVA, 1994, p. 15). É, pois, a mobilidade desse lugar instável e em transição que se manifesta, para nós, no modo pelo qual esse sujeito designa as línguas.

Poderíamos entender, então, que é o próprio gesto de silenciar, o que constitui a relação entre os distintos modos de designar. Tentamos esboçar esse ressoar de saberes – colocados em funcionamento pela tentativa de silenciamento – pela figura 2, a seguir, na qual a barra, que busca anular as designações língua materna e língua estrangeira, consiste no vínculo entre estas e as designações língua de origem e língua de adoção. Observemos.

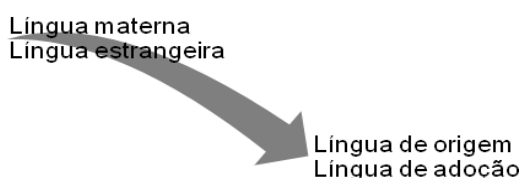


FIGURA 2: Ressoar das designações

Para tratarmos das sequências que se seguem, compreenderemos a relação entre as designações, enquanto uma relação tensa entre o mesmo e o diferente. Primeiramente, porque estamos nos voltando para sujeitos que falam sobre a língua em diferentes línguas. Sujeitos que, embora vivenciando um percurso que compreende várias línguas, produzem conhecimento sobre a língua em português. Em segundo lugar, porque tomamos um discurso que circula no âmbito acadêmico-científico, e, nesse caso, o movimento de retorno (mesmo) e de re-significação (diferente) pode ser compreendido como o que caracteriza o modo de funcionamento da memória discursiva (interdiscurso), enquanto rede de sentidos constitutiva do discurso do sujeito pesquisador.

Procederemos de tal forma para melhor compreendermos o *amarramento* das designações colocadas em cena pelo sujeito pesquisador a uma memória discursiva, que circunda a produção de conhecimento sobre a língua nos estudos linguísticos desenvolvidos no Brasil atualmente. Entendemos que, pela repetição do mesmo modo de designar, o pesquisador da linguagem instaura uma diferença, tangenciando outras possibilidades de sentido. Gostaríamos de lembrar que essa

inscrição na memória, pela repetição, não se dá enquanto uma reprodução, ou seja, não se restringe ao simples retorno dos sentidos já postos, mas consiste em uma abertura para que novos sentidos possam circular. Vejamos a sequência 3, na qual são colocadas em funcionamento as designações *língua fonte* e *língua alvo*:

S. 3) *Cabe salientar que a produção escrita do aprendiz na **língua alvo**, em uma proposta como esta, na qual se enfatiza a relação leitura-escrita e a sensibilização à discursividade nas **línguas fonte e alvo**, acontece somente depois de etapas como as descritas (SPX/T2 - In: Revista da ANPOLL, 2002).*

Em S.3, assim como em S.1, faz-se uso de designações recorrentes nos estudos sobre ensino e aprendizagem de línguas. Em nossa análise da sequência discursiva 1, referimos brevemente alguns efeitos de sentido que podem ser mobilizados no que concerne à língua alvo, dentre eles, a concepção de língua como uma meta a ser atingida, a partir de um lugar onde se está. Ora, além de evocar um movimento retilíneo de um ponto a outro, essa relação entre as designações ainda nos conduz a uma centralidade do sujeito, o qual, uma vez estável em seu lugar original (o substantivo fonte também nos encaminha a pensar em origem), desloca-se para seu alvo, a outra língua, que, como tal, apresenta-se em constante transformação, em movimento. Em nosso entendimento, ao passo que a fonte traz consigo uma ideia de estabilidade, o alvo desestabiliza e, frente a ele, têm-se dois caminhos: ou se acerta o alvo, o que nos possibilita pensar em uma aquisição/aprendizagem “perfeita”, completa, associada a uma identificação plena (no dizer de Pêcheux, 1997); ou se erra, o que facilmente nos encaminha a pensar nos fracassos, principalmente em ambientes de ensino. Estamos no âmbito dos sentidos já-postos.

Entretanto, desestabilizando os sentidos dessa dualidade, podemos compreender – e acreditamos que o dizer do sujeito pesquisador em S.3 assim nos permite – língua fonte e língua alvo não apenas na relação entre dois pólos, entre os quais o sujeito se desloca em linha reta. O substantivo fonte se relaciona também ao fluido, à nascente que corre para um destino, o qual se configura como uma convergência (o substantivo alvo nos permite também trabalhar com esse sentido). Compreendendo o encontro entre as línguas dessa forma, somos levados a refletir sobre a dissolução dessa oposição, a partir do pensamento de Glissant ([1995]

2005), apresentado por Rocha (2001). Segundo a autora (2001, p. 02⁵⁴), “a convergência aberta de culturas, proposta por Glissant, opõe-se ao sistema metafísico ocidental, estruturado segundo oposições conceituais binárias (sentido/forma, alma/corpo, ausência/presença, abstrato/concreto, etc)⁵⁵.”

Na proposta de abordagem das línguas apresentada em S.3, podemos observar que o trabalho com o aprendiz deve se dar de modo a sensibilizá-lo, não à língua como sistema, mas à discursividade que acontece nas línguas. Tal afirmação admite a concepção de que aprender uma língua é inscrever-se nela, na discursividade que nela se produz. Nesse sentido, a convergência marcaria não só um encontro entre as línguas, mas também uma mescla entre estas, abrindo seu curso, não mais para direções opostas, mas para a mesma direção.

No que tange o segundo modo de designar presente na sequência 3, ou seja, o dizer “línguas fonte e alvo”, entendemos que tal designação permite uma leitura de, pelo menos, duas formas diferenciadas: *língua fonte e língua alvo* e *línguas fonte-e-alvo*⁵⁶. Acreditamos que a segunda possibilidade de leitura nos autoriza a pensar nas línguas como convergência, conforme mencionamos, pois, se em *língua fonte e língua alvo* pode-se ter uma oposição marcada entre duas unidades, em *línguas fonte e alvo* essa dualidade não significa, uma vez que, uma língua pode ser tanto fonte quanto alvo. Esse segundo efeito de sentido nos permite apreender um movimento e uma circularidade que *língua fonte e língua alvo*, tomadas como unidades, não permitem.

Assim, podemos colocar que ao se dizer *línguas fonte e alvo*, de certa forma, diz-se o mesmo, mobilizam-se as mesmas designações, mas, perguntamo-nos, seriam realmente as mesmas? Entendemos que não. Os sentidos colocados em curso são indubitavelmente outros. Nesse modo de designar, as possibilidades de ser fonte e de ser alvo não se excluem, fazendo com que cada língua com a qual o sujeito se relaciona possa se configurar para este, ao mesmo tempo, como fonte e como alvo, como saber já-dado e como saber a ser significado, como mesmo e como diferente, como repetição e como (re)significação.

⁵⁴ A paginação é referente ao texto divulgado online.

⁵⁵ Tradução nossa de "La convergence ouverte des cultures proposée par Glissant s'oppose au système métaphysique occidental, structuré d'après des oppositions conceptuelles binaires (le sens/la forme, l'âme/le corps, l'absence/la présence, l'abstrait/le concret, etc)".

⁵⁶ Fazemos uso do hífen para marcar um possível imbricamento entre as línguas.

Seguindo nessa mesma linha, atentamos agora para a sequência discursiva 4, a qual mobiliza, juntamente com o mesmo, a designação língua estrangeira, o diferente, na figura das designações *minha língua* e *minha língua de origem*.

S. 4) *De fato, na terceira pessoa do passado perfeito, ele perdeu a língua se refere a um mutismo circunstancial, ao passo que, na primeira pessoa do presente, eu estou perdendo **minha língua** significa que a **língua estrangeira** se desenvolveu a tal ponto que ela está fazendo refluir **minha língua de origem** (SPY/T1 - In: Revista Letras, 2003).*

Na sequência 4, como podemos observar, a oposição língua materna/língua estrangeira é (re)formulada, colocando-se em relação *língua estrangeira* com *minha língua*. O que se torna interessante nessa (re)formulação, diz respeito aos efeitos que esse par movimenta, visto que a designação *língua materna*, silenciada por *minha língua*, parece não dar conta dos sentidos que insistem em se corporificar; assim como *minha língua* também parece não dizer tudo, sendo re-escrita, então, por ***minha língua de origem***. O que entendemos haver nesse deslocamento concerne, no âmbito linguístico, à necessidade do indicativo de posse, uma vez que não se pode estar perdendo algo que não é seu. A ilusão de posse/propriedade sobre a língua, constitutiva do sujeito, é manifesta fortemente nessa sequência, pois, se lançarmos nosso olhar cuidadosamente não apenas para as designações, mas para o modo como a sequência está formulada, conseguiremos observar que outras formas de dizer poderiam ter sido mobilizadas. Por exemplo, se colocarmos em paralelo as duas afirmações trabalhadas na sequência, quais sejam, “ele perdeu a língua” e “eu estou perdendo minha língua”, veremos que a primeira afirmação também admitiria o uso do pronome possessivo, da mesma forma que, na segunda, tal pronome poderia ter sido suprimido.

A questão que se torna latente consiste em saber, então, por que *minha língua* precisa ser marcada, e mais, por que precisa ser reafirmada por *minha língua de origem*? Se retrocedermos à sequência 2, na qual a dualidade língua de origem e língua de adoção silencia língua materna e língua estrangeira, poderemos compreender que o silenciamento, aqui, não é da mesma ordem, assim como as designações não significam da mesma forma. Dito de outro modo, língua estrangeira e *minha língua* parecem não consistir em oposições, visto que, na relação que estabelecem entre si, à proporção que a língua estrangeira avança, a língua do

sujeito (perguntamo-nos: tratar-se-ia do sujeito falante ou do sujeito pesquisador?) recua em um movimento ondulatório.

Pensando nessa relação, somos levados a indagar: se a língua estrangeira habita o sujeito ao ponto de fazer “refluir” sua língua, ela funcionaria ainda como língua estrangeira, nos moldes das evidências constituídas em torno de tal designação? Ou, então, se a língua que o sujeito considera como sua acaba se perdendo diante do encontro com a outra, o que o autorizaria a chamá-la “sua” língua? Não estaria ocorrendo, ainda, uma inversão na relação usual língua materna *versus* língua estrangeira? Que papel teria a origem nesta relação? Acreditamos que essas indagações nos auxiliam a compreender, de forma não superficial, os efeitos que tais designações produzem nesse dizer.

O que parece ressoar nas designações *minha língua* e *minha língua de origem* é a associação do pronome possessivo ao imaginário de língua enquanto pátria ou enquanto “raiz única” (no dizer de Deleuze e Guattari, 1995). Nessa direção, a relação entre *minha língua* e *língua estrangeira*, ao mesmo tempo em que pode ser parafraseada pela dualidade *minha língua versus língua* do outro, também desloca sentidos de modo polissêmico, fazendo com que a designação *língua estrangeira*, pelo movimento de refluir *minha língua*, também se coloque no patamar de língua do sujeito. Deve-se a isso, acreditamos, a necessidade de reformular a primeira designação com o acréscimo “de origem”, uma vez que, se ambas as línguas constituem o sujeito, o que as distingue consiste no fato de uma delas ser, para esse sujeito, a língua *original*, que, embora recue, deve permanecer intrínseca, intocada.

Nesse sentido, o dizer em S.4 parece carregar consigo uma espécie de luto, já que a “língua de origem” não só está perdendo seu espaço para outra, mas o sujeito a está perdendo. A respeito dessa perda da origem, Derrida (2001a, p. 49) tece considerações importantes ao se referir a um “luto do que nunca tivemos”. No caso do sujeito entre línguas, a língua de origem, supostamente perdida, consiste em uma língua idealizada, língua do início para a qual sempre se poderia voltar, apesar de não haver, conforme Coracini (2007, p. 131), “língua-origem, língua pura, única, perfeita, fechada, a não ser na idealização – invenção – do imaginário, responsável pelo sentimento de identidade que nos protege do conflito constitutivo de toda subjetividade”. Parece haver, na sequência discursiva em questão, a manifestação do desejo de um sujeito que, nos termos de Derrida, “evoca uma

língua de origem que talvez o tenha ‘perdido’, é certo, a ele, mas que ele não perdeu. Ele guarda o que o perdeu” (DERRIDA, 2001a, p. 52).

Podemos pontuar também a relação entre as designações enquanto um movimento tenso, visto que estas tendem ora à equivalência – com *minha língua* e *minha língua de origem* podendo ser compreendidas como sinônimas de *língua materna* – ora à diferença – *minha língua* e *minha língua de origem* perdendo espaço para a *língua estrangeira*, a qual se desenvolveu de modo tão intenso que pode significar o sujeito tão bem quanto a outra. Como palco desse movimento, está o encontro do sujeito (falante) com a(s) língua(s), sustentando o embate no dizer do sujeito pesquisador.

Esse dizer, embora dualize a relação entre as línguas e tente conter os sentidos veiculados pela designação *minha língua*, não a fronteiriza, pois a própria formulação comporta os efeitos de silenciamento e de sustentação entre o mesmo e o diferente. Silenciamento pelo fato de ambas as línguas não estarem no mesmo lugar e sustentação por ser nesse batimento que o sujeito (falante/pesquisador) se constitui. Esse modo de designar, como vimos observando, pode ser tomado como constitutivo da posição-sujeito pesquisador da linguagem, concebida a partir do entre-lugar, no (não)pertencimento às línguas.

Na seção seguinte, refletiremos a respeito das designações que assumem em si a pluralidade e o movimento entre línguas, conduzindo-nos a concebê-las não enquanto dualidades, mas como redes de relações.

4.2 A constituição plural de um lugar de dizer singular

O movimento de análise que realizamos na seção 4.1 consistiu na contraposição entre a oposição língua materna/língua estrangeira e outras designações que também se apresentam de forma dual, mas que reformulam a primeira dualidade, deslocando, assim, seus sentidos. Nesta seção, atentaremos para uma marca formal apenas sugerida em uma das sequências anteriormente observadas: trata-se da marca de plural.

Lembrando que a ótica de nossa análise recai sobre a possibilidade de questionamento das evidências construídas em torno das designações língua

materna e língua estrangeira, que (re)significam a noção de língua, a pluralização pode ser compreendida como um possível índice de desdobramento dessa dualidade no discurso do pesquisador da linguagem. Na primeira sequência que trataremos nesta seção, chamamos a atenção para o uso do plural em um dos constituintes da relação, que se configura como *língua materna/novas línguas e culturas*. Nas sequências que se seguem, entendemos que essa binarização não mais se concretiza. Observemos S.5, primeira sequência discursiva deste segundo momento de análise.

S. 5) *As memórias discursivas são aquilo que está inscrito no sujeito juntamente com/nas palavras da **língua materna**. E é isso que o encontro com **novas línguas e culturas** questionará, mobilizará, perturbará (SPX/T3 - In: Revista Organon, 2003).*

Entendemos que, em S.5, a polaridade das designações língua materna e língua estrangeira é deslocada para outro âmbito, no qual a língua materna permanece como um parâmetro, como aquela que inscreve o sujeito em uma discursividade e em uma memória de língua; enquanto a outra designação, *língua estrangeira*, é silenciada em prol de *novas línguas e culturas*. Salientaremos, nessa sequência, três pontos acerca dos quais acreditamos ser relevante a reflexão.

O primeiro, diz respeito aos efeitos de sentido constituídos na (re)significação de língua estrangeira, a partir de seu deslizamento para *novas línguas*. Começaremos por traçar os sentidos que circundam o *novo*, constituinte do segundo modo de designar, a partir de sua definição apresentada pelo dicionário. Com esse gesto, não buscamos por um sentido “verdadeiro”, que estaria estático nesse instrumento linguístico, mas, em conformidade com Eckert-Hoff (2008), buscamos pela mobilização de um saber da coletividade e de uma memória do dizer que nele são apresentados. De acordo com o Dicionário Aurélio de língua portuguesa (1999, *edição eletrônica*), o adjetivo “novo” advém do Latim *novu* e faz remissão ao que é recente, moderno, original, mas também ao que é desconhecido e estranho.

Essa acepção de *novo* como aquilo que é *estranho*, direciona-nos novamente para a reflexão desenvolvida na seção 3.2, quando considerávamos o não-pertencimento e a estranheza como determinantes para a constituição dos sentidos de *estrangeiro*. Assim, embora a designação língua estrangeira não seja formulada, seus sentidos continuam ressoando em *novas línguas*, pois, se tomarmos o

estrangeiro em consonância com o estranho, como havíamos mencionado, haveria entre *estrangeiro* e *novo* uma gama de efeitos em comum, que nos permitiria aproximá-los, dentre estes, o estranhamento no encontro com o (des)conhecido. Sendo assim, poderíamos entender que o questionamento e a perturbação tanto diante do *novo*, quanto diante do *estrangeiro* seriam semelhantes, pois, da mesma forma que o novo mobilizaria o sujeito, despertando o interesse e a curiosidade, o estrangeiro provocaria a desestabilização do que o sujeito já tinha como dado nas palavras da “sua” língua.

Contudo, na sequência discursiva em questão, entendemos haver um efeito divergente entre ambos, que leva à priorização de um em detrimento do outro. Esse efeito consistiria, de certa forma, no que acabamos de colocar, pois, ao passo que o novo despertaria a curiosidade e um bem-estar, o estranho/estrangeiro remeteria ao medo e a um mal-estar. Nos termos de Freud (1976, p. 277), “podemos dizer que aquilo que é novo pode tornar-se facilmente assustador e estranho; algumas novidades são assustadoras, mas de modo algum todas elas. Algo tem de ser acrescentado ao que é novo e não familiar, para torná-lo estranho”. Dever-se-ia a isso a (re)formulação de *língua estrangeira* por *novas línguas*, deslocando-se, dessa forma, o imaginário de estranheza para o de novidade?

De acordo com Eckert-Hoff (2008), o discurso em torno do novo faz parte de um imaginário constituído historicamente e, em uma das acepções a que é remetido, diz respeito à esfera de “produção neoliberal, em que se cultiva um imaginário que determina aos sujeitos que integram o sistema funcionarem idealmente. Nesse imaginário, centra-se a questão mercadológica do novo: novos produtos, novos métodos, novas tecnologias” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 84). Pensamos que “novas línguas” poderia estar inserida nessa esfera, assemelhando-se, assim, à designação *L2*, já problematizada na primeira sequência discursiva da seção 4.1.

Além da voz do âmbito mercadológico, podemos apontar também que a questão da (des)estabilização das fronteiras perpassa a designação *novas línguas e culturas*. Nesse sentido, ainda em conformidade com Eckert-Hoff (op. cit, p. 89), “esse *novo* dá a ilusão [...] de estar estabelecendo uma fronteira, e não de apenas estar deslocando seu olhar de uma forma para outra, em que, constitutivamente, o velho e o novo estão embaralhados”. A partir dessa colocação da autora, podemos entender que a necessidade de traçar fronteiras (sobre a qual discorreremos na seção

2.1) mostra-se nesse modo de designar a língua, levando-nos a afirmar que tal necessidade decorreria de um distanciamento que se instaura entre o eu e o outro.

Trata-se, pois, de uma questão que envolve a alteridade, na medida em que o sujeito, na relação com o outro, tem a ilusão de delimitar lugares para ambos. Na contraposição entre *língua materna* e *novas línguas e culturas*, a língua materna estaria não somente na esfera do velho e do conhecido, mas também do único; enquanto que a designação *novas línguas e culturas*, trazendo em si a marca da novidade e do plural, estaria no âmbito do novo e do múltiplo. Torna-se importante observarmos, então, o lugar que é dado à língua do outro. Consistindo em um espaço múltiplo e novo, que desestabiliza o sujeito, mas que provoca um bem-estar, *novas línguas e culturas* pode não mais se aproximar de *língua estrangeira* e o outro, dessa forma, pode não ser o estranho.

Nessa direção, entendemos que, ao mesmo tempo em que a designação em questão movimenta saberes teóricos, também possibilita a emergência da alteridade, configurando-se como um lugar em que o encontro com o outro se mostra no discurso do sujeito pesquisador. A esse respeito, cabe salientar que a formulação de *novas línguas e culturas* (regulada por um âmbito teórico) pode não apenas silenciar o universo de sentidos que constitui a designação língua estrangeira – camuflando, desse modo, o estranhamento – mas pode também indicar uma identificação do sujeito (determinado pelo âmbito da relação entre línguas) com o outro.

Na sequência 5, aqui problematizada, o velho e o novo, ou, talvez pudéssemos dizer, o mesmo (a língua materna) e o diferente (*novas línguas e culturas*) aparecem contrapostos, pois o encontro com *novas línguas e culturas* “perturba” a memória que o sujeito já tem constituída na língua chamada materna. Ademais, podemos observar, em sua formulação, que o questionamento, a mobilização e a perturbação advêm não apenas do fato de esse sujeito estar diante de *uma* nova língua, mas de estar frente a línguas que trazem consigo culturas. Essa afirmação nos leva a refletir sobre o segundo ponto que salientamos como relevante para a compreensão da referida sequência. Esse segundo ponto diz respeito ao acréscimo a *novas línguas*, ou seja, a adição de *culturas*.

A fim de compreendermos o papel exercido por essa oposição, mobilizamos as reflexões de Orlandi (2001a, p. 112), para quem o acréscimo “põe em funcionamento mecanismos de ajuste imaginário entre o discurso e o texto pondo

em jogo a dimensão simbólica do sujeito”. Sendo assim, se tomarmos a designação como um lugar de materialização da relação entre língua e discurso, podemos entender a correspondência entre língua e cultura como constitutiva de um discurso ao qual o sujeito pesquisador acede.

Nessa direção, devemos considerar que, se por um lado, a justaposição de *cultura* pode ser vista como uma forma de não restringir a língua tão somente a um código ou a um instrumento, por outro lado, *novas línguas e culturas* pode nos levar a concluir que língua e cultura são colocadas como duas ordens que não se imbricam, sendo preciso apontá-las separadamente. Haveria língua sem cultura? Poderíamos nos perguntar. Questionamento que deve nos direcionar a uma indagação nodal: de que modo *culturas* estaria funcionando na referida designação?

Para respondermos a essa questão não podemos prescindir de algumas considerações a respeito da noção de cultura. Nos termos de Silva (2004), essa noção tem sido abordada de diferentes formas, em distintos lugares de reflexão, seja relacionada à ideia de criação estética, seja refletindo a ideia de civilização, ou, ainda, ligada a “maneiras de vida, aos saberes quotidianos, às imagens e aos mitos” (SILVA, 2004, p. 174).

Essa relação entre língua e cultura, constituinte da designação em questão, é compreendida como uma das bases do discurso do culturalismo, frequentemente criticado por diversos teóricos⁵⁷. Tal crítica se ancora no fato de a cultura ser considerada, muitas vezes, como uma representação homogeneizante de dada comunidade ou grupo, afirmando a existência de uma identidade plena, de uma constituição límpida e pura, isenta de qualquer mescla (cf. DUSCHATZKY e SKLIAR, 2001). Nesse sentido, tratar da cultura de forma pluralizada, tal como ocorre na designação *novas línguas e culturas*, vem contrapor-se a essa concepção uniformizante e totalizadora de que existe a cultura, pois pensar que existem culturas implica considerá-la, em si mesma, como múltipla.

No que concerne à relação sujeito/língua, podemos entender o acréscimo de *culturas* como um sintoma da constituição desse sujeito contemporâneo, uma vez que, frente às crises que marcam a contemporaneidade, a cultura “parece traduzir uma resposta iminente ao sentimento de perda de identidade” (SILVA, 2004, p. 174). Desse sentimento, decorreria uma necessidade de pertencimento seja a um grupo,

⁵⁷ Não nos deteremos aqui no mérito dessa questão. A esse respeito, ver, por exemplo, Orlandi (2007b) e Silva (2004).

seja a uma comunidade, seja a uma língua. De acordo com Coracini (2007, p. 51) essa pertença à e da língua é “sempre marcada pela e na historicidade, inscrição do sujeito que se faz no espaço e no tempo, admitida, permitida ou coibida pelo outro”. A oposição de *culturas a novas línguas* remontaria, pois, o desejo de pertencer, um desejo de estabilidade em meio ao movimento.

O terceiro e último ponto acerca de S.5 concerne, como mencionamos anteriormente, à marca de plural. Nessa direção, a situação de enfrentamento diante desse novo, que se faz estranho, não é única, mas múltipla, visto que o sujeito se depara com múltiplas línguas, permeadas por culturas também diversas. Chamando a atenção para o significativo uso do plural, entendemos que essa abertura para a multiplicidade é tanto mais relevante se pensarmos na textualização do discurso de um sujeito entre línguas, ou seja, um sujeito que se constitui no dinamismo de um entre-lugar. Dinamismo esse que perpassa seu dizer. Entendemos que, em S. 5, a relação entre as línguas não é tratada simplesmente em termos de língua materna e língua estrangeira, por não se abordar uma relação que concerne apenas a duas línguas. Nesse sentido, o questionamento, a mobilização e a perturbação não se dão somente no encontro com *uma* outra língua, a que se chamaria estrangeira, uma vez que tal encontro não se configura como algo simples e retilíneo. Sendo assim, é preciso dizer mais, pois o deslocamento linear de uma língua para a outra não comportaria a errância do sujeito entre línguas que se emaranham, que se entrelaçam. Trata-se de um encontro plural com a alteridade e a pluralização, linguisticamente marcada, faz remissão a esse encontro.

A partir dessas considerações, é possível entendermos que o deslizamento de sentido de *língua estrangeira para novas línguas e culturas* não consiste na mera substituição de expressões sinônimas, visto que o funcionamento desse outro modo de dizer coloca em movimento outros sentidos e, com estes, outro discurso. Na sequência discursiva 6, a seguir, o processo de (re)formulação das designações se dá de forma semelhante ao que observamos na sequência 5. Todavia, agora o segundo pólo da relação, ou seja, língua estrangeira é mobilizado em paralelo com *outras línguas e culturas*. Observamos que, apesar de *novas línguas* dar lugar a *outras línguas*, os sentidos que giram em torno do *novo* ainda ressoam na formulação, dessa vez, na relação *novo/antigo*, a qual vimos tomando como mesmo e diferente. Além disso, o componente cultural novamente se presentifica. Atentemos para a referida sequência.

S. 6) *Enunciar em **línguas estrangeiras** talvez seja uma das experiências mais visivelmente mobilizadoras de questões identitárias do sujeito [...] A experiência é mobilizadora, especialmente pelo seu caráter contraditório: por um lado a relação com **outras línguas e culturas** é uma experiência em direção ao **novo** mas, pelo mesmo movimento, são solicitadas as bases mais **antigas** da estruturação subjetiva... (SPX/T3 - In: Revista Organon, 2003).*

Em S.6, observamos a marca de plural, (re)formulando e (re)significando a designação *língua estrangeira*, ao substituí-la por *línguas estrangeiras*. A pluralização parece mostrar que se trata de uma relação empreendida na ordem das línguas, ou seja, o sujeito pesquisador não toma a designação *língua estrangeira* como uma forma de generalização, ou como uma forma vazia, que possa ser substituída pelo nome de *uma* língua nacional. Esse gesto de designar, que toma como base o âmbito das línguas, encaminha-nos a considerar novamente a afirmação de Pêcheux e Gadet (2001, p. 19), segundo a qual “o objeto da lingüística consiste no duplo fato de que existe língua e de que existem línguas”. Sendo assim, as formas de designar a língua presentes em S. 6 nos permitem refletir acerca do que os autores denominam “o momento de divisão das línguas”, ou seja, a imagem de Babel e da ruptura com a ilusão da língua ideal, *una*.

O que há em *línguas estrangeiras* é a impossibilidade de se fazer *Um*, a impossibilidade de unidade que constitui toda e qualquer língua, representada pelo mito da torre de Babel. Essa unidade impossível que permeia as línguas, por sua vez, também acaba por afetar o sujeito que com elas se relaciona, pois, nas palavras de Eckert-Hoff (2003, p. 286), o *não-um* consiste em “um movimento de sentidos e uma multiplicidade de vozes que entram na constituição e subjetivação desse sujeito”. Uma vez considerada tal multiplicidade, não se pode mais designar de maneira a delimitar, a totalizar, ou seja, a fechar *uma* língua sobre si mesma. Se o sujeito é constituído pelo enlace de várias línguas, como fazer com que essa dispersão caiba na designação *língua estrangeira*?

Em paralelo com *línguas estrangeiras*, *outras línguas e culturas* não só coloca em curso os sentidos que já evocamos, ao falarmos da pluralização e da aposição das noções de língua e de cultura, mas também movimenta, de forma mais contundente, a relação com a alteridade: não mais “novas línguas”, mas “outras línguas” constitui a designação problematizada na sequência 6. Essa designação

nos direciona, assim, não somente a pensar em línguas diferentes, mas a considerar a inscrição/identificação do sujeito em *línguas outras*, do outro.

Lembrando que a inscrição em uma língua se dá pela inserção na discursividade desta, tratar de “outras línguas” como *línguas outras*, implica considerar essa discursividade como marcada pela alteridade, já que, conforme menciona Orlandi (1996), todo discurso é constituído por outros discursos, presentes nele, por sua ausência. Ou, nos termos de Eckert-Hoff (2003, p. 287), “todo discurso sustenta-se atravessado pelos outros discursos e pelos discursos do outro. Disso decorre a afirmação de que o discurso é o lugar da alteridade”. No discurso do pesquisador da linguagem, materializado na sequência discursiva que analisamos, *outras línguas e culturas* é uma designação que traz em si, linguisticamente, a marca da alteridade constitutiva do sujeito, de seu discurso e de seu encontro com as línguas.

Essa relação com a alteridade, na concepção de Coracini (2007), desconstrói a ilusão de estar-em-casa, vivenciada pelo sujeito na (dita) língua materna, o que nos auxilia a compreender a desestabilização do sujeito diante de *novas línguas e culturas*, sobre a qual versava a sequência 5. Nas palavras da autora,

Esses rearranjos, sempre singulares, porque não constituem meras reproduções do mesmo, se produzem porque a língua estrangeira, ou melhor, o outro (que se faz sempre presente naquela que chamamos de língua materna) penetra como fragmentos que incomodam, desarranjam, confundem e deslocam as águas aparentemente tranqüilas e repousantes da primeira língua ou da nossa cultura local, de grupo, cultura que constitui a chamada língua materna (CORACINI, 2007, p. 152).

Como vimos afirmando, esse encontro determinaria a própria inscrição da posição pesquisador em seu lugar teórico/disciplinar de reflexão, o que resultaria na constituição de um discurso permeado pelo silenciamento de designações pertencentes a outros âmbitos de saber, como já observamos. Isso nos leva a colocar que o dizer do sujeito pesquisador é marcado por um funcionamento político na/da língua, não só pelo fato de toda teoria ser afetada pelo político (cf. ORLANDI, 2007b) que se manifesta, por exemplo, no modo de constituição de seu dispositivo teórico-analítico, mas também pelo fato de a injunção à(s) língua(s) ser determinante na constituição do sujeito e dos sentidos.

No caso das designações que constituem o discurso do pesquisador da linguagem, esse funcionamento político marca, por um lado, o efeito de

silenciamento, de recorte do dizer, em uma relação de força na qual se diz uma coisa para não se dizerem outras. Por outro lado, marca a influência que as línguas exercem nos processos de subjetivação que darão forma ao dizer desse sujeito (parafraçando Orlandi, 2003). Dito diferentemente, é a relação/identificação do sujeito com a(s) língua(s) que determina sua filiação teórica/disciplinar, determinando, conseqüentemente, sua concepção de língua e seu modo de designá-la.

Na seqüência discursiva que será abordada a seguir, procuraremos compreender o efeito da inscrição nas línguas para a formulação desse discurso. Tal seqüência nos deixa ver que, se por um lado a negação de um modo de designar vem indicar, em um âmbito teórico, a anterioridade de um discurso que o afirma (cf. ORLANDI, 2001b), por outro, vem mostrar uma fissura no dizer que nos possibilita apreender a constituição do sujeito entre línguas. Vejamos a seqüência discursiva 7.

S. 7) *Talvez, a expressão ‘aquisição de **segunda língua**’ não seja a mais adequada para designar o processo de produzir e compreender em **línguas não maternas**. Ela acabou confirmada pelo uso para estabelecer distinções disciplinares, editoriais, departamentais (em instituições de ensino e pesquisa) e assim por diante. Entretanto, seu uso parece-me adequado somente se ficar esclarecido que a produção lingüístico-discursiva em **segundas línguas** não resulta de algo meramente adquirido do exterior (SPX/T3 - In: Revista Organon, 2003).*

Na rede de sentidos que constitui o discurso sobre o ensino/aprendizagem de língua(s), o processo de produção do dizer em outra língua, comumente chamada segunda ou estrangeira, consiste em um lugar de constante retorno. O que entendemos haver em S.7 é não só a re-inscrição do dizer nessa rede, mas também a inscrição de uma diferença, posto que a formulação do dizer também pode produzir deslocamentos, como afirma Orlandi (1996) em passagem já citada.

Desse modo, chamamos a atenção, na seqüência 7, para o fato de ser trazida a designação *segunda língua* como constituinte de uma expressão que é negada pelo sujeito pesquisador. Trata-se de “aquisição de segunda língua”, marcada entre aspas na textualidade, como uma forma de referência a outro dizer. Esse indício, ou seja, a negação de uma designação que figura em outro discurso, consiste no primeiro foco de nossa análise. Após sua problematização, atentaremos para a negação constitutiva também da designação *línguas não maternas*, para, então,

tecemos considerações acerca de sua pluralização, assim como em *segundas línguas*.

Observamos, na contiguidade da formulação, que a designação *segunda língua*, ou melhor, a expressão da qual esta costuma fazer parte, é trazida tão somente para ser negada. Ou seja, presentifica-se o dizer de um domínio de saber para, a partir dele, deslocarem-se os sentidos. Essa presentificação, indicando a remissão a uma memória discursiva, é assinalada textualmente, o que, segundo Orlandi (2001a), aponta para “modos de subjetivação”. Argumenta a autora que, enquanto “mecanismos de colocação do discurso em texto, estas tecnologias, como a pontuação mas também as aspas, os parênteses, as notas de rodapé, organizam a memória, produzindo legibilidade, uma relação regrada com os sentidos” (ORLANDI, 2001a, p. 116).

Entendemos, assim, que a mobilização da designação *segunda língua*, embora apresentada em forma de negativa, sugere um amarramento do discurso do sujeito pesquisador a uma anterioridade/exterioridade de dizeres produzidos, isto é, a uma memória. No entanto, a negação marca também a inserção do diferente e do divergente, que, nos termos de Indursky (1998), “instauram a contradição”. É nesse sentido que, remontando à colocação da autora (2005, p. 187, referida na seção 2.3), podemos afirmar que o dizer do pesquisador, em S. 7, relaciona-se com o conhecimento não apenas referindo, fazendo menção ou usando a designação *segunda língua* formulada em outro domínio de saber, mas se contrapondo a esse modo de designar. Sendo assim, podemos acrescentar que a contradição não só é constitutiva do sujeito, mas também é priorizada, potencializada em seu discurso.

Essa negativa que mobiliza saberes diferentes é compreendida por Eckert-Hoff como “uma pista para a relação do discurso com a exterioridade” (ECKERT-HOFF, 2003, p. 291). Entendemos, desse modo, que o lugar de autoria assumido pelo sujeito pesquisador se faz ver de várias formas: seja mobilizando o mesmo no diferente, pela retomada da designação *segunda língua* em seu dizer; seja fazendo do mesmo o diferente, ao negar tal designação, sugerindo outros modos de designar; ou, ainda, instaurando o diferente – que consiste em seu discurso – no interior do mesmo, a memória discursiva (interdiscurso). É este lugar que, como havíamos colocado anteriormente (seção 2.3), produz conhecimento na relação com a interpretação, possibilitando aos sentidos se historicizarem.

No que concerne à designação *línguas não maternas*, ainda na sequência discursiva 7, entendemos que apesar de esta também marcar a re-inscrição do dizer do sujeito em uma memória, seu funcionamento acontece diferentemente do que na negação da designação *segunda língua*. Isso porque, linguisticamente, a negativa está inscrita na designação *línguas não maternas* como um de seus constituintes. Logo, não ocorre a negação da designação enquanto um todo, como acontece no primeiro caso, em que recusar a “expressão aquisição de segunda língua” implica a contraposição a todo um discurso que a afirma, muito embora esse discurso seja colocado em funcionamento. No segundo caso, a negativa é atribuída apenas a um constituinte da designação, *materna*, de forma que não se nega a designação *língua materna*, tampouco um discurso no qual esta figura, mas se constrói outra designação pelo ressoar da designação já existente. Assim, *língua materna* é trazida à baila e funciona como suporte para *línguas não maternas*.

Em um âmbito interdiscursivo, observamos que a formulação dessa designação instaura uma diferença em relação à designação tomada como suporte, ou seja, já não se trata mais de língua materna, muito embora seus rastros aí permaneçam. Poderíamos dizer, então que *línguas não maternas* funciona em simetria com *língua estrangeira*? Cremos que não, pois, mesmo mobilizando resquícios da oposição língua materna/língua estrangeira, *línguas não maternas* apenas desloca as línguas de uma das esferas dessa oposição, o âmbito do materno, não chegando a colocá-las como estrangeiras. Esse deslocamento nos faz recorrer a uma consideração feita por Derrida (2001a, p. 17), afirmando que “ao dizer que a única língua que falo não é *minha*, eu não disse que ela me era estrangeira. Nuance. Não é exactamente [sic] a mesma coisa”. Nessa (re)formulação, o sentido também desliza: *línguas não maternas* não está em paralelo com *língua estrangeira*, não há, pois, essa simetria.

O que a designação *línguas não maternas* parece marcar significativamente é o lugar entre línguas de onde o sujeito fala, uma vez que a pluralização, associada a *não materna*, sugere uma *indecidibilidade*, isto é, são línguas que não possuem o status de língua materna, mas que, no entanto, também não podem ser tomadas como estrangeiras. São línguas em que se vive “o processo de produzir e compreender”, sem que estas, para isso, devam assumir o lugar instituído pelo sujeito para sua língua. Sendo assim, *línguas não maternas* nos direciona a pensar no caráter familiarmente-estranho ou estranhamente-familiar que permeia cada

língua e que é vivenciado de maneira determinante e múltipla pelo sujeito entre línguas. A mobilização de saberes oriundos da condição de ser/estar entre se faz ver, pois, na tensão do entre-lugar, entre o pertencer e o não-pertencer às línguas.

Além disso, ao colocar em curso a possibilidade de não-mobilização das designações *língua estrangeira* e *segunda língua*, *línguas não maternas* também silencia os sentidos arraigados em torno de língua estrangeira, como língua (única) de outro território, assim como a concepção mercadológica e utilitária em torno de segunda língua, como mais uma na coleção/contabilização das línguas. No que concerne a esta última, observamos também sua pluralização.

Em função disso, para considerarmos os efeitos de sentido da designação *segundas línguas*, que, em S. 7, (re)formula *línguas não maternas*, retornamos novamente à questão da marca de plural, que tem orientado nossas reflexões no decorrer desta seção. Observamos, na referida sequência discursiva, que, se, por um lado, a designação *segunda língua* é negada, juntamente com a expressão da qual faz parte, por outro lado, sua forma pluralizada passa a constituir a condição para seu emprego. Dito de outro modo, a designação *segunda língua* pode ser adequada, contanto que seja pluralizada.

A sequência discursiva 7 nos possibilita compreender, então, que o funcionamento da designação se dá em dois planos (como já havíamos sugerido na seção 3.1). No plano interdiscursivo, salientamos sua relação com uma memória de dizeres, a qual permite que se atualize a designação *segunda língua* juntamente com um discurso no qual esta se insere. É esse âmbito que dá sustentação ao dizer do pesquisador, ou seja, é o fato de haver uma memória que circunda a designação *segunda língua*, o que possibilita a constituição de um discurso que a rejeita. Já no plano intradiscursivo, pontuamos a relação da designação com a linearidade da formulação, a qual consiste, segundo Orlandi (2003, p. 17), no “lugar em que o sentido se fala, se mostra”. Nessa esfera, a da linearidade do discurso, a designação *segundas línguas* é corporificada.

Com vistas a compreendermos essa corporificação, podemos observar o modo como se dá linguisticamente a constituição da designação, associada a suas possibilidades de sentido. Por esse viés, entendemos que, enquanto *segunda língua*, concebida no singular, direciona-nos para *uma* língua que se oporia à primeira; *segundas línguas* nos encaminha para uma multiplicidade, para uma diversidade de línguas, bem como para uma relação não-opositiva, visto que, na

memória discursiva que sustenta esse dizer, não se faz menção a uma designação *primeiras línguas*, que se caracterizaria como um opositor simétrico a *segundas línguas*. A oposição, compreendida como a polarização de duas unidades, neste caso, não se concretiza, deixando margem não só para que várias línguas se relacionem entre si – sendo todas “segundas línguas” – como também para que a própria noção de língua seja compreendida como uma não-unidade.

O que temos tentado pontuar, até aqui, diz respeito ao modo pelo qual a constituição do sujeito pesquisador determina a designação em seu discurso. Discurso que se inscreve em uma rede de repetibilidade, mas que também provoca mudanças nessa rede, visto que esse sujeito não designa uma língua, mas línguas. Diríamos, juntamente com Mariani (2007), que esse modo plural de designar “equivocaria” as designações já-dadas, isto é, desestabilizaria seus sentidos. Nessa direção, tal modo de designar culminaria na construção, via equívoco, de um lugar singular de dizer por meio do uso linguístico do plural. Semelhante pluralização ocorre em S.8, cujas considerações serão traçadas a seguir.

S. 8) *A produção em **línguas não maternas**, o bilingüismo e o plurilingüismo são fenômenos de grande interesse para os estudos gerais sobre a natureza e o funcionamento da linguagem. No caso específico dos estudos do discurso, a enunciação em **línguas estrangeiras** é um campo frutífero para desenvolvimentos teórico-metodológicos [...]* (SPX/T3 - In: Revista Organon, 2003).

Chamamos a atenção, nesta última sequência, para as designações *línguas não maternas* e *línguas estrangeiras*. Sua problematização nos instiga pelo fato de potencializarem outras esferas de sentido, permitindo-nos refletir de forma mais aprofundada sobre o desdobramento e a (re)formulação dessas designações. Observamos que língua materna, apesar de servir de base para línguas não maternas, como já colocamos, sofre um duplo processo de (re)formulação: primeiramente, pela pluralização, o que nos direciona a compreender a relação do sujeito entre línguas; e, posteriormente, pelo acréscimo da negativa, que desloca as línguas da esfera do materno.

Ambos os processos podem ser tomados em relação com distintos âmbitos de produção de sentidos. Tal como vínhamos colocando, o dizer do sujeito pesquisador se constitui não somente por uma regulação que marca sua inscrição na posição de pesquisador da linguagem, mas também é atravessado por saberes

que o constituem, enquanto sujeito entre línguas. Sendo assim, para pensarmos nos processos de (re)formulação da designação *línguas não maternas*, podemos considerar que, por um lado, a pluralização e a negativa produziram um efeito de silenciamento tanto das designações *língua materna* e *língua estrangeira*, quanto de outros modos de designar que sustentam outros discursos, como *primeira língua* e *segunda língua*.

Por outro lado, essa (re)formulação, sendo marcada por um lugar entre línguas, produziria um efeito de não-pertencimento, de indecidibilidade. Dessa forma, o papel da negação e da pluralização em *línguas não maternas* consiste em marcar esse distanciamento de ambos os pólos, nem só materno, nem só estrangeiro. A indecidibilidade que constitui essa designação se faz ver também pela própria presença do constituinte *materna*, ao mesmo tempo negado e admitido nesse modo de designar, pois é a negativa que o presentifica, assim como é a marca de plural que o torna múltiplo.

Ainda com relação à contiguidade do dizer, observamos que a designação *línguas não maternas* é formulada juntamente com “bilingüismo” e “plurilingüismo”, um indício de que estes “fenômenos” não são análogos. Produzir sentidos em línguas não maternas, embora seja uma situação múltipla, parece não se equivaler, no dizer do sujeito pesquisador, à situação chamada plurilingüismo, por exemplo. Perguntando-nos a respeito dos porquês dessa não-equivalência, entendemos que as concepções de “bilingüismo” e “plurilingüismo” nos encaminhariam, novamente, a um discurso que afirmaria a língua enquanto unidade indivisível, o que autorizaria a possibilidade de se tratar de um sujeito bilingue como aquele que atingiria duas línguas em sua totalidade, ou do sujeito plurilingue como aquele que “dominaria” completamente várias línguas. Segundo Coracini (2007, p. 145), termos como monolinguismo, bilinguismo, plurilinguismo “apontam para a possibilidade de numerar as línguas, estudando a aquisição de uma (ou mais línguas) como algo passível de ser descrito, analisado, objetificado, categorizado”.

Entretanto, na sequência 8, termos como esses, que representam saberes vindos de outros lugares, são acolhidos, marcando a heterogeneidade de designações que constitui a produção de conhecimento sobre a língua. De acordo com Celada (2007, p. 358), poderíamos dizer que “no fio do intradiscurso, é retomada e acolhida a relação paradoxal que caracteriza a definição desses termos”. A presentificação desses outros dizeres em um paralelismo intradiscursivo com

línguas não maternas parece marcar, no entanto, que o mesmo paralelismo não pode ocorrer em se tratando de uma relação interdiscursiva: produzir em línguas não maternas, ser bilíngue e ser plurilíngue não podem ser superpostos como simples sinônimos, pois remontam a uma memória que os significa diferentemente. A contiguidade do dizer parece evitar, assim, essa vinculação de sentidos no âmbito do interdiscurso.

Com relação à segunda designação mobilizada, a saber, *línguas estrangeiras*, entendemos, também em conformidade com Celada (op. cit.), que o processo de (re)formulação por meio da pluralização amplia o campo das relações de sentido com as quais a designação entra em jogo. Tal como já colocamos nas outras sequências a respeito da marca de plural, em línguas estrangeiras essa marca, por um lado, silencia outras designações, que figuram em outros discursos, porém, por outro lado, mostra que, na relação com a(s) língua(s), não se pode falar em unidade. Não há *uma* língua estrangeira, na medida em que todas as línguas o são, já que a estrangeiridade não só se dá em uma relação de distanciamento simbólico, mas consiste em um lugar instituído pelo sujeito a partir da relação com o outro e com a língua vista como sua (cf. seção 3.2).

Podemos apontar, então, em S. 8, pelo menos duas formas de se lidar com a alteridade na(s) língua(s), a qual, conforme já colocamos, possui uma relação muito próxima com a estrangeiridade. Pensar a relação com o outro em termos de *línguas não maternas* e de *línguas estrangeiras* nos encaminharia a compreender que ambas as designações implicam a negação da diferença como constitutiva da língua chamada materna. No primeiro caso, *línguas não maternas* marca um distanciamento que não chega a coincidir com uma estrangeirização. No segundo caso, *línguas estrangeiras* afirma também um distanciamento, presentificado pela própria formulação de *estrangeiras*, mas admite uma proximidade, se considerarmos que a língua materna também pode ser, ao mesmo tempo, estrangeira.

As possibilidades de sentido, como vimos tentando mostrar, não se limitam, portanto, somente ao âmbito da designação, re-escrita textualmente, mas se vinculam a um âmbito interdiscursivo que, por ser exterior e anterior ao sujeito, determina a constituição de seu discurso, bem como sua própria constituição. Nos termos de Scherer (2003, p. 128), “o que queremos dizer é que o dizer age em nós, aliás sem que saibamos muito bem o conteúdo do dito. O sujeito ao dizê-lo, se constitui e ao se constituir constitui o dizer sobre a língua”. A produção de

conhecimento e da subjetividade se sustentam, pois, mutuamente, já que, à medida que o sujeito produz conhecimento, ele também é falado pela língua.

Sendo esse dizer sobre a língua abordado pela perspectiva das designações, poderíamos compreender que são estas que caracterizam a especificidade desse discurso. Em outras palavras, é esse modo singular de designar que constitui a singularidade do discurso do pesquisador da linguagem. Na subseção seguinte, procederemos na retomada dos principais pontos levantados em nosso procedimento de análise, buscando refletir sobre as possibilidades de compreender os modos de designar a(s) língua(s) a partir de uma perspectiva não-binária, não-polarizada.

4.3 A tensão entre o mesmo e o diferente

Nesta seção, voltaremos nosso olhar para as análises desenvolvidas nas subseções 4.1 e 4.2, com o propósito de traçarmos algumas considerações a respeito do movimento analítico e das conclusões a que tal movimento nos direcionou. O objetivo de nossa problematização consistiu na tentativa de mostrar de que modo a polarização língua materna/língua estrangeira é desfeita e/ou se desdobra no dizer do sujeito pesquisador da linguagem. Nessa direção, o corpus de nossa pesquisa permitiu-nos observar, por meio de um gesto de interpretação, que o efeito de não-binarização pode ser compreendido tanto pela resignificação da dualidade, tal como desenvolvemos na seção 4.1, quanto pela pluralização das designações, como tratamos na seção 4.2.

No que concerne às designações problematizadas na seção 5.1, entendemos que estas, embora sendo duais, (re)significam a dicotomização, podendo ser (re)dispostas do modo ilustrado na figura 3, na qual o círculo externo – que faz remissão ao fora, ao estranho – corresponde às designações que reformulam *língua estrangeira* e o círculo interno – que faz remissão ao dentro, ao familiar – às designações que reformulam *língua materna*. Devemos atentar para o fato de ambos os círculos estarem relacionados entre si, o que é demonstrado pelas setas em diagonal.

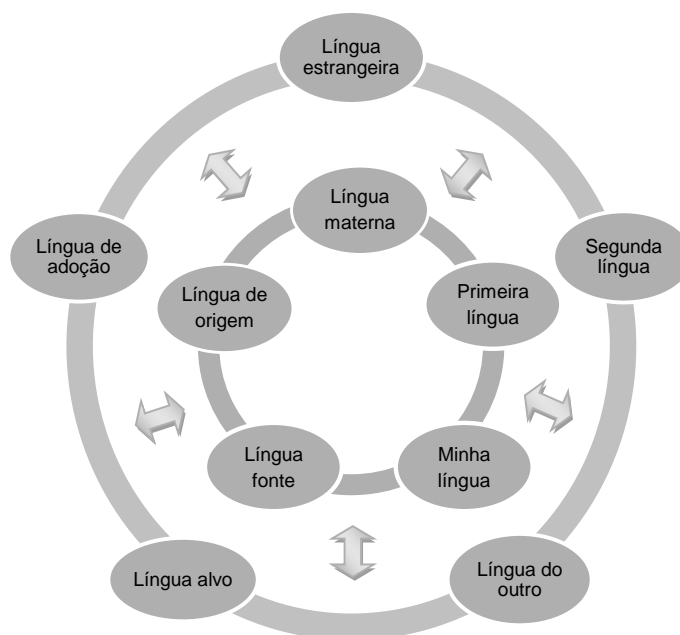


FIGURA 3: (Re)significação da dualidade

Tais dualidades, como podemos observar, não se caracterizam como polarizações, pois, na medida em que se relacionam, diluem as fronteiras que comumente são fixadas entre as designações que tomamos como referência, língua materna e língua estrangeira. Assim, se, por um lado, a dualidade permanece; por outro, ela é atenuada pelos efeitos de sentido que sua própria constituição produz, ou seja, se o mesmo se reafirma enquanto dualidade, o diferente se instaura enquanto possibilidade de sentidos e de agenciamentos outros a partir da linearidade da formulação. Concordamos, desse modo, com a afirmação de Orlandi (2003, p. 17-18), para quem “a formulação, ao dar corpo ao dizer, é, em si, o novo, o lugar em que o sentido se fala, se mostra, se instala [...] Porque é no modo mesmo da formulação que está a novidade do sentido, está a diferença, a descoberta”. Esses são os efeitos de sentido produzidos intradiscursivamente pela (re)formulação das designações.

Com relação ao interdiscurso, podemos afirmar que as designações atuam como peças-chave na atualização da memória discursiva em torno da produção de conhecimento sobre a língua, que comporta o jogo das formas possíveis de designá-la. Como havíamos mencionado, entendemos que as designações são inscritas em um universo de sentidos, para que possam produzir efeitos na linearidade do dizer.

Em outros termos, tais modos de designar, presentes em uma memória discursiva, são repetidos no discurso, em cuja linearidade essa memória é (re)significada.

Sendo assim, podemos contemplar, no dizer do sujeito pesquisador, não apenas a reprodução de um gesto de designar, mas sua transformação, pela intervenção de saberes outros, além daqueles já constituídos em torno da língua. Saberes de um sujeito que vivencia, pelas línguas, um percurso singular. Dessa forma, podemos compartilhar da concepção de Rasia (2003, p. 139), quando a autora afirma ser “desse modo, pois, que se pode dizer que as repetições apontam para a não retomada e não estabilização dos sentidos, mas constituem-se deriva pura”. Deriva que leva a linguagem a um limite, no qual o mesmo e o diferente, o dentro e o fora coexistem; contraditórios, sim, mas sem deixarem de ser constitutivos.

No que concerne às designações problematizadas na seção 4.2, podemos colocar que sua pluralização marcaria um lugar de dizer, a partir do qual o embate entre dois pólos unívocos seria deslocado para um embate constitutivo, intrínseco a línguas que são múltiplas e entre as quais não haveria uma fronteira plenamente delimitada. Além disso, essa potencialização da multiplicidade seria determinada por um movimento do sujeito entre línguas, em cujo discurso essa errância se materializa.

Apesar de enfatizarmos a marca linguística de plural, na referida seção, salientamos que a constituição dos sentidos, por meio dessas designações, não se trata de algo situado em um nível meramente linguístico ou textual. Voltamos a pontuar que, no âmbito linguístico, encontram-se apenas pistas do discurso que se encontra aí textualizado. Em função disso, trabalhar com um modo de designar que não consagra o dual, implica considerar que a língua não é vista como unidade e que as fronteiras entre as línguas não são assim tão nítidas.

Em outros termos, o lugar que uma língua assume, enquanto materna ou enquanto estrangeira, consiste, em nosso entendimento, em um lugar simbólico, construído discursivamente. E, sendo este uma construção discursiva, nada, além da repetição, autorizaria que as línguas fossem dicotomizadas ou polarizadas por meio do modo de designá-las.

Esse lugar simbólico, no caso do pesquisador da linguagem, consiste em um *lugar entre*, permeado por uma complexidade que se mostra em seu discurso, em suas formas de falar sobre a língua, as quais colocam em jogo uma trama de

designações. Estas, por sua vez, permitem-nos compreender o movimento de (re)inscrição do discurso sobre a língua em uma memória. Memória que é também esquecimento. No âmbito da formulação, poderíamos apontar o desdobramento das designações, analisadas na seção 4.2, da seguinte forma:

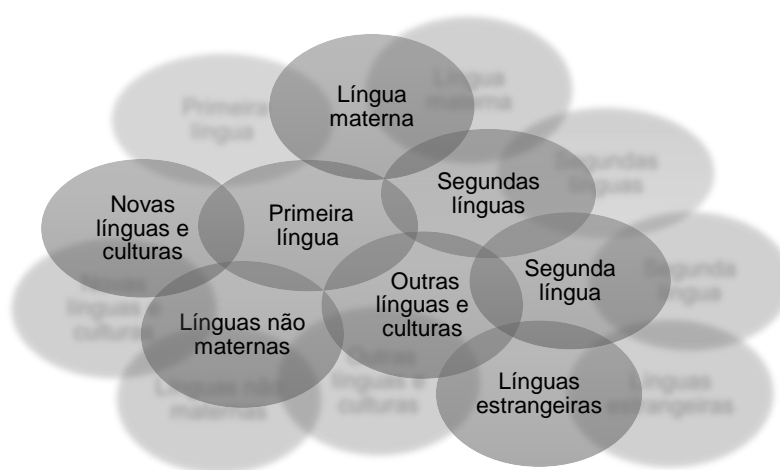


FIGURA 4: Designações concebidas em rede

Para compreendermos a referida figura, que busca representar as designações não mais enquanto dualidades, mas como rede de relações, fazemos remissão à noção deleuziana de rizoma, a qual consiste na propagação dos sentidos para várias direções. Contrariando o princípio da raiz única, que remeteria uma língua à outra de modo linear, constituindo uma forma de binarização, a rede de relações estabelecida entre as designações possibilita compreendê-las enquanto um todo contraditório, no qual as línguas se enlaçam, imbricam-se, constituindo sujeitos e sentidos.

É assim que, re-significadas e pluralizadas, as designações marcam, no dizer, a inscrição de domínios de saberes distintos, o que implica direções de sentido também diferentes. Essas direções não se excluindo, mas coexistindo, deixam margem para a compreensão de que, entre as formações discursivas em jogo, as fronteiras são tênues. Dessa forma, a dança de designações possibilita entendermos a mobilização de saberes diversos da memória do dizer na linearidade do discurso.

Entendemos, a partir daí, que as designações significam diferentemente, na formulação, em função de sua inclusão nessa mesma memória, visto que é o repetível que possibilita ao sujeito pesquisador formular seu discurso, seja

presentificando dizeres pela mobilização de já-ditos, seja equivocando sentidos. O embate entre as designações, por sua vez, também é constitutivo dessa memória; e o que o sujeito faz, da posição pesquisador, é presentificar esse embate.

Logo, ao passo que a rede de sentidos possíveis pode ser tomada como responsável pela sustentação do dizer, acreditamos que o lugar (movente) de onde o sujeito fala pode ser visto como responsável pelos deslocamentos provocados nessa rede e pela produção de efeitos de sentido outros. Esses efeitos se ancoram, por exemplo, no silenciamento/esquecimento de outras formas de designar, uma vez que, permeada pelo silêncio, a designação recorta o dizer, recortando também sua significação.

Tal fato nos encaminha à compreensão de seu funcionamento enquanto relacionado à esfera do político, visto que as designações que observamos, além de integrarem um discurso sobre a língua que se constitui e que circula em um âmbito acadêmico-científico, também podem ser compreendidas como marcas da identificação do sujeito com as línguas nas quais transita. O político se manifesta, assim, não somente enquanto uma prática que constitui o lugar teórico assumido pelo sujeito pesquisador, mas também enquanto uma injunção que determina, na relação sujeito/línguas(s), a constituição histórica dos sentidos.

Pensamos, então, que esse modo de dizer, formulado de forma a não reproduzir um discurso que consagraria o dual, mas o múltiplo, consiste em uma forma singular de inscrição do sujeito e de seu discurso na ordem do repetível, constituindo uma memória. Desse modo, entendemos que o gesto de designar, ao possibilitar que se pense sobre as línguas em articulação, emaranhando-se na constituição da subjetividade, potencializa uma tomada de posição que rompe com a linearidade, assim como com a ilusão de que se fala uma língua apenas como código, de que se fala uma língua apenas como instrumento, de que se fala *apenas uma* língua...

(IN)CONCLUSÕES

Não há designação unívoca para o lugar dos equívocos (MILNER, 1987).

Ao nos encaminharmos para o fim deste percurso, uma questão se faz cada vez mais presente: por que nos sentimos tão longe de uma conclusão? Talvez seja porque lidar com o jogo das designações e com a multiplicidade de sentidos que, por meio desse jogo, pode ser evocada, tenha nos aberto também uma multiplicidade de caminhos. Reconhecemo-nos, assim, mais direcionando nosso olhar para além das poucas sequências discursivas que mobilizamos, do que terminando uma análise que fecharia em si um sentido único, que nos encaminharia a uma conclusão. Concluir, cujos sentidos fazem remissão ao gesto de acabar, de decidir, de resolver, neste momento, para nós, significa diferentemente: significa que, no percurso que traçamos, a incompletude se mostra cada vez mais forte, à medida que rumamos para o necessário final.

Vivenciamos a experiência da imprescindível sutura dos fios, dos arremates que devem ser realizados para que a trama que enredamos apresente-se em sua pretensa completude. Porém, diante dessa ilusão, intrigamo-nos, pois sabemos que, apesar de impossível, é preciso criá-la, forjá-la. A conclusão é uma verdade que precisa ser construída, diríamos, de acordo com Coracini (2007). Sendo assim, entregamo-nos à ilusão de nosso ofício, cientes de que, nesse tear, muitos fios permanecerão soltos. Talvez sejam urdididos com outros fios ainda por vir, talvez levem tempo para que possam vir a compor outra trama, talvez devam permanecer soltos. Dedicar-nos-emos, então, neste momento final, a um apanhado do que desenvolvemos, buscando apontar os caminhos a que nosso trabalho nos direciona.

Nosso propósito, com este estudo, foi o de lançar um olhar mais aprofundado no modo de significação das designações que são atribuídas à língua, bem como na forma como estas se desdobram no dizer do sujeito pesquisador da linguagem, com a finalidade de compreendermos a deriva dos sentidos que constituem a noção de língua nesse dizer. Voltar-se para o discurso do sujeito pesquisador, enquanto pesquisadores, pode parecer uma leitura que sinaliza um jogo de espelhos, nos termos de Pêcheux (1981), na medida em que um espelho reflete o outro, no qual,

por sua vez, está também refletido. Todavia, acreditamos que tal abordagem se faz necessária nos estudos linguísticos atualmente, pois frequentemente se esquece que, nos bastidores da produção de conhecimento sobre a língua(gem), está um sujeito, cuja história se imbrica a sua relação com a(s) língua(s). A complexidade desse discurso, no entanto, permanece apenas tangenciada. Muito há ainda a ser estudado, para que se possa compreender o processo de saber/conhecer/produzir conhecimento na/sobre a língua(gem) nos dias de hoje.

Acreditamos que nosso gesto analítico nos leva, por um lado, à problematização de possíveis sentidos vinculados e veiculados pelas designações, as quais, como pudemos observar, fazem menção a diferentes discursos envolvidos em uma rede de dizeres que se enlaçam. Por outro lado, permite-nos refletir sobre o processo de constituição desses sentidos, possibilitando-nos desestruturar as evidências, nas quais muitas vezes sustentamos nosso dizer. Tal fato nos conduz a questionar e a problematizar nossos próprios saberes e, é nesse sentido, que o jogo de espelhos tem sua valia.

Em nossa trajetória, abordamos noções teóricas advindas de diversas regiões do conhecimento, sob a ótica da Análise de Discurso de tradição francesa, buscando produzir um gesto de interpretação que se estendesse não só a nosso objeto de análise (as designações), mas também a outras noções, como a de sujeito entre-línguas e a de posição-sujeito pesquisador da linguagem. Nesse escopo, também a noção de designação recebeu um olhar diferenciado, o qual consistiu no deslocamento de seu viés de abordagem. (Des)territorializar esses sentidos nos auxilia a compreender e a nos familiarizar com a mobilidade de que é constituído o discurso acadêmico-científico. No discurso para o qual nos voltamos, por exemplo, entendemos que essa mobilidade é também marcada pela heterogeneidade, pois permite a apropriação de noções advindas de outros lugares de dizer, o que possibilita o movimento das designações.

Em consonância com esse discurso sobre a língua, tratamos do sujeito entre-línguas como um possível modo de subjetivação que caracterizaria o sujeito contemporâneo, movente e disperso em um turbilhão de línguas, inscrevendo-se nestas para (se) dizer e constituindo-se nesse encontro. Um encontro que não é em nada confortável e que configura, para o sujeito, um lugar também incerto, um lugar *entre*. Entendendo o entre-línguas como um lugar de entremeio, concebemos esse sujeito em seu descentramento, como marcado por uma relação de

(não)pertencimento às línguas, ou seja, pelo embate entre as línguas que, contraditoriamente, também se enlaçam.

No que tange a constituição da posição-sujeito pesquisador da linguagem, assumida a partir desse lugar movediço, compreendemos que a possibilidade de deslocar as redes de sentido, às quais tal sujeito se filia, consiste em uma forma de singularização desse sujeito por meio de seu dizer. Assim, ao mesmo tempo em que há uma busca pela inserção do dizer no repetível, há também, no próprio dizer, algo que o consagra à equivocidade e que o desloca dessa esfera de repetição: o gesto de designar. Gesto que consiste em uma abertura, encarregando-se de mostrar a mobilização de outros saberes pelo sujeito. A respeito desse processo de singularização, apontamos, de acordo com Mariani (1998), que

É habitando a contradição entre uma injunção (histórica) à coerência, clareza, regularidade, concisão (*etc*) e a surpresa causada pelo equívoco “uma fratura no ritual e na ortopedia dessa semântica das certezas sobre a realidade” que os sujeitos, sofrendo diferentemente os efeitos de linguagem decorrentes dos processos significantes, se singularizam (MARIANI, 1998, p. 93).

Dessa forma, buscando dizer o mesmo, mas dizendo diferentemente, o pesquisador da linguagem desliza do “universo logicamente estabilizado” dos sentidos já-postos para um novo domínio de sentidos. Suas palavras não deixam, por isso, de se inscrever em uma memória, pois trazem à tona outros dizeres, outros modos de designar, que, embora não-ditos, configuram-se enquanto suporte, autorizando e presentificando o que é dito.

Acreditamos, pois, que o pesquisador da linguagem delimita, para si, um lugar de dizer, a partir de seu próprio modo dizer. Um modo que se singulariza na medida em que equivoca, ou seja, em que desestabiliza os sentidos concebidos como evidentes. Nessa direção, para Orlandi,

Considerar o “equívoco” como parte da constituição de *qualquer* sentido é fundamental na construção da ciência. Porque é no equívoco que, do irrealizado, podemos fazer irromper um outro sentido, podemos fazer a ciência fazer (outro) sentido. De qualquer lado, e no jogo entre as línguas, sempre capazes de falha (quaisquer que sejam), inscrevendo-se na história para significarem (ORLANDI, 2003, p. 18-19).

Quanto às designações, entendemos haver, nas sequências discursivas que analisamos, um efeito de diluição da dualidade língua materna/língua estrangeira.

Efeito que se mostra não só pela (re)significação de tal dualidade, mas também, e principalmente, pela pluralização das designações. Tais efeitos de sentido são produzidos pelo funcionamento da língua, via discurso, e, quando tratamos de sentido, a partir dessa relação, falamos, sobretudo, em possibilidades. Sendo assim, acreditamos que, se há constituição e deslizamento de sentidos, é porque há historicidade, é porque sujeito e língua se (inter)relacionam e tangem a história, lá onde nasce a interpretação. A (re)formulação das designações no discurso do pesquisador da linguagem é, pois, lugar privilegiado de equívoco, o qual, ao fazer com que se desloquem as redes de sentido às quais tal sujeito se filia, possibilita a singularização desse sujeito por meio de seu dizer.

Embora haja, no discurso do pesquisador, tentativas de definição do que podem significar uma designação e outra, no embate com outros modos de designar, ou mesmo na (re)formulação das próprias designações, seu dizer desliza, desvia, fazendo com que as designações não se configurem como noções meramente teóricas. Elas passam a consistir, assim, em um furo no dizer, como colocamos: lugar do equívoco e do desejo, lugar onde o sujeito em sua relação/identificação com a(s) língua(s) se mostra e onde os sentidos tomam corpo.

A importância de se atentar para as designações nesse discurso acadêmico-científico, com as especificidades que já destacamos, deve-se ao fato de este ser formulado por um sujeito que está em um lugar intervalar, tanto linguística/discursivamente, como sujeito falante, quanto teoricamente, como sujeito pesquisador. O entremeio se manifesta não somente no lugar entre-línguas, mas também na posição de pesquisador assumida por esse sujeito, uma posição que é marcada por um viés teórico de onde se prima pela contradição. Sendo assim, o que o sujeito pesquisador faz, em seu dizer, é mobilizar, trabalhar no limite da contradição.

Entretanto, perguntamo-nos, tal tomada de posição decorreria tão somente de sua filiação teórica ou também de sua constituição, enquanto ser intrinsecamente contraditório, dividido, *ser-entre*? Acreditamos, a partir do desenvolvimento teórico-analítico aqui realizado, que a posição-sujeito pesquisador e a posição-sujeito falante se imbricam de tal forma que, ao falar da/sobre a língua, o sujeito fala de si e de sua historicidade. Seguindo tal percurso, esse sujeito, situado em um entre-lugar, produz linguagem, e significa a si mesmo, ao produzir conhecimento sobre a língua, o que nos leva a afirmar, juntamente com Ulloa (1998, p. 167), que “a produção de

subjetividade e a de conhecimento se entrecruzam”. Levando em consideração esse entrecruzamento, acreditamos que, com nosso gesto, podemos potencializar uma maneira não-dicotômica de compreender a relação entre sujeito e língua(s).

Essa relação, por sua vez, tem-se mostrado cada vez mais complexa, visto que, em seu processo de constituição, o sujeito não é mais necessariamente interpelado por uma única língua, a língua do Estado, a partir da qual se constituiria sujeito. E não poderia ser diferente, em uma época de discussões em torno da legitimidade desse Estado, da hegemonia de uma língua nacional e da fluidez dos modos de subjetivação. Frente às reconfigurações de espaços e à luta política por lugares, resta-nos perguntarmos que lugar assume esse sujeito pesquisador da linguagem, estando, como já mencionamos, em um entre-lugar? Talvez esta seja a questão nodal à qual este trabalho tenha nos levado. Certamente este é o fio que segue à espera de outros, com os quais possa entrelaçar-se em uma nova trama de sentidos.

Se, como afirma Orlandi (2003), existe uma necessidade de unidade no discurso da ciência, em que medida o dizer do sujeito pesquisador busca por esta unidade? Se a Linguística deveria ser a ciência da língua e das línguas, nos termos de Gadet e Pêcheux (2001) e, se vivemos “em um mundo em que o real da língua tem a ver com o fato de que existem diferentes línguas” (ORLANDI, 2003, p. 19), como pensar essa ciência no plural? Como caminhar para a multiplicidade, não mais gritando “viva o múltiplo” (DELEUZE, 1998, p. 24), mas fazendo esse múltiplo fazer sentido? Acreditamos que é sobre questões como estas que devemos nos debruçar a partir de agora, para que possamos compreender as sinuosidades que constituem o pesquisador da linguagem, bem como o lugar a partir do qual esse sujeito (se) significa. Seguiremos, assim, no rastro da (noção de) língua, do ser/estar entre línguas, para continuarmos a problematizar o trabalho com/sobre a(s) língua(s). Um trabalho que deve buscar situar-se à *beira* da(s) língua(s), “na linha inencontrável de sua costa” (DERRIDA, 2001a, p. 14), sabendo que, se a língua é feita de impossível, resta-nos apenas a *promessa* de uma língua.

É em tom de promessa, pois, que finalizamos esta reflexão, a qual tem nos feito remeter não somente a um novo princípio, mas “à sorte da língua, aquela que fala, por figura, e já àquela que se move à beira dos lábios e dos dentes, a língua que saboreia o silêncio, antes da palavra” (DERRIDA, 2001a, p. 03).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE DE HOLANDA, A. **Novo Dicionário Aurélio – séc. XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Edição eletrônica, versão 3.0, novembro de 1999.

BUENO, F. S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Santos, 1974.

CANUT, C. *Le nom des langues ou les métaphores de la frontière*. In : **Ethnologies comparées**. Revue électronique du Centre d'Études et de Recherches Comparatives en Ethnologie. **Frontières**. n. 1, automne 2000 (p. 01-17). Disponível em <http://alor.univ-montp3.fr/cerce/r1/c.c.doc>. Acesso em 25/11/2008.

CARVALHO, E. A. *Estrangeiras imagens*. In: KOLTAL, C. (Org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998 (p. 21-36).

CASTILHO, A. *A Reforma dos Cursos de Letras*. In. **Alfa** n.3. Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1963.

CELADA, M. T. *Língua materna / língua estrangeira um equívoco que provoca a interpretação*. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. **A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007 (p. 357-372).

CELANI, M. A. *Afinal, o que é lingüística aplicada?* In: PASCHOAL, M. S. ; CELANI, M. A. **Linguística Aplicada: da aplicação da lingüística à lingüística transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992 (p. 15-23)

CORACINI, M. J. **A celebração do outro**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

COURTINE, J. -J. *Análisis del discurso político: el discurso comunista dirigido a los cristianos*. In: **Langages**. n. 62, jun. 1981. Trad. María del Carmen Saint-Pierre. Disponível em <http://www.mangarinos.com.ar/courtine.htm>. Acesso em 04/11/08.

DECROSSE, A. *Um mito histórico, a língua materna*. In: BOUTET, J.; VERMES, G. (Orgs.). **Multilingüismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989 (p. 19-27). Trad. Tania Alkmim.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (vol. 1). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Costa.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (vol. 3). Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. Trad. Aurélio Guerra Neto et al.

_____. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz.

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998. Trad. Eloisa Ribeiro.

DERRIDA, J. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Porto: Campo das Letras Editores S.A, 2001a. Trad. Fernanda Bernardo.

_____. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001b. Trad. Tomaz Tadeu da Silva.

_____. *La lengua no pertenece*. Entrevista com Évelyne Grossman, publicada na edição de **Europe** dedicada a Paul Celan (ano 79, n. 861-862 / janeiro-fevereiro 2001). Tradução de Ricardo Ibarlucía, publicada em **Diário de Poesía** (n. 58, primavera 2001c). Edição digital de **Derrida en castellano**.

_____. **Khôra**. Campinas: Papirus, 1995. Trad. Nícia Adam Bonatti.

DORNELES, E. F. *O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira*. In: **Ensaio - Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso** (v. 12). Porto Alegre, 1999 (p. 149-172).

DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. *O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação*. In: SKLIAR, C.; LARROSA, J. (orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001 (p. 119-138).

ECKERT-HOFF, B. M. . *Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação*. 1. ed. Campinas / São Paulo: Mercado de Letras / FAPESP, 2008. v. 1. 152 p.

_____. *A denegação como possibilidade de captura do não-um no tecido do dizer*. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Discurso e identidade: (des)construindo subjetividades**. Campinas: UNICAMP, 2003 (p. 285-302).

FERREIRA, M. C. L. *O caráter singular da língua na Análise do Discurso*. In: **Revista Organon**, nº 35, Porto Alegre: UFRGS, 2003 (p. 189-200).

FREUD, S. *O estranho*. In: FREUD, S. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. Trad. sob a direção de Jayme Salomão.

GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004. Trad. Bethania Mariani e Maria Elisabeth Mello.

GLISSANT, E. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. Trad. Enilce Albergaria Rocha.

GUIMARÃES, E; ORLANDI, E. *Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito*. In: ORLANDI [et. al.]. **Sujeito e texto**. São Paulo: Editora da PUC/SP, 1988 (p. 17-35).

GUIMARÃES, E. *Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano*. In: **Revista Letras** nº 26. Santa Maria: PPGL/UFSM, 2003 (p. 53-62).

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2ª ed. 2005.

HAESBAERT, R. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005 (p. 6774-6792).

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. Trad. Maria Fausta Pereira de castro.

HISSA, C. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.

INDURSKY, F. *O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas*. In: **Gragoatá**. Niterói: EDUFF, nº 5, 2º sem. 1998 (p.111-120).

_____. *Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto*. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: ClaraLuz, 2005 (p. 183-194).

_____. *Lula lá: estrutura e acontecimento*. In: **Revista Organon**, nº 35, Porto Alegre: UFRGS, 2003 (p. 101-121).

_____. *Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre o MST*. In: MARIANI, B. (Org.). **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006 (p. 121-132).

KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Trad. Maria Carlota Gomes.

LAGAZZI, S. *A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes*. In: **XXIII ENANPOLL – Grupo de Trabalho em Análise de Discurso**, 2008. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlm/modernas/anpoll-frame.htm>. Acesso em: 10/08/2008.

LEITE, N. *O que é "Língua Materna?"*. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada**. Campinas: Unicamp, 1995, v. 1. (p. 65-68).

MACHADO, L. O. *Limites, fronteiras, redes*. In: DUTRA, V. S. [et. al] (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998 (p.41-49).

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001. Trad. Marcos de Castro.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso. (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas : Pontes, 2003. Trad. Eni orlandi.

MARIANI, B. *Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito*. In: **Gragoatá**. Niterói: EDUFF, nº 5, 2º sem. 1998 (p. 87-96).

_____. *História das Idéias Lingüísticas: uma ciência revisitada*. In: **IX Seminário Corpus. Laboratórios em Diálogo**. Laboratório Corpus/Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, nov. 2007 [mesa-redonda].

MAZIÈRE, F. **A Análise do Discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. Trad. Marcos Marcionilo.

MELMAN, C. **Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país**. São Paulo: Escuta, 1992. Trad. Rosane Pereira.

MILNER, J. -C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. Trad. Angela Cristina Jesuino.

NUNES, J. H. *Lexicologia e lexicografia*. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.). **A palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006 (p. 147-165)

ORLANDI, E. P. *A incompletude do sujeito: e quando o outro somos nós?* In: ORLANDI [et al.]. **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988 (p. 09 - 16).

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001b.

_____. *Colonização, globalização, tradução e autoria científica*. In: GUIMARÃES, E. (org.). **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas: Pontes, 2003 (p. 13-19).

_____. *A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica*. In: **ComCiência**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, v. 89, p. 2, 2007a. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em 10/03/2008.

_____. *Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade*. In: ORLANDI, E (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007b (p. 53-62).

PAYER, M. O. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade**. Tese de doutorado. Campinas: [s.n], 1999.

_____. *Processos de identificação sujeito/língua*. In: ORLANDI, E. (org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007 (p. 113-123).

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Trad. Eni Orlandi et al.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990. Trad. Eni Orlandi.

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. [et al.] **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999 (p. 49-57). Trad. José Horta Nunes.

_____. *El extraño espejo del análisis de discurso*. Prefacio a *Análisis del discurso político: el discurso comunista dirigido a los cristianos*. Por Jean-Jaques Courtine. In: **Langages**. n. 62, jun. 1981. Trad. María del Carmen Saint-Pierre. Disponível em <http://www.mangarinos.com.ar/courtine.htm>. Acesso em 04/11/08.

PESAVENTO, S. *Além das fronteiras*. In: MARTINS, M. H. **Fronteiras culturais**. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002 (p. 35-40). Disponível em: http://books.google.com/books?id=wZ1eqkQisXoC&pg=PA35&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=0_0&sig=fC36Qw-oDVNqBqwumwHg2FtAbg#PPA36,M1. Acesso em 28/05/2008.

PFEIFFER, C. R. C. *O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua*. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (Org.). **Sentido e Memória**. Campinas: Pontes, 2005 (p. 27-40).

PIETROLUONGO, M. A. *O estrangeiro de mim*. In: **Gragoatá**. Niterói: EDUFF, nº 11, 2º sem. 2001 (p.193-206).

RASIA, G. S. *Ensino libertário e escolanovismo: confluências e desencontros de saberes*. In: **Revista Organon**, nº 35, Porto Alegre: UFRGS, 2003 (p. 123 -141).

REVUZ, C. *A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio*. In: SIGNORINI, M. I (org.). **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, São Paulo, FAPESP, 2002 (p. 213 - 230). Trad. Silvana Serrani.

ROCHA, E. A. *La notion de lieu chez Edouard Glissant*. In: **12 ème congrès latino-américain de professeurs de français, 2003**. Rio de Janeiro. Mondialisation et humanisme: les enjeux du français: les actes. Rio de Janeiro: J. Sholna, 2001. Disponível em: <http://www.mestradoletras.ufjf.br/profs/textos/textoen2.pdf>. Acesso em: 22/06/08.

_____. *Les présupposés théoriques d' Édouard Glissant sur l'Identité*. In: **12ème congrès latino-américain de professeurs de français, 2001**. Rio de Janeiro. Mondialisation et Humanisme - Les enjeux du français - Programme, 2001. Disponível em: <http://www.mestradoletras.ufjf.br/profs/textos/textoen3.pdf>. Acesso em: 22/06/08.

SARAIVA, K. *A babel eletrônica – hospitalidade e tradução no ciberespaço*. In: SKLIAR (org.). **Derrida e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (p. 49-68).

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006. Trad. Isidoro Blikstein et al.

SCHERER, A. *A constituição do eu e do outro pela interpelação da língua pela língua na história do sujeito*. In: FERREIRA, M. C. L; INDURSKY, F. **A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007 (p. 347-356).

_____. *Dos domínios e das fronteiras lugar: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar*. In: **I CIAD: Colóquio Internacional de Análise do Discurso**. São Carlos, SP, out. 2006 [mesa-redonda].

_____. *A constituição de sentido nas fronteiras do eu: memória da língua e a língua da memória*. In: **Revista Letras**. n. 26. Santa Maria: PPGL/UFSM, 2003 (p. 119-130).

SCHÜTZ, R. *Interlíngua e Fossilização*. In: **English Made in Brazil**. Disponível em <http://www.sk.com.br/sk-interfoss.html>. Acesso em: 20/01/09.

SILVA, H. R. *Cultura, culturalismo e identidades: reivindicações legítimas no final do século XX?*. In: **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 173-192, 2004.

SILVEIRA, E. M. *A posição do lingüista*. In: FERNANDES, C. A; CABRAL dos SANTOS, J. B. (orgs.). **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007, (p. 111-117).

SOUZA, N. S. *O estrangeiro: nossa condição*. In: KOLTAL, C. (Org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998 (p. 155-164).

STERN, H. H. **Fundamental concepts of language teaching**. Oxford University Press, 1997.

ULLOA, F. *O estrangeiro na produção da subjetividade*. In: KOLTAL, C. (Org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 1998 (p. 165-172). Trad. Monica Seincman.